



Fhaiza Andrade Raick

O Valor da História em Oliveira Vianna :
O passado como diagnóstico e prognóstico no
pensamento do intelectual fluminense (1920-1930)

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social da Cultura do Departamento de História
da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em História Social da Cultura.

Orientadora: Prof.^a Maria Elisa Noronha de Sá

Co-Orientadora: Prof. Christian Edward Cyrill Lynch

Rio de Janeiro
Setembro de 2016



Fhaiza Andrade Raick

O Valor da História em Oliveira Vianna :
O passado como diagnóstico e prognóstico no
pensamento do intelectual fluminense (1920-1930)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura do Departamento
de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Maria Elisa Noronha de Sá
Orientadora
Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Christian Edward Cyril Lynch
Co-Orientador
Ciência Política - IESP-UERJ

Prof.^a Cristina Buarque de Holanda
Ciência Política - IFCS-UFRJ

Prof. Jorge Gomes de Souza Chaloub
Escola de Ciências Sociais - CPDOC-FGV

Prof^a Mônica Herz
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Fhaiza Andrade Raick

Graduou-se em História na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2011. Pós lactu senso em História do Brasil pela Faculdade de São Bento em 2013.

Ficha Catalográfica

Raick, Fhaiza Andrade

O valor da história em Oliveira Vianna : o passado como diagnóstico e prognóstico no pensamento do intelectual fluminense (1920-1930) / Fhaiza Andrade Raick ; orientador: Maria Elisa Noronha de Sá ; co-orientador: Christian Edward Cyrill Lynch. – 2016.

118 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2016.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura. 3. Oliveira Vianna. 4. Intelectuais. 5. Discurso histórico. 6. Discurso político. I. Sá, Maria Elisa Noronha de. II. Lynch, Christian Edward Cyrill. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. IV. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

O estudo concebido na presente dissertação de mestrado faz parte de minha trajetória de vida dentro e fora do espaço acadêmico. No transcorrer da graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro realizei meus primeiros estudos e reflexões de historiador, desejando continuar aprendendo a cada dia o exercício desta profissão. Aprendi a olhar o mundo a minha volta de outras perspectivas, questioná-lo, problematizá-lo, dar minha contribuição enquanto estudiosa de sua história.

Foi exatamente essa vontade de entender o mundo a minha volta, as questões que nos cercam hoje, que cheguei até aqui, onde finalizo um ciclo de vida, encerrando minha graduação em História pela UFRJ, faculdade que me deu a oportunidade de desvendar o prazer de estudar a História do Brasil que para mim, permaneceu escondido por muito tempo. Dessa maneira inicio meus agradecimentos aos professores desse campo historiográfico que tanto contribuíram para minha formação.

Permanece aqui meu agradecimento a professora Cristina Buarque de Hollanda que lá atrás, na orientação da minha monografia de conclusão de curso, me deu a possibilidade de conhecer esse intelectual tão importante para a História do pensamento social brasileiro. Desde esse momento em diante fui amadurecendo minha trajetória profissional e meu próprio tema para essa dissertação que concluo agora.

Para que fosse possível continuar com meus estudos e dar prosseguimento a minha vida acadêmica, agradeço a Pontifícia Universidade Católica por me receber de braços abertos e por oferecer uma excelente qualidade de ensino para seus alunos. Foi com orgulho e alegria que ingressei no programa de pós-graduação *stricto sensu* em História Social da Cultura e é com esse mesmo orgulho e alegria que completo mais essa etapa.

Deixei por último duas pessoas brilhantes que foram fundamentais para que tudo isso pudesse se concretizar, minha orientadora Maria Elisa Noronha de Sá e meu co-orientador Christian Edward Cyrill Lynch. Não seria possível realizar esse trabalho se não fosse pelas inúmeras contribuições que ambos me deram. Foi graças à professora Máisa e ao professor Christian que essa dissertação ganhou corpo a partir da banca de qualificação quando escolhemos dar um novo enfoque ao trabalho. Os textos que li, as nossas conversas que tanto me ensinaram sobre a História do pensamento social brasileiro, sobre a História Intelectual espero estejam, de alguma maneira, completando essas páginas que se seguem.

Meu sincero obrigada à professora Máisa pela paciência com minha vida conturbada de trabalho, pelos puxões de orelha para que eu não me perdesse no caminho, por todas as vezes em que sugeriu que eu reescrevesse meu texto por acreditar que eu poderia dar sempre um pouco mais de mim e com isso primar

pela excelência do trabalho e valorizar o programa de mestrado. Sei que essa não deve ter sido uma orientação fácil, mas sei também que problemas servem para que a gente possa crescer e aprender a ser sempre cada vez melhor. Espero do fundo do meu coração que eu possa ter honrado a orientação de vocês dois com essa dissertação. Foi essa minha motivação para ter fôlego agora na reta final de terminar meu estudo. Já sou eternamente grata aos dois.

Ao meu ciclo familiar, não haveria memória nem páginas de agradecimentos suficientes para dizer um muito obrigada a cada um da família maravilhosa da qual faço parte. São muitas as pessoas queridas que estiveram torcendo por mim ao longo de toda minha graduação e nessa reta final contemplada pela monografia, deixo aqui meu enorme agradecimento para todas. Contudo não poderia deixar de dedicar algumas linhas a pessoas que estão comigo todos os dias, e que tanto tiveram que dispor de paciência e compreensão nesse período estressante de conclusão de curso.

A minha mãe, Valéria Cristina Andrade Raick e, meu pai, Edson Sá Raick meu eterno obrigada por terem tornado toda minha vida possível. Graças a vocês dois consegui chegar até esse momento profissional tão importante. Dedico também a vocês essa dissertação, que me exigiu tantas horas afastada, tantos encontros recusado contando sempre com o apoio e incentivo de vocês. Agradeço também minha irmã e amiga, Lívia Andrade Raick por sempre estar na primeira fileira torcendo por mim.

Por último dedico essa dissertação ao meu marido Rafael da Costa Abrahão. Obrigada por não ter me deixado desistir, por ter cuidado de todo o entorno da nossa vida para que eu pudesse focar nos meus estudos, obrigada pelo carinho e esforço de inúmeras vezes tentar compreender o que eu estava lendo para você e me ajudar a ver se me fazia clara naquilo que escrevia. Obrigada por ir dormir mais cedo do que eu inúmeras noites sozinho enquanto eu trabalhava durante a madrugada para contornar minha falta de tempo. Essa dissertação é para você que hoje faz parte da minha vida e das minhas conquistas.

Obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para hoje eu viva essa alegria de um sonho realizado de um degrau a mais na minha profissão que tanto amo.

Resumo

Raick, Fhaiza Andrade, Sá, Maria Elisa Noronha de; Lynch, Christian Edward Cyrill. **O Valor da História em Oliveira Vianna O passado como diagnóstico e prognóstico no pensamento do intelectual fluminense (1920-1930)**. Rio de Janeiro, 2016. 118p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo de dissertação de mestrado buscou abordar uma leitura sobre o Brasil - em seu passado e presente – circunscrito ao contexto político e social das décadas de 1920 e 1930, período reconhecido como de formação do próprio campo de História do Brasil. No momento em que se definia a História, se ciência ou se arte, e os historiadores, a figura do intelectual engajado, homem público de política e de letras abria um espaço de disputas pela promoção de um discurso. É nesse espaço que se insere Oliveira Vianna, intelectual no sentido mais amplo da palavra que fez da História seu caminho argumentativo para pensar a política e sociedade brasileiras. Por tantos anos personificado sob inúmeras alcunhas, tentou-se aqui resgatar não tanto o próprio Oliveira Vianna, mas o Brasil nascido a partir de seu pensamento e delimitar o real alcance de suas ideias.

Palavras-chave

Oliveira Vianna; Intelectual; Campo de discurso; liberalismo; História.

Abstract

Raick, Fhaiza Andrade, Sá, Maria Elisa Noronha de. (Advisor); Lynch, Christian Edward Cyrill. (Co-advisor). **The Value of History in Oliveira Vianna. The past as diagnosis and prognosis at the thought of the fluminense intellectual (1920-1930)**. Rio de Janeiro, 2016. 118p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study dissertation sought to address a reading of Brazil - in his past and present - limited to the political and social context of the 1920s and 1930s, recognized as period of formation of the own field of the history of Brazil. The moment that defined the history, whether science or art, and historians, the figure of the committed intellectual, policy and public man of letters opened a dispute space by promoting a speech. It is in this space that is part Oliveira Vianna, intellectual in the broadest sense of the word that made history his argumentative way to think politics and Brazilian society. For so many years personified under numerous monikers, he tried to rescue here not so much own Oliveira Vianna, but Brazil born from his thought and define the actual scope of his ideas.

Keywords

Oliveira Vianna; Intellectual; address field; liberalism; History.

Sumário

Introdução	9
1. O (Des)ajuste das interpretações	20
1.1. onde está Oliveira Vianna	25
1.2. Os modelos (pouco) explicativos	27
1.3. A chave (trancada) de Lamounier	29
1.4. O Autoritarismo Instrumental	33
1.5. O Conservadorismo como problema	38
1.6. As muitas formas de Oliveira Vianna	40
2. Brasil interpretado, Brasil inventado, Brasil perpetuado	44
2.1. O passado (in) formador	50
2.2. Psicologia como auxiliar da História	67
2.3. O passado como horizonte	71
3. Como de uma historiografia se extrai uma política	77
3.1. O passado como chave do presente	80
3.2. A República que (não) foi: na confusão e na desordem	87
3.3. A política do possível: o sonho real	91
3.4. O Estado e a Nação	101
3.5. Oliveira Viana e Alberto Torres - duas cabeças, uma ideia	105
Considerações Finais	110
Referências bibliográficas	116

Introdução

Meu primeiro contato com a obra de Oliveira Vianna se deu em 2010 quando encerrava a graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sem conhecer ainda o autor fluminense, eu apenas havia despertado o interesse em estudar a História do Brasil e as questões que giravam em torno do público e privado motivada que estava pela leitura do livro *A Casa e a Rua* do Roberto DaMatta. A necessidade em definir melhor essas questões levou minha então orientadora, a doutora em Ciência Política Cristina Buarque de Hollanda, a me apresentar o autor fluminense e, juntas traçamos um recorte tanto temporal, quanto de conteúdo para que aquela questão abrangente virasse um objeto de estudo delimitado. Utilizando Vianna na minha monografia, estabeleci a leitura de três livros fundamentais para o meu tema – o liberalismo no Brasil da Primeira República. A partir de *Populações Meridionais do Brasil*, *O Idealismo da Constituição* e *Problema de Política Objetiva* centralizei meu trabalho na crítica que o autor fazia a respeito dessa organização política que nasceu após 1889.

Seguindo a ordem de publicação, comecei por *Populações Meridionais do Brasil*. Essa primeira obra do autor, lançada em 1920, me trouxe inúmeras inquietações, dentre as quais estava entender porque a historiografia brasileira havia relegado em segundo plano esse pensador. Essas e outras questões, que me foram surgindo conforme ia estabelecendo maior contato com esse universo trazido por Oliveira Vianna, não foram possíveis de serem desenvolvidas naquele momento em parte por faltar a mim os subsídios teóricos necessários e um conhecimento mais amplo sobre o assunto e, em parte pelo espaço limitado que encerra uma monografia. Quase quatro anos depois, agora no mestrado em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica, tive a possibilidade de retomar o debate no qual se insere o autor e transformar aquelas antigas inquietações somada a outras que apareceram a partir dos textos oferecidos nas disciplinas da pós-graduação, nessa presente dissertação.

Hoje, porém, sob a orientação da professora Ph.D Maria Elisa Noronha de Sá e co-orientação do professor doutor Christian Edward Cyrill Lynch, meu estudo não se dirige exclusivamente ao conteúdo político de Oliveira Vianna.

Embora a crítica ao liberalismo, ao fim do Império e à organização social que se dava no Brasil, apareçam constantemente, o objeto central aqui delimitado é exatamente analisar de que maneira ele articula essa crítica, com qual metodologia e, a partir de quais conceitos aparece essa argumentação que tanto oferece um diagnóstico – de que havia uma crise em todas as esferas do país, quanto um prognóstico – partindo em defesa de um Estado Centralizador e tutelar capaz de unificar os indivíduos em uma nação forte rumo ao progresso.

Em diálogo com um intenso debate trazido pela historiografia a respeito do autor, o que se pretende é resgatar o pensamento de Oliveira Vianna sem a interferência das perspectivas que vieram a posteriori. Entendo que a trajetória desse intelectual se entrecruza com eventos importantes na nossa História política e social tais como a crise da Primeira República, a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a formação do Estado Novo em 1937 e o fim desse último governo em 1945, e que suas obras são dedicadas a pensar justamente, direta ou indiretamente, esses acontecimentos, ou seja, se volta a pensar e formar uma História do Brasil. Mas, mais importante aqui é entendê-lo como participante de um momento crucial para a própria trajetória da disciplina de História do Brasil e, por essa razão, buscarei compreender a dimensão da História em seu trabalho.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX com a chegada da modernidade no Brasil, surge um movimento de renovação e afirmação do campo historiográfico, dotado de um método do fazer História e a definição de quem seria reconhecido como Historiador de ofício. O mesmo movimento que se deu no momento da Independência em 1822 os intelectuais se esforçaram em construir uma história do Brasil com o objetivo de recriar essa identidade. Novos heróis são reconhecidos, novos eventos são comemorados – o exercício se direcionava em apagar o passado imperial e valorizar a República.

Se o contexto não é um agente definidor incontestado na trajetória desses homens, também não é informação irrelevante. No caso do autor fluminense ele será mesmo peça chave para compreender o que defendia enquanto *verdade* histórica. Sua presença no Rio de Janeiro, cidade e capital ao mesmo tempo, marcou a leitura que fez sobre o Brasil. Essa região aparece no centro do país,

como parte das *meridionais*, e seu tipo social era valorizado pelo autor como o que havia de melhor para a nação.

Desde o período colonial essa cidade guardava uma importância diferenciada frente às demais cidades não apenas em relação ao Brasil, mas também à metrópole. Principal rota de trânsito entre o mundo interno e externo da colônia, a cidade era palco de disputas ideológicas acerca de sua construção. De um lado se apresentava a ideia de uma cidade murada e protegida militarmente, e, de outro, indo de encontro ao seu caráter e desejo de muitos colonos, uma cidade aberta ao desenvolvimento. Havia assim, a defesa de uma necessidade de integração entre os espaços urbano e rural, fundamental para o funcionamento das redes de negócios estabelecidos por colonos e homens da coroa.

A permanência da tradição atrelada ao mundo rural foi a marca registrada da modernidade carioca. Essa experiência do moderno, muito mais intensa na segunda metade do século XIX, foi conduzida por uma elite cafeicultora, aristocrata em sua essência que embora ligadas a uma concepção burguesa de vida, revelava um diálogo permanente com a tradição rural. No embate entre conceito e experiência a figura do Estado no Rio de Janeiro apareceu como o grande articulador e construtor dos caminhos dessa modernidade que se postava a todos, a partir da ideia central de *civilização*. A dobradinha cidade – capital definiu para esse centro urbano uma modernidade adequada às velhas estruturas. Tradição e moderno disputavam, assim, as determinações do futuro da nação.

No momento de radicalização dessa experiência modernizadora o Rio de Janeiro vivia intensamente o debate político que colocava Império e República em disputa e introduzia a ideia do liberalismo na pauta das discussões. A cidade, na condição de capital viveu mais profundamente esses jogos marcados pelo real e pelo simbólico. A ideia de civilização se dava no enfraquecimento das demandas sociais e no esvaziamento do espaço natural de sociabilidade – as ruas da cidade. Aliada a uma ação policial socializadora, aos poucos essa cidade vai ganhando traços de cosmopolitismo e vitrine exemplar para os demais centros urbanos do país.

A racionalidade do mundo moderno atingiu também o mundo das letras e após o domínio dos literatos da geração de 1870, no início do século XX, formou-se um embate pela produção dita intelectual: homens de letras e homens de ciências começavam a se definir enquanto pertencentes a campos formais. A partir dos anos de 1910, 1920 e 1930, deixando lentamente a informalidade dos cafés e confeitarias esses homens ocuparam as universidades e academias, espaços formais de saber. Tais intelectuais persistiam em se arvorarem no debate da modernidade pela via do progresso científico da nação, fruto das ideias científicas europeias tornando necessário conhecer as mazelas que afetavam o desenvolvimento do país.

Romantismo e Racionalismo moderno se entrecruzaram constantemente nessas interpretações em relação ao Brasil, que buscaram as origens, ou seja, aquilo que constituiu a raiz do povo brasileiro para alcançar a melhor forma de viver esses novos tempos. Esse esforço em conservar um pensamento tradicional e ao mesmo tempo assimilar as ideias modernas foi característica marcante dos textos de Oliveira Vianna. Ao mesmo tempo em que ele se afastava da compreensão historicista de que a História fornecia as chamadas *leis gerais*, ele também não descartava a existência dessas leis que poderiam ser encontradas por meio das disciplinas auxiliares, tal como ele entendia as demais ciências sociais. E na defesa mesmo de seu pensamento, o objetivo do progresso e da modernidade aparece contido pela ação refreadora da tradição.

Os prognósticos originados na informalidade da vida literária, constituídos pela via da boemia, que ocupam os cafés do centro da cidade com nomes como João do Rio, Machado de Assis, Lima Barreto e tantos outros igualmente importantes para a construção de uma identidade nacional, fugiam de um ideal localista, sem por isso deixarem de ser genuinamente brasileiros. Essas ideias, contudo, são deixadas de lado por parte da intelectualidade formal que encontrará na modernidade vinda com a experiência republicana justamente a condenação da ideia de nação.

Sociólogo, jurista, historiador e professor, Oliveira Vianna foi tanto um homem de letras, quanto um homem de ciências fazendo parte dos quadros da intelectualidade carioca, expressão em última instância dessa modernidade

conservadora que se firmou nesse espaço social. Nascido em 1883, no seio de uma família coronelesca em Saquarema, região extremamente importante na produção canavieira e, posteriormente na produção do café, centro do conservadorismo escravista que influenciou sobremaneira a cidade do Rio de Janeiro, o autor iniciou sua vida intelectual nas rodas do Café Paris, mais importante espaço de sociabilidade em Niterói, logo ingressando nos estudos acadêmicos, especialmente no interior do IHGB.

Formado pela Universidade de Direito do Rio de Janeiro apesar de manter relações com os freqüentadores do Café Paris, ele vai se distanciando dessa ideia de boemia impressa nesses locais públicos onde a vida da cidade acontecia. Será por meio de seus textos que ele manterá o diálogo com seu círculo de amigos e com seus críticos.

Seguindo os rumos dos intelectuais daquele momento, sua obra traduziu os anseios advindos das discussões sobre a modernidade imprensa no país que, a seu ver, apresentava o grande problema da ausência de identificação nacional. Se afastando, assim, da chamada geração de 1870, o autor junto a outros nomes que compuseram sua geração reivindicou não apenas para a cidade capital, mas para todo o país, uma forma política moderna cuja marca da tradição se expressava claramente.

Nesse sentido, dizer que o autor era conservador não contribui para analisá-lo, uma vez que, para grande parte dos intelectuais que participaram da transição entre Império e República, em maior ou menor medida, era comum versar no limite entre esses dois traçados. Sendo assim, acredito que o melhor caminho para pensar Oliveira Vianna não seja a via do conservadorismo *ou* do liberalismo, mas buscar compreendê-lo enquanto conservador *e* liberal ao mesmo tempo. Uma vez que, a meu ver, o interessante de sua obra seja justamente esse caráter múltiplo de possibilidades de interpretação.

Não tenho a pretensão, com isso, de negar nenhuma das interpretações que surgiram ao longo do século XX, muito pelo contrário. Minha intenção é demonstrar que a possibilidade de existência e sentido de todas elas é o que fundamenta em si a importância do pensamento desse autor. Compreendo que o

esforço por parte da historiografia em negar suas obras, em negar seu nome como parte integrante dos grandes fundadores do chamado pensamento social brasileiro corrobora minha defesa de que ele desempenhou um papel de grande importância para sua geração e de que seu pensamento deixou ecos que reverberam até hoje tanto no interior do pensamento histórico, como na opinião pública compartilhada no Brasil.

Admitir essa dimensão extensa de suas ideias abre a possibilidade de superarmos velhos esquemas que acompanham a produção da História do Brasil e, repensar seus eventos e a nação sobre outras chaves de leitura. Ciente do avanço nesse caminho com trabalhos importantes que reconduzem a interpretação de Oliveira Vianna, esse movimento, entretanto, se dá muito mais no campo das Ciências Sociais do que no campo historiográfico, tornando essa dimensão de seu pensamento cada vez mais distante das análises.

Isso se explica tanto por não admitirem ser o autor em questão um Historiador, quanto pelo fato já apontado anteriormente em relação à sombra na qual ele foi colocado. Destaco os trabalhos de Luiz de Castro Faria¹, Giselle Martins Venâncio², Ângela de Castro Gomes³, José Murilo de Carvalho⁴, Fernanda Xavier da Silva⁵ e Christian Lynch⁶ com os quais me aproximo mais diretamente no estudo farei aqui.

A presente dissertação se estrutura em três capítulos nos quais procurarei costurar essas interpretações historiográficas, que marcam as análises sobre o autor fluminense, ao seu pensamento – recolocando a dimensão de historiador em suas obras, o próprio papel da História para sua argumentação e como essa última resulta naquilo que ele desenvolve enquanto projeto político.

¹ FARIA, Luis de Castro. *A obra de Oliveira Vianna: uma tentativa de reconstrução*. In: BASTOS, Elide Rugai e MORAES, João Quartim de. Orgs. *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Unicamp, 1993.

² VENANCIO, Giselle Martins. *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, Rio de Janeiro: Programa de pós graduação da CAPES, UFRJ, 2005.

³ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. BH: Editora Argvmentvm, 2009

⁴ CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, E. R; MORAES, I. Q. de. (Orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Capinas . Ed. Unicamp, 1993

⁵ SILVA, Fernanda Xavier. *As quatro faces de Oliveira Vianna*. Unicamp. 8º encontro ABCP. RS.

⁶ LYNCH, Christian. *Da Monarquia à Oligarquia*. História institucional e pensamento político brasileiro (1822 – 1930). Ed. Alameda. SP. 2014

O primeiro capítulo – *O (Des)ajuste das Interpretações* – tem como objetivo analisar três interpretações clássicas que se dirigem ao pensamento de Oliveira Vianna, defendidas respectivamente por Bolívar Lamounier, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão. O primeiro desses autores enquadra sua interpretação a partir da chave da ideologia liberal, dessa maneira, em uma perspectiva diametralmente oposta, Vianna seria um defensor daquilo que Lamounier irá chamar de pensamento autoritário no Brasil. Os pressupostos dessa interpretação se fundamentam na noção de haver apenas um tipo de liberalismo e que uma vez ele sendo organizado no interior de uma nação ele teria pleno desenvolvimento em todos os âmbitos do país. A República brasileira, proclamada em 1889, teria trazido consigo esse liberalismo capaz de afastar uma experiência imperial negativa porque, conservadora, centralizadora e retrógrada.

Oliveira Vianna se colocava em franca oposição à República e, via o Império como a experiência que havia dado certo, período no qual as liberdades de fato tinham sido alcançadas e defendidas e no qual teria se dado melhor a aproximação entre *forma e conteúdo político*. A defesa, ainda, pelo fim do federalismo e da organização de um Estado forte e centralizado capaz de impedir a atuação dos poderes regionais locais, estaduais e municipais e seus grupos políticos concretiza, para Bolívar Lamounier, a expressão clara desse pensamento autoritário, colocando Vianna no rol dos fundadores do autoritarismo no Brasil.

O que pretendo demonstrar é que nem o liberalismo foi concebido da mesma maneira por todos aqueles que se entendiam liberais – tanto no Brasil como em outros países – nem o liberalismo adotado na análise de Bolívar Lamounier seria o mesmo que aparece no autor fluminense. Para além da existência das inúmeras correntes liberais e seus desdobramentos ideológicos, o que por si só já problematizaria a defesa de Lamounier, colocar Oliveira Vianna na chave do autoritarismo diz muito pouco sobre o que esse autor defendida não levando em consideração que embora ele desejasse um Estado Centralizado essa defesa se dava justamente com o objetivo de se garantir um tipo de liberdade, para ele fundamental, a liberdade civil e não política.

A segunda interpretação é de Wanderley Guilherme dos Santos – o *autoritarismo instrumental*. Na defesa de que o autor fluminense era um

nacionalista, essa chave de análise dialoga com a de Lamounier no sentido de recolocar esse autoritarismo que Vianna teria fundado. A idade de instrumentalidade trabalhada nesse conceito traz como sentido a transitoriedade. Ou seja, o autoritarismo não seria uma condição política permanente, ele estaria a serviço de um propósito maior que, uma vez alcançado, permitiria outro arranjo político.

Esse propósito maior seria a transformação dos indivíduos sociais em uma verdadeira nação, o desenvolvimento pleno de uma identidade nacional que garantisse ao Brasil o mesmo progresso das nações estrangeiras que serviam de espelho. O Estado autoritário seria um agente educador social no sentido de instrumentalizar a vida pública no caminho de uma opinião organizada e, facilitador da modernização econômica e seu progresso futuro.

Essa perspectiva embora menos radical não tece nenhum questionamento nem a respeito do liberalismo, nem, conseqüentemente, do autoritarismo, apenas retira certo peso desse autoritarismo defendido por Vianna. O autor fluminense em última instância permanece na mesma categoria ideológica, já que Wanderley Guilherme igualmente trabalha com a mesma noção de liberalismo expressa por Lamounier.

A análise que encerra essas interpretações é a de Gildo Marçal Brandão que coloca o autor fluminense na categoria do pensamento conservador. Sob a perspectiva do marxismo, o problema do projeto de Oliveira Vianna estaria no fato dele pensar no Estado e não no trabalhador como agente das mudanças necessárias. Vindas de cima para baixo, ou seja, do poder centralizado para as classes trabalhadoras essas mudanças não conseguiriam se configurar em uma revolução se restringindo apenas em reformas. Haveria assim, esse elemento de tradição, de conservação do poder.

De fato Vianna não traz o trabalhador a não ser a partir das corporações, essas sim representando seus interesses, sempre negociando com seus patrões, seria peça essencial de diálogo com o poder central e a garantia de um governo democrático. O problema dessa interpretação de Gildo Marçal é apontar para uma ausência que jamais seria possível existir no pensamento de Vianna. A questão é

que essa chave de análise se preocupa mais em dizer aquilo que autor não foi, do que propriamente em pensar o que ele foi de fato.

A brincadeira do título com a noção de *desajuste* é exatamente por acreditar que essas chaves interpretativas mais distanciam do que nos aproxima do autor por estarem desajustadas àquilo que se tem no interior de suas obras. Nesse primeiro capítulo, assim, utilizo a análise de Fernanda Xavier da Silva na qual ela aponta essas três interpretações diretamente nos textos de Vianna, para construir minha argumentação de que na medida em que ele se enquadra em cada uma dessas conceituações ele também não é propriamente nenhuma delas.

O segundo capítulo – *Brasil Interpretado, Brasil Inventado, Brasil perpetuado* – retoma as análises presentes em *Populações Meridionais do Brasil, Pequenos Estudos de Psicologia Social* parte IV e, *O Ocaso do Império*, a partir dos apontamentos de Ângela de Castro Gomes. O que se pretende é demonstrar a dimensão da História na construção do diagnóstico de Vianna para a nação e para a sua vida de homem público.

O texto de Ângela de Castro Gomes aborda a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nessas primeiras décadas do século XX em que o campo historiográfico se firmava no país – conteúdo e método de produção estavam na pauta das discussões dos intelectuais que se voltavam a essa ciência. Instituição nascida no Império e marcadamente defensora dessa experiência política, ele próprio vivia um momento delicado de sua existência se fazendo necessário se reafirmar agora na República.

Funcionando enquanto sociedade de discurso, o Instituto fornecia aos seus estudiosos o reconhecimento da oficialidade do que se produzia, ou seja, os intelectuais que compunham seus quadros garantiam o respaldo de suas obras. Por outro lado a existência e importância do IHGB também eram afirmadas por meio dessa intelectualidade.

A aproximação com Império, pelo desejo da tradição será o elo entre o IHGB e Oliveira Vianna, autor que se torna um dos mais importantes nomes a fazer parte da instituição. Sob aval dessa última, o autor fluminense tinha no seu

discurso conservador/moderno a chave da existência dela própria, uma vez que, também ela se encontrava sob essa marca da modernidade conservadora. Sendo assim, o que pretendo argumentar é que o papel que Vianna assume enquanto historiador foi preponderante para sua vida pública, para a elaboração de sua argumentação e para esse órgão no qual ele fazia parte. Ainda que seu método se diferenciasse dos grandes historiadores, a exemplo de Capistrano de Abreu, ele também desenvolveu uma História do Brasil que se consolidou a partir do IHGB e que fez parte da formação do pensamento social brasileiro.

Encerrando a dissertação, o terceiro capítulo – *Como de uma Historiografia se extrai uma política* – vai ao encontro dessa dimensão de Historiador que Oliveira Vianna exercia. Entendendo a importância da História para informar sobre o passado e formar uma identidade nacional através da valorização de seus eventos e seus heróis, o autor também enxergava o caráter disciplinador no sentido de garantir que os indivíduos fossem capazes de compreender a realidade na qual estavam inseridos. Essa ideia de realidade ganhou, no pensamento de Vianna, um caráter local, já que cada região do Brasil teria tido sua própria História e por isso apresentavam realidades distintas e, um caráter coletivo, uma vez que, no interior de cada região ela seria compartilhada por todos os indivíduos em questão. A partir dessa noção de diferentes realidades o autor parte em defesa de um Estado capaz de atender as necessidades e especificidades de cada uma delas.

Analisando, mais uma vez, *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, partes I, II e III, *O Idealismo da Constituição* e *Problema de Política Objetiva*, o argumento que buscarei defender, a partir da perspectiva de Christian Lynch, é o de que é preciso redefinir o que foi a política da Primeira República e o que se pensava em termos de Liberalismo para entender o projeto político desenvolvido por Vianna. Uma vez alcançado esse caminho acredito conseguir superar as jaulas conceituais do autoritarismo, autoritarismo instrumental e do conservadorismo optando pelo caminho que compreende esse Estado centralizado de Vianna, pela via do *Estado de Bem Estar Social* tradicional e moderno, marca de seu pensamento. A intenção não é encerrar o autor em outra conceituação igualmente

limitada, mas sim oferecer a possibilidade de abrir o caminho para outras interpretações.

1. O (Des)ajuste das interpretações

O tema da nação esteve presente em toda uma geração de intelectuais que se dedicaram pela via acadêmica, ou pela via ativa no poder, ou ainda em ambos, a entendê-la em sua forma e conteúdo e a buscar ajustes e adequações de acordo com as necessidades e interesses de cada época. Esse projeto de nação proposto e construído em 1822 pelos homens da Independência; questionado e em situação de crise no período da Regência e arquitetado como grande argumento para a derrubada do Império e proclamação da República, era inserido no debate público mais uma vez em 1920-1930. Em mais de cem anos de Brasil⁷ embora sob roupagens diferentes a questão nacional nunca esteve fora do debate dos homens públicos – políticos e/ou intelectuais não sendo diferente aos autores/atores da crise republicana.

Podemos dizer que é consenso entre a historiografia e os cientistas sociais que esse período de 1920-1930, momento de aprofundamento da crise da experiência republicana e da experiência liberal, no Brasil e no mundo em consequência da Primeira Grande Guerra, foi de extrema importância não apenas pelos eventos históricos ocorridos em si, mas pela produção letrada que se seguiu a tais eventos – análises críticas de defesa e de oposição a tal sistema – e que teve em seus pensadores um ativo papel como atores tanto por traduzirem em texto as tendências ideológicas da época, como também por motivarem a produção de um pensamento que veio a se consolidar. Os intelectuais, assim, estiveram engajados tanto na produção do conhecimento, quanto na promoção de uma solução ao que lhes parecia ser um problema.

Fazendo parte dessa geração, Oliveira Vianna engrossa uma lista composta ainda por nomes como Alberto Torres, Francisco Campos e Azevedo Amaral que chegam a década de 1920 descrentes do modelo republicano presente no Brasil e, especialmente críticos à constituição de 1889. Iniciando sua vida pública dez anos antes, a partir de artigos que publicava em jornais por toda década de 1910, tais ideias embrionárias a respeito da organização política e da sociedade brasileiras são compiladas e amadurecidas posteriormente ao lançamento de seu primeiro

⁷ Pensando o Brasil a partir da Independência, portanto, um período que vai de 1822 a 1920.

livro *Populações Meridionais do Brasil* e acompanham o extenso trabalho acadêmico do sociólogo, jurista e historiador fluminense.

Essa geração de pensadores que marcaram os últimos anos da Primeira República compõe o título de *fundadores do pensamento autoritário no Brasil*. Grandes nomes das Ciências Sociais, da História Social, da História Política ou da História das Ideias os analisaram sob a ótica do autoritarismo. Neste capítulo destacamos três nomes que representam três vieses de interpretação dos autores de 1920-1930 – Bolívar Lamounier, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão. Os textos analisados serão respectivamente: *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma Interpretação; A práxis liberal no Brasil e Linhagens do pensamento político brasileiro*.

Olhando superficialmente para o título escolhido pelos autores já podemos previamente perceber o modo como cada um conversa com os pensadores e, mais especificamente com Oliveira Vianna, nosso objeto central. Se o título de Lamounier empresta um caráter taxativo, direto e definitivo quanto à geração em questão, o título de Guilherme dos Santos vai pela via oposta – é o liberalismo brasileiro que está sendo destacado e não a formação do autoritarismo; por último, Marçal Brandão escolhe uma apresentação, aparentemente, isenta de análise se propondo a buscar as origens do pensamento político independente de seu universo ideológico.

Sem fazer julgamentos apressados com o risco de incorrer nos mesmos problemas de interpretação os quais estamos aqui defendendo terem sofrido os pensadores do fim da Primeira República, podemos dizer que a escolha do título não é inocente e guarda em si informações valiosas. Voltaremos a elas mais tarde. Teçamos primeiro algumas considerações a respeito de Oliveira Vianna e sua geração e o que estava em jogo no momento em que estabelecem sua vida intelectual.

A aproximação entre a vida acadêmica e a vida política colocou esses intelectuais a se alinharem com o debate em questão: a República teria sido a melhor escolha? haveria de fato um sistema republicano após 1889? A esse questionamento era imprescindível (re)pensar o liberalismo. Ponto de partida para

discussões políticas e de problemas de formação de Estados Nações, esse conceito esteve na ordem do dia entre europeus e americanos, países centrais e países periféricos, homens de letras e homens de ciências. Nascido no século XVIII europeu, a ideia de liberalismo foi ganhando formas variadas em cada nação em que foi estabelecido e caminhos diferentes para alcançá-lo.

Vale dizer que no momento em que a República foi proclamada, sob a bandeira liberal, o tema do liberalismo, em suas inúmeras chaves de compreensão, estava em alta tanto na Europa, quanto na América do Norte – dois espelhos para a América Latina de um modo geral e para o Brasil especificamente falando – e, por isso, falar em seu nome era garantia de uma adesão necessária aos homens que desejavam o fim do Império, ainda que eles não tivessem uma coesão ou total identificação com a ideologia⁸. Isso garantiu a vitória dos chamados liberais de 1889 conquistando inclusive nomes que antes eram defensores do sistema monárquico como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, esse último reconhecidamente defensor da mudança da ordem.

Em contrapartida o fim da Primeira Guerra Mundial colocou em cheque o liberalismo então vigente – era chegado o momento de reavaliar sua trajetória especialmente no espaço europeu. O cenário brasileiro também não era favorável e acompanhando os acontecimentos mundiais também aqui, 31 anos após a chegada do novo modelo, o liberalismo, tal como estava organizado, passava a uma ótica desfavorável⁹ garantindo o florescimento e fortalecimento dos intelectuais, a exemplo de Oliveira Vianna, que criticavam sua organização. Desde o fim do Império esses homens vinham tecendo suas críticas à ideia de liberalismo pensada para a conformação do modelo republicano. Agora, porém, o contexto corroborava esses trabalhos e esses pensadores.

Não foi apenas o liberalismo empregado até então que vinha sendo repensado, a crise política e econômica estabelecida com os acontecimentos históricos em questão também promovia uma reavaliação do papel do Estado

⁸ Não estamos julgando se os liberais da Proclamação da República tinham ou não conhecimento de causa ou real crença no sistema liberal, apenas estamos trabalhando com a hipótese, consolidada pela historiografia, de que muitos deles não o teriam.

⁹ Segundo Boris Fausto: -“O liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da união.” Pág. 8

enquanto agente da nação. Foi exatamente esse o caminho escolhido pelos autores de 1920-1930 que procuraram através do Estado e, em paralelo, a nação, construir os argumentos de combate ao modelo então vigente. Compreendendo que o liberalismo adotado na constituição de 1981 não havia dado certo nem interna nem externamente Vianna e os demais autores procuraram entender as causas desse fracasso.

Ao menos nas análises do sociólogo fluminense, que aqui é quem nos interessa, essa busca pelos fatores de desarranjo já partiam de uma resposta previamente estabelecida e, igualmente, de uma solução anteriormente pensada. A saber, o descompasso entre sociedade e as leis, entre forma e conteúdo, separando o Brasil *real*, do Brasil *legal*, respondia ao primeiro dos questionamentos. A República tinha fracassado porque não fora projetada pelo povo, nem absorvida pelo mesmo, sendo assim, não havia reconhecimento dos indivíduos com relação ao poder público, pior, não havia nem mesmo um reconhecimento enquanto nação, única, integrada. Tal diagnóstico levava a solução estatal – o Estado deveria assumir o papel de integrador social, reconduzir os arranjos políticos, econômicos e sociais para que *as populações* se transformassem em uma *nação*.

Os críticos que interpretaram o pensamento de Oliveira Vianna pela chave do autoritarismo puderam contar com o forte argumento dado pelo contexto no qual o sociólogo fluminense estava inserido. A defesa de um Estado forte capaz de centralizar as decisões de todas as esferas da vida pública, abandonando a lógica de mercado, não estava presente apenas no pensamento desenvolvido por Vianna, mas também na própria esfera prática dos modelos políticos que vinham se desenhando na América e na Europa. A ascensão dos regimes nazi-fascistas europeus e de Getúlio Vargas e seu Estado Novo em 1937 no Brasil corroboraram a ideia de que Oliveira Vianna estivesse alinhado a tais arquétipos políticos.

Contudo, se não existiu um único Oliveira Vianna ao longo de seus mais de 40 anos de produção argumento central desse capítulo, também não existiu um único conceito de liberalismo, assim como não existiu uma única ideia de Estado forte. Podemos ampliar esse caráter múltiplo e estabelecer que para cada ideologia desenvolvida muitas ramificações se fizeram o que igualmente impede de tentar engavetar Vianna no interior de uma esquerda, direita ou ainda, para ser mais

precisa, no nacionalismo autoritário. A interpretação do autoritarismo enquanto chave de compreensão abre mão, ainda, de uma análise que privilegie a própria produção desses autores. Aproximar o que se propunha aqui, traduzido nos escritos dos pensadores republicanos e o que se fazia na Europa de Hitler e Mussolini, para citar os grandes ideólogos, é apagar suas próprias falas uma vez que não apenas Oliveira Viana como outros à exemplo de Azevedo Amaral se preocuparam em escrever sobre esses regimes europeus e pontuar suas diferenças com o que estava sendo proposto por eles.¹⁰ Embora se saiba das intencionalidades de fala dos autores, especialmente, dos autores que desempenham um ferrenho engajamento político tal como o que estamos estudando; isso, contudo, não invalida o que foi produzido, apenas reforça uma necessidade por parte dos analistas de um esforço e cuidado maiores.

Christian Lynch explica claramente essa relação um tanto descompromissada entre crítico e autor objeto de análise quando diz que “Há vinte anos celebra-se o Nabuco de Discursos parlamentares, O Abolicionismo, a Campanha Abolicionista de Recife e O erro do Imperador como um verdadeiro herói, tendo a academia o elevado à justa condição de precursor do pensamento social brasileiro”¹¹, e ao mesmo tempo condenam o Nabuco *da segunda fase* por aparentemente ter se perdido sob o conservadorismo. Menos preocupado em dizer se certa ou errada, o que Lynch traz com essa afirmação é que interpretações como essas pouco contribuem para informar sobre o objeto estudado se tornando mera crítica limitada e vazia.

Apesar das diferenças que separam Joaquim Nabuco e Oliveira Vianna podemos nos valer em parte da argumentação de Lynch para pensar a trajetória do autor aqui estudado e sua relação com a opinião pública e seus críticos. A má vontade observada ao primeiro também pode ser admitida ao segundo. No caso do autor fluminense, porém, não é propriamente ele quem sofre a acusação de uma oscilação em suas ideias, mas os próprios críticos que sob realidades diferentes, interesses e simpatias ou distanciamentos ideológicos os colocou em lugares

¹⁰ É o que mostra as citações selecionadas por Boris Fausto em seu livro: *O Pensamento Nacionalista Autoritário*. Págs. 4-5. Introdução

¹¹ LYNCH, Christian. *Da Monarquia à Oligarquia*. História institucional e pensamento político brasileiro (1822 – 1930). Ed. Alameda. SP. 2014. pg. 169-170

opostos. Bem recebido pela opinião pública no início de produção, tendo uma crítica bastante receptiva ao livro *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna foi sendo reduzido, com o passar dos anos, ao ciclo dos autoritários que deveriam ser deixados de lado. Enquanto Nabuco supostamente tornou-se a sombra de si mesmo, Vianna foi apresentado com uma difícil de ser afastada. O que se pretende analisar é o quanto essa má vontade é intencional e estratégica enquanto retórica.

1.1. Onde está Oliveira Vianna

Se não existe uma única compreensão para cada conceito e ideologia desenvolvida, é preciso estabelecer com quais concepções Oliveira Vianna estava em diálogo. Em primeiro lugar não só a ideia de liberdade é muito mais antiga que o conceito político de liberalismo como esse último foi interpretado e assimilado de muitas maneiras dependendo do período e de cada lugar de fala. Dessa forma é perfeitamente possível, nos depararmos com um pensamento que defensor da ideia de liberdade, apresentasse uma argumentação negativa quanto ao modelo político liberal estabelecido. Foi o caso de Oliveira Vianna. O autor fluminense não firmou sua crítica a toda e qualquer experiência liberal, mas a um tipo específico de liberalismo, para ele nocivo ao desenvolvimento da nação – o liberalismo de mercado.

Vianna era contrário à proposição de que as necessidades impostas pelo mercado e seus agentes privados representassem a principal articulação do Estado. No entendimento do autor ter o mercado como guia das ações estatais afastava as amplas necessidades da nação e era essas que Vianna visava resgatar com a proposta de centralização do Estado. Sua preocupação não era propriamente com a democracia, mas com a soberania da nação, a melhor forma de governo que fosse capaz de levá-la ao pleno desenvolvimento era a que deveria ser adotada. Isso, porém, não quer dizer que o autor fluminense negasse a democracia em seu horizonte de expectativa para o futuro da nação brasileira, mas que a enxergasse como algo menor diante do grande problema que primeiro deveria ser enfrentado – o da própria construção dessa nação.

Recorrendo uma vez mais ao texto de Christian Lynch temos a determinação de que muitas vezes na história o conteúdo político não necessariamente esteve plasmado ao seu *rótulo formal*. Tal assertiva tanto nos permite recolocar os termos da República brasileira, quanto os da monarquia e, o que aqui mais nos interessa redimensionar o pensamento de Oliveira Vianna. Nem a Primeira República brasileira foi em seu conteúdo liberal, apesar da letra constitucional de 1891, nem o pensamento crítico de Vianna foi propriamente autoritário. É o desconhecimento quanto às teorias liberais de que fala Lynch que implica nos problemas de interpretação tanto de um quanto de outro.

Seguindo o pensamento desse último autor, a República Oligárquica brasileira de 1889 pôde ser mais conservadora em seu conteúdo do que propriamente o Império – este último por estar isolado frente às nações vizinhas, recorria aos conteúdos liberais constantemente como forma de garantir sua sobrevivência. Por esse caminho a República brasileira nasce, segundo Lynch, de uma reação conservadora à monarquia democrática que vinha se desenhando em fins do século XIX. Era essa organização que Vianna desejava resgatar como etapa necessária a condução da experiência propriamente Republicana liberal que para ele estaria pautada na mesma ideia presente na Inglaterra com seu novo liberalismo ou

(...) o liberalismo social (e não individualista), (**onde**) era preciso violar a letra do velho liberalismo para ser fiel ao seu espírito: já que os operários não conseguiam desenvolver as qualidades morais necessárias ao seu aperfeiçoamento autônomo, devido às péssimas condições de trabalho e educação, o Estado deveria corrigir essa distorção mediante as reformas que estimulassem os pequenos proprietários.¹²

Vianna não traz em seus escritos uma defesa ferrenha à ampla democracia como, por exemplo, Joaquim Nabuco ao prever uma política de integração social para imigrantes e ex-escravos tal como mostra Lynch, mas traz o ideal de igualdade social em seu pensamento. É que para Vianna os indivíduos não deveriam ter as mesmas prerrogativas políticas uma vez que nem todos estariam aptos à essa vida pública política. O liberalismo que Oliveira Vianna prevê para o Brasil, passada a fase de organização da sociedade, era esse da passagem de

¹² *Id. Ibid.*, p. 85

Lynch que se fez presente na Inglaterra no final do XIX e não o liberalismo *clássico*, horizonte dos republicanos da Primeira República.

Isso coloca em cheque a primeira das interpretações que veremos a seguir – a Ideologia de Estado de Bolívar Lamounier. Vianna estava muito mais em diálogo com uma organização de Estado aos moldes do estado de bem estar social proposto pelos Estados Unidos de 1930 do que com os regimes totalitários europeus como um caminho para alcançar a experiência moderna de nação que, mais uma vez, não seria o liberalismo de mercado de que parte Lamounier, mas o liberalismo social que Lynch apresenta.

1.2. Os modelos (pouco) explicativos

“(…) mais do que interpretar suas ideias, estudar Oliveira Vianna exige que pensemos a “evolução” de uma mesma narrativa no tempo” (SILVA. 2015.pág.156)

Não é apenas Oliveira Vianna e seus contemporâneos que vivem a influencia (e que também influenciaram) dessas correntes políticas que ganharam corpo nos anos finais da Primeira República. As direitas, as esquerdas e os liberalismos permaneceram como ideias base na formação de uma mentalidade política da grande massa, servindo também àqueles que protagonizaram os debates que se mantiveram vivos em anos posteriores. Sendo assim, não poderia ser diferente para os autores das décadas de 1980-1990 do final do século XX, que às voltas com a realidade brasileira de então estabeleceram no passado suas análises em busca de subsídios aos argumentos adotados sobre o presente. É nesse sentido que Bolívar Lamounier, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão rerepresentaram Vianna.

Contemporâneos uns aos outros, Santos, Lamounier e Marçal seguem carreiras semelhantes. Nascido em 1935, Wanderley Guilherme se gradua em filosofia em 1958 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford em 1979 e Ph.D em teoria antropológica em 1986 novamente pela UFRJ. Seu primeiro livro lançado em 1963 - *Quem dará um golpe no Brasil?* é publicado as voltas das tormentas políticas vivenciadas no governo de João Goulart e um ano antes dos militares

chegarem ao poder ironicamente respondendo a pergunta do autor. O texto *A Práxis liberal no Brasil*¹³, que aqui nos interessa ver mais de perto, teve sua primeira edição em 1974 dez anos depois de implantada a Ditadura Militar no Brasil.

O livro de Bolívar Lamounier é dessa mesma época. Publicado em 1975, um ano depois da obra de Wanderley Guilherme e na contramão da análise defendida por esse último *A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação* também traz Vianna para sua análise, embora, como o próprio título já deixa transparecer, sua vertente de análise seja outra. Para Lamounier, Oliveira Vianna e seus pares responsáveis pela promoção de um pensamento político autoritário, estariam imbuídos da tarefa de construção de uma nova ideologia – a Ideologia de Estado (autoritário). Nascido em 1943, Lamounier se torna Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Ph.D pela Universidade da Califórnia em 1974, com grandes aproximações com a vida política, é convidado a redigir o anteprojeto constitucional em 1985, momento em que se conduzia a reabertura política.

Já Gildo Marçal Brandão, nascido em 1949 e falecido em 2010, se forma em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1971 e adquire o título de Ph.D em Ciência Política pela USP em 1992. Seu livro *Linhagens do Pensamento Político no Brasil* é bem mais recente sendo lançado em 2007, quando o Brasil vivencia nova fase política com a presença pela segunda vez do governo de Luis Inácio Lula da Silva representante do partido dos trabalhadores e das vertentes de esquerda. É a partir de um posicionamento de esquerda que Brandão se volta ao início da formação republicana no Brasil e apresenta as discussões quanto às funções do Estado propostas por Vianna sob a perspectiva do conservadorismo.

¹³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Práxis liberal no Brasil*. In: *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rocco. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/2010>

1.3. A chave (trancada) de Lamounier

O título *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação* é categórico e taxativo em sua afirmação e seu pronunciamento daquilo que irá tratar ao longo das páginas posteriores. É exatamente a ideia do caráter autoritário que Lamounier defende ao tomar Oliveira Vianna como representante dos ensaístas do período de 1920-1930. O uso do artigo indefinido *um* marca, não apenas o distanciamento entre aquilo que o autor defende daquilo que ele se propôs analisar, como certo esvaziamento de importância e sentido do pensamento em questão. Ao informar ao leitor que o que se pretende apreciar é o *pensamento*, e não os ensaístas propriamente, Lamounier confere uma noção de unidade por parte desses últimos. Sendo assim, esse *pensamento político autoritário* seria compreendido e organizado da mesma forma por todos que fizeram parte do que Bolívar Lamounier configurou como a formação do autoritarismo no Brasil.

No interior de seu livro, Lamounier utiliza como critério argumentativo o caráter da liberdade tanto individual quanto da sociedade civil como um todo, formulando uma oposição entre liberalismo versus autoritarismo a qual retira qualquer possibilidade de que esse último possa apresentar uma aproximação com o primeiro. De maneira mais clara, Lamounier constrói a ideia de que não há no interior do autoritarismo nenhuma defesa ou garantia dos ideais de liberdade. Sendo ele próprio um defensor do liberalismo, Bolívar Lamounier enxerga em Oliveira Vianna um caráter exclusivamente autoritário que acompanhará igualmente seus pares.

Aliás, para Lamounier, o grupo do qual Vianna fazia parte trazia inúmeras aproximações uns com os outros. Haveria entre eles uma clara intenção de falar para as elites, sendo eles também partícipes dessa camada social. Com uma estrutura textual padrão: ampla reflexão histórico-sociológica sobre a formação colonial, diagnóstico da situação presente e uma proposição de um modelo alternativo de organização política; Vianna ao lado de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos tinham como objetivo prático alcançar um lugar na

vida pública política para que de fato pudessem conduzir as mudanças supostamente necessárias ao desenvolvimento do Brasil.

Colado aos acontecimentos que cercavam o mundo posterior a Grande Guerra e a formação dos partidos totalitários europeus, o autor fluminense estaria em defesa de um regime autoritário aos moldes do nazi-fascismo ao propor a desarticulação da República federativa que garantia o funcionamento dos poderes privados independentes da máquina estatal e o fim mesmo desses poderes em razão de um Estado forte. Lamounier se coloca distante dos quatro modelos interpretativos que foram desenvolvidos para se pensar os autores de 1920-1930 – institucional-cientificista, historicista-nacionalista, classista e autoritarismo esclarecido – apresentando os pontos fracos de cada modelo, o autor defende o fato de que Oliveira Vianna e seus pares estariam a serviço de uma nova ideologia – de Estado.

Ainda segundo Bolívar Lamounier todos os que se propuseram a pensar Oliveira Vianna ou qualquer outro nome igualmente filiado ao autoritarismo cometeram o erro de não entender que o que estava sendo construindo era de fato uma ideologia. A bibliografia em questão teria caído no erro das análises simplistas na intenção de diminuir o valor desse pensamento autoritário especialmente com o fim do Estado Novo e a chegada, anos mais tarde, da Ditadura Militar – ambos os eventos plasmaram uma reatividade aos fundadores do pensamento autoritário. Nas palavras de Lamounier

(...) os trabalhos disponíveis parecem oscilar entre dois extremos igualmente insatisfatórios. De um lado, análises esquemáticas em que os agentes do acontecer histórico aparecem como portadores de conteúdos de consciência universais e, portanto, conhecidos de antemão. Temos, assim, a consciência “pequeno-burguesa”, o conservadorismo dos “proprietários de terra” etc. De outro, uma tendência a descrever aqueles agentes precisamente pela carência desses conteúdos universais. Nesta segunda hipótese, abrem-se duas alternativas: ou vê-los como executores cegos de um percurso histórico pré-ordenado, o que equivale a renunciar a qualquer esforço de compreensão; ou substituir tais imputações simplistas pelo que se poderia chamar de constatação do não sido, isto é, por uma história do que a Primeira República e a Revolução não foram.¹⁴

¹⁴ LAMOUNIER, Bolivar. “*Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República — Uma interpretação*”. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História da civilização brasileira. O Brasil republicano — Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 346

Revisitando a historiografia Lamounier defende um caráter de inflexão desse pensamento autoritário tanto para a história política do momento – difusor do Estado Novo, como para o meio acadêmico fundamentando as ciências sociais no Brasil – já que os autores responsáveis pela produção dessa ideologia sedimentaram suas argumentações a partir do academicismo que permitia a eles o respaldo de suas análises, a defesa de terem maior compromisso com a realidade e o caráter verídico e erudito de suas afirmações.

Olhando mais perto a Ideologia de Estado da qual Oliveira Vianna é considerado um dos principais responsáveis, o que estaria em jogo, segundo Lamounier, seria o esvaziamento do poder do mercado perdendo forças em lugar do crescimento da autoridade estatal. Em outras palavras, a Ideologia de Estado marcaria a necessidade de tutelar as ações do mercado, mais precisamente sua capacidade de controlar o âmbito político das decisões. A política não deveria mais ser regida pelas necessidades e determinações do mercado, mas sim o Estado é que deveria assumir o controle e conduzir esse último de acordo com os interesses da sociedade.

Em busca de um ajuste da política brasileira e sua posição frente aos demais organismos de influência o pensamento autoritário produtor da Ideologia de Estado apresentaria oito componentes estruturantes: “predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não organização da “sociedade civil”; não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e o Leviatã Benevolente.”¹⁵ Esse caminho estaria presente em todos os pensadores autoritários com maior ou menor ênfase em um ou outro ponto chave.

Uma das razões determinadas por Lamounier para a emergência desse pensamento autoritário no Brasil estaria na experiência produzida no passado colonial. Em contraste, por exemplo, com a sociedade inglesa, grande símbolo da sociedade de mercado, as sociedades que viveram a condição de colônias teriam maior inclinação ao poder estatal: - “com suas virtualidades criadoras da

¹⁵ *Id.Ibid.*,p.. 358

intervenção e do controle coercitivo através do poder burocrático, além da negação de qualquer racionalidade aos mecanismos de coordenação fundados em processos competitivos ou em ajustamentos automáticos compensatórios”.¹⁶

Para Lamounier, a industrialização tardia experimentada pelas sociedades que antes se pautavam no modelo agrário-exportador do universo colonial, levou a conformação de um pensamento que visava enquadrar a ação do Estado nessa nova configuração econômica. Em razão de não abandonar as prerrogativas estatais existentes no esquema pré-capitalista é que se formou esse conjunto de ideias que se traduziram na Ideologia de Estado tentando impedir o funcionamento do mercado político. Os traços do conservadorismo dos pensadores autoritários estariam na manutenção da forma – Estado interventor característico do mercantilismo - no novo conteúdo industrial capitalista.

Contudo essa afirmação deve ser vista com mais cuidado ao menos quando estamos admitindo-a para Oliveira Vianna. É que ao afirmar essa aproximação entre Ideologia de Estado e passado colonial não se pode ignorar o fato de Vianna se dirigir a tal experiência justamente como a fonte dos problemas político-sociais que o Brasil vinha enfrentando. É esse, aliás, o argumento central apresentado em *Populações Meridionais do Brasil* – a sociedade clânica patriarcal que se formou na colônia no interior dos grandes latifúndios teria produzido uma alienação social que impedira os laços fundamentais para uma sociedade orgânica. Somado a esse fator, também esses clãs patriarcais impediram uma identificação dos indivíduos com o Estado concedendo as elites maiores poderes.

Na argumentação dos pensadores de 1920-1930 o passado guardaria uma relação de distância do poder Estatal uma vez que a configuração dessa economia agrário-exportadora teria garantido o florescimento dos poderes locais como grandes interventores no Estado a partir das determinações e necessidades do mercado. Ainda segundo essa visão, expressada claramente por Oliveira Vianna, a República proclamada em 1889 e ancorada na constituição de 1891 teria aprofundado ainda mais esse afastamento da figura do Estado e a relação das elites locais econômicas como os grandes guias do poder político.

¹⁶ *Id.Ibid.*,p. 359

Portanto se existe uma valorização em Oliveira Vianna da vida rural, o que vai permitir que muitos o entendam sob a chave do ruralismo, não foi essa a experiência predominante que encontraríamos em nosso passado. Não seria, assim, o caso de resgatar algo deixado para trás na nossa história de formação política e econômica, mas de recriar uma fórmula que a muito fomos usurpados do convívio. Em outras palavras, também nosso passado colonial, tal qual a República, foi imperfeito e distante do ideal de vida rural europeu (inglês). O retorno aos valores rurais, proposto por Vianna, não estariam propriamente no momento colonial da história brasileira. Mas em uma leitura romântica bem próxima de Rousseau do estado natural positivo dos homens.

Se Oliveira Vianna pode ser compreendido na chave da Ideologia de Estado, como um dos fundadores do pensamento autoritário “puro” a partir da defesa de se instituir no Brasil um Estado forte, centralizado e tutelar capaz de afastar as pretensões individualizadas frente ao interesse público seguindo assim a construção de uma nação verdadeiramente organizada; essa não é única interpretação que se pode fazer do autor fluminense. Esse modelo de análise nem mesmo consegue explicar todo o pensamento de Vianna. Coloca-lo sob essa ótica apenas favorece a construção argumentativa de Lamounier e de outros que compartilharam dessa via que em defesa da ideologia liberal firmaram a consolidação do pensamento autoritário. Aceitar acriticamente tal ideia, assim, é permanecer em uma análise enviesada do autor e abrir mão de aspectos fundamentais de sua obra. É o que Wanderley Guilherme dos Santos se propõe apresentar.

1.4. O Autoritarismo Instrumental

Se Bolívar Lamounier procura pensar Oliveira Vianna sob a chave do autoritarismo e sua ideologia de Estado, desempenhando uma crítica pouco aproximada com aquilo que de fato Vianna defendeu em suas obras; Wanderley Guilherme dos Santos estabelece outro caminho para pensar o sociólogo fluminense. É através do modelo de autoritarismo instrumental que Santos respalda a ideia de que Vianna não seria exatamente aquilo que Lamounier apresentou. Compartilhando em muito com o pensamento de seu objeto,

Wanderley Guilherme escreve *A Práxis Liberal no Brasil* buscando pensar a institucionalização e prática da ordem liberal.

Santos também estabelece, tal como Vianna, um enorme fosso entre a realidade prática do poder político e da sociedade brasileira com relação aos pressupostos liberais que foram implantados juntamente com a República. Admitindo a dicotomia entre um Brasil real e um Brasil legal o autor enxerga uma análise ponderada de Vianna ao estabelecer ser inviável ter uma política liberal sem que a sociedade acompanhasse a mesma lógica. A ótica escolhida por Wanderley Guilherme para pensar o autor fluminense vai pelo caminho justamente dessa adequação, para utilizarmos um termo caro à Vianna, do liberalismo frente ao que a sociedade brasileira apresentava enquanto arranjo econômico, político e mesmo social.

Na análise de Santos é o princípio da nacionalidade que deve ser estabelecido para compreender as bases do pensamento de Vianna e não o princípio de liberdade como quis Lamounier. Nesse sentido a oposição também não estaria entre sociedade de mercado/liberalismo versus ideologia de Estado/autoritarismo; uma vez que a preocupação última do autor fluminense não era mesmo a economia, mas a construção de uma verdadeira sociedade onde o ideal de nação se firmasse e os indivíduos desempenhassem uma integração orgânica entre si e de subordinação ao Estado, este último defensor do bem comum.

Desenvolvendo a análise sobre Oliveira Vianna, Santos trás uma discussão fundamental como um primeiro passo básico a ser esclarecido – a própria noção de *liberalismo*. Antes de ser plasmado aos princípios defendidos no iluminismo e os ideólogos do capitalismo ganhando o caráter de conceito, a ideia de liberalismo já era utilizada, aliás, vale dizer, que muitos foram os usos dessa noção, trazendo dezenas de significados no interior dessa mesma palavra. Wanderley Guilherme apresenta duas dessas interpretações – o liberalismo enquanto conceito definido como uma organização social e econômica que tem no indivíduo enquanto ser econômico a garantia de uma sociedade bem estruturada, sendo esse o princípio da sociedade de mercado de que fala Lamounier; e o liberalismo enquanto ideal a ser buscado pela sociedade sem que haja conexão com as questões políticas.

Vale ressaltar que em nenhuma das formulações referidas do ideal de liberdade se encontra associada e garantida a defesa pela democracia. Perfeitamente em ambas tanto autoritarismo quanto democracia podem ser estabelecidas enquanto principio de organização. Admitir essa equação apresentada por Santos nos permite compreender porque, para Lamounier, Oliveira Vianna teria um caráter unicamente autoritário. Nem a República proclamada em 1889 era de fato liberal, nem Vianna era de fato um autoritário, tanto o primeiro quanto o segundo guardaram nuances deixadas de lado por Bolívar Lamounier.

Ao analisar os pensadores do período de 1920-1930 sob a chave do autoritarismo instrumental criado por Wanderley Guilherme o que se propõe é separar em dois grupos distintos o grande grupo que se enquadra na defesa de um Estado Forte e no afastamento da organização de mercado na sociedade brasileira. O marco divisor reside na ideia de perenidade ou continuidade proposta por cada um dos nomes do autoritarismo. Tais nuances diferenciadoras não são abrangidas por Lamounier ao propor o modelo de construção de uma Ideologia de Estado por parte dos autoritários brasileiros. Na proposição desse último autor todos estariam no interior de um mesmo processo, argumentando sob as mesmas bases e apresentando as mesmas proposições enquanto solução.

Partindo da premissa de que os homens não eram iguais em se tratando de assuntos políticos e que essa desigualdade teria surgido como consequência histórica característica do Brasil, os pensadores integrantes do que Wanderley Guilherme propõe como autoritarismo instrumental enxergavam a necessidade de estabelecer uma figura de liderança com capacidades que o destacasse e o fizesse digno de conduzir os demais indivíduos sociais quanto as decisões políticas nacionais. O fato de Oliveira Vianna e outros que enquadram o autoritarismo instrumental terem determinado a história – mais propriamente o passado histórico nacional – como o fator responsável pela realidade apresentada não apenas é uma novidade no cenário intelectual como também é o que permitiu que se compreenda o Estado tutelar como uma etapa a ser passada para atingir o próximo estágio – o do Estado liberal.

Se olharmos mais de perto tanto a análise de Bolívar Lamounier quanto a de Wanderley Guilherme dos Santos e aproximarmos ambas à conjuntura política organizada e praticada na Primeira República e às críticas que se seguiram a essa mesma realidade, poderemos enxergar pontos de defesa em comum ainda que por vias opostas. De maneira mais objetiva, a República liberal implantada em 1889 na forma oligárquica federativa como foi praticada não trouxe uma experiência de democracia para a sociedade brasileira, foram inúmeros os meios¹⁷ de se excluir a grande massa da participação não apenas política, mas também econômica, aos defensores desse sistema o ideal democrático estava a serviço de uma retórica política estratégica, mas do que propriamente um objetivo a ser alcançado. Dessa maneira, no interior da sociedade liberal o poder político se encontrava nas mãos da pequena elite econômica do agrarismo exportador.

Por outro lado, na concepção de Oliveira Vianna a sociedade que deveria se firmar não deveria buscar a democracia, mas pelo contrário, respeitar as diferenças marcantes da sociedade que historicamente foram sendo delimitadas já que, justamente essas desigualdades que tornavam necessário o Estado centralizado capaz de oferecer os subsídios sociais que a médio e longo prazo permitiriam a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Enquanto os liberais defendiam o inchaço do mercado como regulador social, onde a grande preocupação é com a liberdade econômica; os autoritários instrumentais defendiam a força estatal para se construir uma sociedade de fato orgânica e organizada.

Apresentando um claro esforço em analisar o pensamento do sociólogo fluminense de maneira mais aproximada daquilo que de fato foi escrito, Wanderley Guilherme chega mesmo a concordar com o diagnóstico que marcou o descompasso existente no Brasil entre política liberal e prática política liberal e entre organização política liberal e sociedade liberal. O modelo do autoritarismo instrumental tem como tentativa aliviar a forte crítica direcionada a Vianna que o colocava no mesmo hall de defensores dos modelos ditatoriais ou totalitários. A

¹⁷ Não vem ao caso nos prolongarmos nessa afirmação determinando um a um os meios excludentes oferecidos pela Primeira República, mas vale como exemplo primordial o sistema de voto que embora universal não concedia nenhuma garantia de exercício cidadão ao indivíduo votante.

ideia de que a defesa autoritária teria como fim último uma sociedade democrática – o caráter *instrumental* do autoritarismo – permite admitir que as bases desse pensamento se tornou parte da mentalidade política nacional.

Wanderley Guilherme dos Santos se aproxima mais uma vez de Oliveira Vianna ao determinar um caráter relacional entre o Brasil e o capitalismo e classe burguesa internacional. Segundo o analista, a inorganicidade diagnosticada por Vianna e o distanciamento político e econômico da realidade brasileira apareceria pelo fato de no Brasil tais instituições não se travestirem de um caráter nacional atribuindo seu reconhecimento nos organismos internacionais. Por isso não haveria aqui uma classe burguesa de fato que liderasse o projeto liberal.

Seguindo a partir do caminho nacionalista guiado por Wanderley Guilherme dos Santos fica, contudo, a questão: seria o termo autoritarismo instrumental suficientemente explicativo daquilo que se propõe significar? Após a crise econômica de 1929 também os Estados Unidos organizaram um Estado forte, centralizado capaz de dirigir a sociedade e dirimir os danos econômicos, e nem por isso o New Deal foi entendido pela intelectualidade como um plano autoritário. Vale refletirmos sobre a necessidade de certa distancia com a figura do Estado e sua defesa no interior das ideologias.

Ao que me parece diante das interpretações até agora apresentadas é que existe uma dificuldade por parte dos pensadores posteriores à 1930 e, principalmente, à 1964, em falar abertamente sobre a figura estatal. Quando essa última é colocada de forma positiva, como é caso de Wanderley Guilherme, guardadas as devidas proporções desse caráter de fato *positivo*, ela é acompanhada de inúmeras restrições e ressalvas que garantem que o autor não se comprometa com um pensamento por si só já condenado. É dessa maneira que apesar de admitir contribuições quanto ao pensamento de Oliveira Vianna, Wanderley Guilherme o plasma em um conceito limitado de *autoritário* aliviando em seguida com a ideia de instrumentalidade.

1.5. O Conservadorismo como problema

Linhagens do Pensamento Político brasileiro revela a intenção de Gildo Marçal Brandão em dialogar com os diferentes caminhos com os quais o Brasil foi pensado. Seguindo o dicionário Michaelis¹⁸, linhagem traz como significados: genealogia; linha de parentesco; ascendência; estirpe, casta, raça; condição social; grupo de parentesco; ora todas essas palavras fazem parte do vocabulário argumentativo dos pensadores em questão e se filiam a noção de tradição, de um percurso percorrido. É nesse caminho que Gildo Marçal constrói sua interpretação crítica sobre Oliveira Vianna. Segundo Marçal, o autor fluminense estaria filiado a uma tradição do pensamento brasileiro cujo caráter conservador se sobressairia.

A crítica de Gildo Marçal, entretanto se distancia da interpretação de Lamounier uma vez que ao primeiro o que se está em jogo não é o centralismo do Estado, mas a timidez com que são apresentadas as propostas de mudança. O problema da interpretação oferecida por Marçal é de cobrar do pensamento de Vianna um posicionamento marxista sem que esse último tenha tido qualquer filiação com essa ideologia. Se Gildo Marçal Brandão não confere um tom radicalmente negativo em sua análise, também não apresenta intenção de se distanciar das interpretações já consagradas. É nesse sentido que em outro trabalho apresenta a ideia de que Vianna “põem o dedo em algumas feridas” sendo essa a relevância de estudá-lo, apesar de sua obra ser “cheia de problemas ideológicos” e de uma “vontade de adaptar o real a desígnios convencionais”¹⁹.

A obra em questão apresenta assim um terceiro modelo de interpretação de nosso objeto central – Oliveira Vianna – e os demais nomes da intelectualidade entre 1920-1930 especialmente falando. Sob a ótica do marxismo Vianna ganha feições conservadoras em sua proposta de organização política uma vez que o sociólogo, jurista e historiador estaria em prol mais de reformas do que propriamente de uma verdadeira transformação. Segundo essa interpretação a proposta de Vianna traria um trabalhador organizado nas corporações, mas

¹⁸ Dicionário Michaelis Online. Disponível em { www.michaelis.uol.com.br } Acesso em: Fevereiro/2016

¹⁹ BRANDÃO, Gildo, “Oliveira Vianna – Populações meridionais do Brasil”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

desarticulado quanto a uma função política de agente direto no trato estatal uma vez que submetido aos seus líderes devendo se entregar à tutela do poder central.

Segundo Gildo Marçal Brandão a proposta de Oliveira Vianna consistia na defesa da: - “liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador”²⁰. O lado dos liberais, diz Brandão, também defendem a reforma do Estado, mas sua proposta de reconstrução caminha no sentido de discernir o poder político do poder administrativo e permitir o funcionamento de um Estado que não atropelasse a liberdade individual. Se os idealistas orgânicos colocavam a necessidade de um poder estatal forte capaz de agregar uma sociedade civil inorgânica; os idealistas constitucionais – liberais – viam justamente na presença desse Estado centralizado a responsabilidade pela inorganicidade social, por isso o poder estatal deveria ser reformulado sob as bases de uma divisão entre política e administração, entre poder do Estado e poderes estaduais.

A crítica de Gildo Marçal Brandão se dirige não apenas a Oliveira Vianna pelo seu conservadorismo, mas também aos liberais pela crença de que a boa lei produziria a boa sociedade sem grandes movimentos reais de mudança. A dobradinha *forma versus conteúdo* estaria presente entre os defensores do liberalismo e o sociólogo fluminense respectivamente. Sob esse aspecto o argumento central de Brandão é determinar que essas duas *linhagens*, para usarmos o termo escolhido pelo autor, de pensamento ultrapassam o contexto em que estão inseridas inicialmente e se constituem em formas tradicionais do pensamento político brasileiro, admitindo forte diálogo entre si. Embora o autor se distancie de ambas as correntes, Brandão enxerga a sobrevivência desses pressupostos teóricos a fim de superá-los.

O grande interesse de Gildo Marçal Brandão ao trazer Oliveira Vianna é demonstrar as continuidades e descontinuidades de seu pensamento em uma perspectiva macro, de longa duração. Segundo Brandão a dicotomia desenvolvida por Vianna entre idealismo orgânico e idealismo constitucional funcionariam

²⁰ *Id.* Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec. 2007., p. 247

ainda como as duas grandes chaves de leitura da situação político-econômica e social brasileira.

1.6. As muitas formas de Oliveira Vianna

As três chaves de análise propostas por Bolívar Lamounier, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão respectivamente – liberalismo x autoritarismo; nacionalismo x alienação liberal e progressismo x conservadorismo se constituíram como as três correntes principais para pensar Oliveira Vianna. O interessante é que se sabe mais sobre o autor fluminense a partir da confluência dessas três vias de interpretação do que adotando apenas uma delas.

É o que mostra o trabalho de Fernanda Xavier da Silva – As Quatro Faces de Oliveira Vianna – artigo publicado em 2015. Segundo a socióloga, Oliveira Vianna apresenta não apenas uma, mas múltiplas formas de interpretação uma vez que ele mesmo constituiu seu pensamento sob preceitos teóricos diversos. A partir dos subsídios teórico-metodológicos das muitas correntes científicas o argumento base do autor fluminense apareceu sob diferentes roupagens, obrigando um olhar *multifacetado*, para usarmos o termo trazido por Silva, sob o autor de Populações Meridionais Brasil. Segundo a autora

Não bastassem serem muitas as leituras, algumas delas têm sinais opostos; outras, por sua vez, dialogam com, nascem mesmo em resposta a uma interpretação anterior. Daí serem diversos e igualmente distintos os modos de se pensar a obra de Oliveira Vianna, sem contudo significar que um esteja correto e o outro errado, ou mesmo que exista uma maneira mais apropriada de interpretar o pensamento desse autor. Considerando que a formulação de ideias é um processo – está inserida na trajetória do autor e procura (ora mais, ora menos) responder aos desafios do seu tempo, escrita ao longo de três décadas, a obra de Oliveira Vianna acolhe permanências e transformações, tornando, pois admissível diversas interpretações.²¹

Admitida essa hipótese defendida pela autora podemos corroborá-la a partir da observação da própria elaboração dos livros de Oliveira Vianna. Esses não seguem uma ordem cronológica de desenvolvimento e nem foram produzidos concomitantes ao tempo em que foram publicados, em sua grande maioria, foram reunidos diversos artigos escritos ao longo de sua vida pública e acadêmica e

²¹ SILVA. Fernanda Xavier. As quatro faces de Oliveira Vianna. Unicamp. 8º encontro ABCP. RS., p. 133

compilados em um texto único. Por essa razão, para entender o autor fluminense é preciso saber o terreno movediço em que suas argumentações se constroem. Digo movediço, porque mesmo a intenção de contextualizar suas ideias ao período em que foram produzidas deve seguir a ressalva por não seguirem a data de publicação do livro. Ainda que não se queira abarcar toda a extensão das obras do autor é preciso entender que o mesmo é fruto dessa soma de todas essas leituras que fizeram dele. Entretanto o fato mesmo dessa multiplicidade torna a ação de conceituá-lo minimamente perigosa.

Em sua análise a autora recorta as inúmeras obras publicas por Oliveira Vianna e tece aproximações entre um e outro modelo interpretativo. Dessa maneira a socióloga passeia entre as correntes também aqui apresentadas como a Ideologia de Estado de Lamounier, o autoritarismo instrumental de Wanderley Guilherme dos Santos, o conservadorismo de Gildo Marçal Brandão e seus desdobramentos – ruralismo e iberismo.

Esse caráter ruralista pode ser reconhecido no autor fluminense, uma vez que ele procura resgatar o passado colonial e os elogios a nobreza da terra, a família senhorial e os valores pacatos do homem do campo logo no início de *Populações Meridionais do Brasil*. Já a faceta liberal apareceria em seus artigos publicados em jornais nos idos de 1910 e quem a resgata é, especialmente, Brasil Junior. A formação política da Inglaterra e sua sociedade são resgatadas constantemente pelo autor como modelo do que seria a verdadeira experiência de liberalismo e democracia.

O autoritarismo aos moldes do que propõe o caráter instrumental de Wanderley Guilherme dos Santos estaria latente em o *Idealismo da Constituição*, quando Vianna apresenta a realidade inglesa como um ideal a ser alcançado pelos indivíduos do Brasil. Tal posicionamento é abandonado pelo sociólogo fluminense, segundo Silva, quando da passagem da década de 1930 veio a tona a experiência do Estado Novo. Aquilo que antes seria uma ferrenha defesa aos moldes de vida inglês, agora na reedição de o *Idealismo da Constituição* se prestava a defender a organização do Estado Novo. Segundo Silva tal mudança pode ser entendida a partir da

(...) experiência do Estado Novo, associada à conjuntura mundial de falência dos regimes liberais e à ascensão de regimes totalitários, mostra ter uma ação poderosa sobre o autor, tornando a centralização do Estado um objetivo em si. Assim, Oliveira Vianna surge como formulador de uma nova ideologia de Estado: a ideologia de Estado autoritário.²²

A face iberista estaria aliada à emergência do conceito de cultura adotado por Vianna mais precisamente em seu livro *Instituições Políticas brasileiras*. Ainda em busca da explicação para compreender a equação apresentada entre política e sociedade brasileira, Oliveira Vianna adota a ideia de hábito e tradição para justificar a necessidade de que a grande massa se tornasse “alfabetiza” politicamente e acompanhasse os arranjos desejados pelo poder estatal acompanhado das elites dirigentes.

O que Fernanda Xavier da Silva traz de maior contribuição é apresentar um Oliveira Vianna, fruto de seu tempo, fruto das novidades em matéria de ciências acadêmicas, fruto da ação direta enquanto partícipe do poder público, fruto do conflito vivido entre a modernidade e o conservadorismo – marca da realidade carioca na entrada do século XX. Desejoso de mudanças legítimas para o Brasil e encantado com as novidades acadêmicas que vinham surgindo, Vianna guarda no interior de cada obra um complexo a ser explorado.

Se a corrente Liberal, Nacionalista ou Marxista se perpetuaram e se difundiram, chegando mesmo a se desdobrarem em outras linhas de interpretação ao longo dos anos elas não conseguiram (de forma intencional ou não) oferecer uma interpretação satisfatória, ao menos para os que como eu, se colocam agora diante do pensamento do autor. Tais conceitos deixam mais questões em aberto, a mais importante de todas, a meu ver, responder como um intelectual que supostamente estaria preso em um pensamento teria conseguido sobreviver na historiografia mesmo com todo o esforço em apagá-lo? É nesse sentido que entendo essas interpretações mais como *desajustes* do pensamento do autor, por elas mais afastarem o autor daquilo que ele produziu e pouco revelarem seu pensamento.

Assumir o caráter múltiplo como diz Fernanda Xavier da Silva parece ser o caminho mais apropriado para um autor que foi em toda sua vida intelectual um

²² *Id. Ibid.*, p. 149

homem multifacetado – jurista, sociólogo, historiador – e que apesar de dialogar com as ciências e suas ideias modernas se manteve sempre fiel a um pensamento tradicional forte. Esse caminho embora não negue as interpretações que cercaram o autor ao longo desses anos, promove um rearranjo das mesmas uma vez que consegue assimilar o que cada uma diz sobre Vianna sem cair no problema dessas caixas interpretativas que enviesam a leituras resgatando, assim, as amplas nuances que moldaram e permitiram chegar às muitas faces do autor. Sem, igualmente, optar exclusivamente por uma ou outra em caráter excludente das demais, resta saber os caminhos que o próprio Oliveira Vianna oferece para interpretar o Brasil e a si próprio.

2.

Brasil interpretado, Brasil inventado, Brasil perpetuado

“Quero apenas acentuar um traço. É que as teses nele (Populações Meridionais do Brasil) defendidas e as conclusões, a que cheguei do estudo objetivo da nossa formação social e política, têm tido e estão tendo – aqui e fora daqui, na agitada atualidade em que vivemos – esplêndida e integral consagração.”²³ (GRIFO MEU)

Assim Oliveira Vianna abre em nota a quarta edição de *Populações Meridionais do Brasil* no ano de 1938. Essa fala antecedida pela informação de que o livro permanecia fiel a sua primeira edição não é em nada despretensiosa. Em 1938 enquanto seu primeiro livro seguia sendo reeditado e lido, Oliveira Vianna já havia lançado outras obras e iniciado sua carreira de homem público – não apenas no prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, como também membro do governo republicano do Estado Novo de Getúlio Vargas. A essa altura, com seu nome consolidado no meio acadêmico e político – esses dois, aliás, vale dizer, imbricados que eram ainda naquele momento – haviam também se firmado os nomes que podemos considerar enquanto pares do pensador fluminense e os que se constituíam como seus críticos ferrenhos.

O que estava em jogo, portanto, na passagem de nota de Vianna não é mera exaltação de seu trabalho, mas uma clara afirmação da validade e valor de seu pensamento. Como um recado polido (ao estilo do autor) nas entrelinhas, Oliveira Vianna responde àqueles que, fácil supor, teriam criticado suas análises. Enaltecendo a receptividade *esplêndida* e *integral* de sua obra, destaca o reconhecimento que obteve e que o permite ocupar o lugar em que estava agora. Esse movimento de afirmação se torna mais fácil de compreender quando tomamos de empréstimo a análise de Ângela de Castro Gomes contida em *A República, a História e o IHGB*²⁴. Seguindo a autora temos a passagem dos anos finais do Império e as primeiras décadas do século vinte, período de consolidação da História no meio acadêmico, envolta em discussões quanto ao seu caráter científico ou não, e mais propriamente, do campo da História do Brasil, o que abre espaço de disputas pelo mesmo.

²³ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Itatiaia. 4º ed. 1938. pág. 12

²⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Fino Traço. 2009

Nesse momento não apenas o conteúdo de História estava em definição como também os caminhos pelos quais ele deveria ser alcançado – ou seja, o método do fazer História do Brasil. Somado à essas definições se apresentava outra tão importante quanto – a de quem seriam aqueles que, reconhecidos como historiadores, garantiriam o direito de narrar a História. Esse caminho de afirmação vai ao encontro de Pierre Bourdieu que integra os conceitos de *campo* e o de *habitus* entendendo que juntos eles produziriam um *modus operandi* que determinaria as ações de cada campo específico.

Ainda em Bourdieu, a ideia de habitus traz em sua gênese a dinâmica da aproximação entre velho e novo. Fruto de uma experiência arraigada pelo tempo passado, ele garante em seu *modus operandi* a sua permanência e, também sua renovação. O campo seria assim, espaço de relações em movimento que culminariam nos próprios arranjos sociais. Sem esquecer, como já mencionado acima, que os campos do academicismo e da política tinham pouquíssima distinção, o que se tem em formação é a disputa e a consolidação de dois campos conjugados – não apenas dos historiadores, como dos engajados políticos.

No limite entre esses dois campos, Oliveira Vianna se esforçava para ser reconhecido pelos homens públicos, políticos e acadêmicos. Embora pareça óbvio dizer o sentido oposto também se apresentava como importante arma de disputa, ou seja, negar ao outro o reconhecimento como integrante do campo em questão também era uma forma de se consolidar, de determinar seu modelo como hegemônico. É exatamente isso o que Ângela de Castro Gomes apresenta quando afirma que os homens de 1930, dos quais Oliveira Vianna faz parte, condenaram a experiência republicana até então, no mesmo movimento promovido pelos republicanos em fins do Império condenando a monarquia. Seguindo essa lógica, de que o tempo presente ao mesmo tempo em que reforça uma tradição, nega e condena as demais, e admitindo isso também para os indivíduos e não apenas para os eventos, fica clara a necessidade de Vianna afirmar que, estando na quarta edição, suas ideias permaneciam em circulação e bem aceitas.

Entendendo os anos finais do Império e primeiras décadas republicanas como período de intensas reflexões entre a política e a cultura, Ângela de Castro Gomes também compartilha da ideia, presente em Vianna, de que a abolição e a

proclamação da República impactaram sobremaneira os indivíduos da época. No momento marcado pela historiadora como sendo de consolidação da História do Brasil, se discutia a compreensão da História enquanto ciência ou enquanto arte, ou uma análise que abrangesse esses dois universos analíticos. A nova concepção de História se afastava da filiação documental que vinha tendo com Ranke, de reprodução integral dos fatos narrados.

O IHGB emerge no interior dessas discussões como uma das mais importantes “sociedades de discurso”, segundo a autora. Instituição nascida e associada ao Império, lançava-se agora à tarefa de garantir sua sobrevivência no interior do novo modelo de governo, sendo, aliás, esse o grande desafio do Instituto -: “tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República”²⁵. Precisava assim, firmar um novo discurso, um discurso moderno. O caminho do fazer histórico que ia se desenvolvendo naquele momento passava agora pela noção de realidade sem que houvesse a pretensão pela busca de uma história “total”, muito menos que fosse “mestra da vida” ou fruto de algum *providencialismo miraculoso* como revela a historiadora. A articulação do campo historiográfico que vinha sendo firmado não comportava mais as velhas práticas de análise generalistas comuns ao ofício do historiador, a única característica que resistia aos novos tempos era a compreensão do caráter pragmático da História que, pelo contrário, se reforçava nessa nova visão.

Esse caráter pragmático da História que terá grande destaque no pensamento de Oliveira Vianna, deixa pistas da maneira como esse autor pensava essa ciência e sua relação com as demais. Entender a História como *pragmática* era imputar uma funcionalidade, uma serventia à sociedade de um modo geral e, para a construção de seu argumento mais especificamente falando. Isso porque a função da História, para Oliveira Vianna, seria o de justificar seu programa político defendido. A História enquanto passiva e ativa na sociedade teria papel de destaque por ser por meio dela que se poderia entender a *realidade* e pensar a melhor forma política para o conteúdo que ela oferecia.

²⁵ *Id. Ibid.*, p. 30

O conceito de *realidade* também adquire fundamental importância no pensamento de Oliveira Vianna sendo o ponto de partida tanto para suas críticas, como para sua argumentação. Assim como a ideia de cultura e a própria noção de História, ele entendia a realidade como coletivos especificados pelo tempo e pelo meio. Se a realidade não era uma só para todo o Brasil – e isso será sua justificativa para defender um Estado que agisse de forma a abarcar essas especificidades – ela também não era determinada de maneira distinta para cada indivíduo social, mas compartilhada pelos habitantes de cada estado que compunha a nação. São exatamente essas múltiplas realidades que permite que ele fale em *populações* e não em uma nação. Para além disso, Vianna atribuía a esse conceito de realidade as noções de passado e presente ao mesmo tempo e mais uma vez se reforça o valor da História em seu pensamento. As realidades apresentadas em cada região seriam uma junção das experiências do passado com o que se fazia desse passado agora no presente.

É Pedro Lessa, representante do IHGB quem Ângela de Castro Gomes chama para dar o tom do debate. Para ele a História deveria se afastar da concepção proposta pela filosofia da história já que a noção de tempo trabalhada pelos historiadores era mais elástica do que das outras ciências sociais situadas que eram na ideia de presente. Não havendo espaço para elaborar generalizações, a História deveria informar sobre o passado, civilizar a nação. Oliveira Vianna não nega o caráter pragmático da História, muito pelo contrário, ele o coloca na mais alta conta, mas se distanciando de Pedro Lessa, defende a cientificidade do campo ainda que de forma diversa do que vinha sendo estabelecido no século XIX. Ou seja, o valor da História em Vianna não estaria apenas em informar sobre o passado, mas em permitir elaborar uma compreensão mais abrangente sobre o presente e reverter aquilo que ele entendia como problema.

Embora procurando se renovar o IHGB ainda guardava forte afeição com o passado imperial, é nesse sentido que me parece ser possível compreender a admissão de Oliveira Vianna como sócio no interior da instituição mesmo que o intelectual em questão não seguisse o *modus operandi* reconhecido e determinado pelo metiê. Em diálogo com Luiz de Castro Faria apresentado no livro de Ângela de Castro Gomes, fica clara a importância do IHGB reconhecer Vianna como

historiador. Sendo esse último alguém simpático ao discurso dos tempos do Império, ou seja, próximo à tradição da instituição, tê-lo como membro servia como uma forma de ao mesmo tempo renovar e preservar o caráter do órgão moldando um pensamento, moldando um *Brasil*.

Estabelecer que Vianna fosse um “fundador de discursividades” e não um “interprete do Brasil”, como disse Luiz de Castro Faria, significa assim, que mesmo o intelectual fluminense não apresentando uma metodologia aproximada com a de outros historiadores já consolidados, mas adquirindo o direito de ser reconhecido como um, Vianna, e, por conseguinte o IHGB teriam validado um (discurso de) Brasil. Esse jogo de reconhecimento não era uma via de mão única. O IHGB o garantia como historiador, da mesma forma que esse último validava a existência da própria instituição.

Entender o autor fluminense como *fundador de discursividades* determina compreender que a utilização das fontes selecionadas por ele possuem um direcionamento analítico diferente daquele dado pelos *intérpretes*. Tais fontes são moldadas de acordo com os interesses que guiam o autor, não havendo pretensão quanto a isenção, a imparcialidade ao se utilizar das mesmas, a pretensão defendida é apenas a da objetividade. Estando à serviço de um propósito prático – embasar uma argumentação do autor, conceder subsídios teóricos e/ou uma espécie de liga unificadora que garanta que todos os que entrem em contato com sua análise enxerguem e compartilhem da visão definida. É nesse sentido que se fala no caráter pragmático da História para além de formar a identidade nacional – ele constrói *uma* identidade nacional intencional.

Esse reconhecimento que Vianna prestava ao IHGB aparece atrelado à compreensão que o intelectual fluminense defendia a respeito do que seria a História. Sem negar completamente Pedro Lessa, Oliveira Vianna admitia as chamadas “leis gerais” da história, por consequência seu caráter de ciência, embora entendesse não ser possível ao historiador acessá-las. As *ciências auxiliares* que ele destaca como fundamentais juntamente as associações culturais como o IHGB, seriam a única forma, em comunhão com a análise proveniente do historiador, de se conseguir desvelar tais “leis”. Essa estrutura que Vianna organiza para se pensar e fazer História resolvem duas questões – a primeira a

metodologia que ele utilizava ao escrever que divergia dos historiadores já reconhecidos à exemplo de Capistrano de Abreu; e, a segunda a valorização de uma instituição marcada por sua aproximação monárquica, agora na República. A passagem no prefácio de *Populações Meridionais do Brasil* expressa bem essa determinação da História em união com as demais ciências, nas palavras do autor

É preciso que várias ciências, auxiliares da exegese histórica, completem com seus dados as insuficiências ou obscuridades dos textos documentários ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas páginas mortas. O culto do documento escrito, o fetichismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade. Estas, principalmente, abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência histórica um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adscrita ao campo da pura exegese documentária.²⁶ (GRIFO MEU)

Alguns pontos dessa citação precisam ser olhados com maior atenção. Tradicionalmente associado às correntes deterministas da história, a fala de Oliveira Vianna expressa nessa passagem, somado às análises de Ângela de Castro Gomes, permitem, porém, tecer outra compreensão quanto à metodologia do historiador. A abrangência de que o autor se servia para elaborar suas análises, utilizando os vários vieses conseguidos pelas inúmeras ciências *auxiliares* se justificava justamente no esforço que Vianna fazia para dotar a História de um caráter científico. E isso porque o argumento central presente em todas as suas obras era o da livre imaginação daqueles que fizeram política até então no Brasil, sem um compromisso com a objetividade, com a observação da realidade. Portanto, era imprescindível que o autor admitisse a existência dessa última tal como ele vinha apresentando. Isso vai ao encontro da própria posição de Vianna e de sua pretensão com seu discurso – a formação de uma mentalidade para operar o meio público, para ele o passado

tem ressonância, ou seja, não se configura num discurso imaginado ou inventado simplesmente, pelo contrário, ancorou-se em estudos e reflexões históricas e sociológicas da formação nacional brasileira, buscando responder questões do seu tempo presente, tanto do social quanto do político. (...) este estudo do passado não passou incólume pela ideologia política da qual era simpatizante. O passado se encontra, em suas obras, ressignificado, ou seja, na construção do discurso, Vianna objetivava, além de explicar os males de origem dos problemas

²⁶ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal. 2005., p. 14

enfrentados pela política nacional ao longo da formação nacional do Brasil, oferecer um projeto político. (GRIFO MEU)²⁷

Embora Vianna validasse seu discurso como historiador, reconhecido por uma instituição renomada como o IHGB, ele não podia comprometer seu papel político se travestindo de historiador de ofício e abrindo mão do que ele chamava de “conjecturas disciplinadas”. Ou seja, ainda que os novos parâmetros do metiê dos historiadores se firmassem dentro da perspectiva de Pedro Lessa de que não seria possível à História a realização de projeções para o futuro ou lições ficando sua importância restrita ao seu alicerce fundamental – o tempo passado – era próprio do discurso político justamente apresentar um caminho a seguir. Sabendo que poderia ter seu pensamento negado por apresentar tais artifícios, Vianna tirava qualquer abstração de suas *conjecturas*, sendo essas *disciplinadas* pela cientificidade e potencialidade das demais disciplinas sociais.

2.1. O passado (in) formador

Escrito em 1918 e lançado em 1920 o primeiro volume do livro intitulado *Populações Meridionais do Brasil*, obra inaugural de Oliveira Vianna, traz questões que não eram próprias ao autor, mas a todos os homens interessados em pensar o país naquele momento, como já destaquei anteriormente. A experiência republicana, o liberalismo político e econômico, os caminhos para o progresso, a opção pelo federalismo ou pelo centralismo; enfim, questões que o autor fluminense buscou explicar a partir do conceito de *nação*. Essa palavra era para Vianna, o fundamento de todo seu argumento, isto é, para ele, ela seria a origem de todos os males e também a fonte das soluções. Em parágrafo de abertura, Gildo Marçal Brandão destaca o propósito objetivo de Vianna ao escrever tal livro, diz ele:

“Se quisermos construir uma nação soberana, capaz de preservar sua identidade em confronto com os povos práticos e objetivos que estão se assenhoreando do globo, é preciso mudar radicalmente de métodos. É preciso começar conhecendo-nos a nós a mesmos, o povo como realmente é – sua formação histórica e social, suas instituições políticas, sua atitude perante o Estado. É preciso lutar para dar

²⁷ FILATOW, Fabian. (Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: Produção Intelectual de Legitimação do Estado Autoritário para a Política Brasileira. TjRS. 2012.

consistência, unidade e uma consciência comum a esta vasta massa social informe e ganglionar que ele é hoje”.²⁸

Acreditando que nesse caminho se conseguiria traçar a solução para aquilo que o autor enxergava como o grande problema do país – a falta de uma verdadeira nação – tem-se em *Populações Meridionais do Brasil* uma radiografia da sociedade brasileira, ou melhor, das *populações* integrantes do Brasil. Observando o título do livro em questão, já se percebe a força da ideia de unidade para Oliveira Vianna, não sendo despropositada a escolha pelo uso da palavra “população” no plural. Essa última seguiria a clara defesa de sua ideia de que não havia uma sociedade brasileira integrada até aquele momento.

Esquemático em quatro partes, o primeiro volume da obra inaugural de Oliveira Vianna se volta à aristocracia rural, a formação histórica – da sociedade, a formação social, a formação política e a psicologia política. Em uma análise que estaria interessada em descobrir o *verdadeiro*²⁹ Brasil de dentro para fora, a escolha por deixar os capítulos a respeito da política como sendo os de encerramento do primeiro volume, portanto, posteriores às análises históricas, também é intencional. Para o autor, a política derivava da sociologia, portanto, a história do povo seria condutora da melhor forma de governo - dessa maneira se fazia fundamental conhecer primeiro quem era esse povo para depois se pensar em uma política para o mesmo. O caminho analítico de Vianna seguia assim o curso do mundo prático ao mundo das leis, tal como da história sociológica para a política.

A divisão em dois volumes, um referente às “populações rurais do centro-sul” e outro ao “campeador rio-grandense”, pode ser entendida mais uma vez em confluência com as percepções do autor com relação a seu objeto de estudo. Vianna defendia a ideia de que o Rio Grande do Sul seria o único estado em que havia de fato, entre os indivíduos, uma consciência pública instituída. Povo com uma história diversa do restante das regiões do Brasil carregava consigo a presença das disputas políticas entre os domínios de Portugal e Espanha. Esse

²⁸ BRANDÃO, Gildo, “Oliveira Vianna – Populações meridionais do Brasil”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

²⁹ Que para Vianna estaria escondido sob o academicismo, o bacharelismo, ou seja, o mundo das ideias.

destaque atribuído pelo autor ao tipo social gaúcho pode ser compreendido em uma dupla interpretação – tanto por uma ideia de admiração com relação à população que de fato havia conseguido assimilar a ideia de uma vida pública, quanto de reforço de uma ideia de que eles se constituíam em uma população a parte, não apenas na sua história, como no modo de vida. Tal assertiva pode ser justificada pelo fato de Vianna estabelecer o produto do centro-sul, ou seja, o bandeirante, o verdadeiro tipo fundacional da sociedade brasileira, sendo essa região a de maior destaque na visão do sociólogo.

A estrutura do pensamento de Vianna revelada na organização de *Populações Meridionais do Brasil* para além de traduzir sua visão a respeito do país, expressa também a metodologia que utiliza para *fazer* História. Partindo da análise da formação da aristocracia rural, o autor amplia sua análise para a formação histórica dessa mesma aristocracia e a integra à formação social, à formação política e finaliza com a psicologia política, ou seja, com a ciência auxiliar que melhor cumpria a função de efetivamente o *auxiliar* no seu projeto de oferecer uma saída possível. Antonio da Silveira Junior e Maurício Veiga Junior em comparação referente à análise de Vianna contida em seus artigos de 1900 a 1910, os quais fazem parte da primeira obra lançada em 1920 observam uma alteração com relação àquilo que seria o principal foco da argumentação do autor – o Estado. Esse último, atrelado à sociedade, em 1910 aparece justificando a forma da população enquanto em 1920 é *ele* quem se justifica exatamente por essa população.

Isso tem uma razão de ser bastante clara quando nos aproximamos da organização lógica argumentativa de Vianna. Em 1910 o pensador fluminense expõe sua crítica ao novo sistema político republicano que se conformou em 1889 pondo fim ao Império, sua preocupação, portanto, estava exatamente em expor os males da política escolhida, culpar a República pelos problemas vividos pelos indivíduos fundamentava sua argumentação de oposição. Já em *Populações Meridionais do Brasil* o cerne estava em apresentar um caminho possível para conformação da nação e consolidação do Brasil enquanto tal em seus diferentes vieses constitutivos, por isso, reconstruindo a trajetória do país, ou seja,

resgatando sua História ele chegava à conclusão – já previamente organizada pelo autor – de que haveria a necessidade de outro governo para aquela sociedade.

Em outras palavras, embora a figura do Estado não deixe de aparecer, ele não era o mesmo nas duas análises produzidas por Vianna. Em 1910 é criticado sob a forma republicana liberal que havia sido organizado. Trazido na obra de 1920 do pensador fluminense esse Estado que no passado se constitui exemplarmente na forma do Império, agora, segundo as projeções do autor, deveria ainda que sob a forma de República, se travestir de uma substância centralizadora.

Ainda sobre o livro *Populações Meridionais do Brasil*, Gildo Brandão enfatiza a vivacidade de tal obra, segundo o Brandão: “(...) se chega a ser ridículo o esforço recente para tapar o sol com a peneira e minimizar o fato de que a obra é “cheia de preconceitos ideológicos” e de uma “vontade de adaptar o real a desígnios convencionais”, para usarmos o termo de Antonio Cândido, cabe reconhecer que tanto o retrato do Brasil como as teses políticas que emergem de suas páginas, põem o dedo em algumas feridas e constituem um desafio à teoria e à prática da construção da democracia do país. O livro guarda importância por si só, o que motivou a mim foi à inquietação que ele nos causa quase cem anos depois”.

No primeiro capítulo do livro *Populações Meridionais* Viana se dedica a mostrar o funcionamento do grande domínio rural, expressão máxima da organização econômica do Brasil colonial, e origem dos problemas nacionais. Vivendo como espécies de mini-sociedades espalhadas pelas terras brasileiras, esses domínios liderados pelos senhores, constituiriam uma organização social problemática do ponto de vista da formação de uma vida coletiva.

Oliveira Viana diz que nessas sociedades rurais a experiência de uma auto-suficiência econômica dos senhores fazendeiros, transformava o comércio em algo secundário, não possibilitando o grande desenvolvimento do vendedor fixo. O comerciante passava a ter o caráter “migratório” – mascates – se deslocando pelas fazendas. Essa dinâmica dos grandes domínios acabava por atrair os comerciantes para o seu interior e os anulava conseqüentemente.

Essas engrenagens desenvolvidas no interior dos grandes domínios, que resultavam em um fechamento em si mesmo, acabavam prejudicando a evolução do meio urbano. Uma vez que os comerciantes eram minados pelas estruturas agrárias que conseguiam se manter isoladas, comércio e indústria se tornavam precários, não podendo contar com um corpo considerável de consumidores. O grande domínio, como chama Oliveira Viana, gerava um atrofiamento ou até a inexistência de uma economia propriamente urbana.

Um ponto fundamental salientado nesse capítulo, e que serve de base para o futuro questionamento produzido por Oliveira Viana, em relação às instituições liberais, é a questão da relação que esses senhores estabeleciam no campo político. O autor analisa que essa força econômica dos grandes domínios, exercida sobre as cidades, também podia ser percebida nas questões políticas, sendo os senhores também os detentores desse poder.

Ainda em relação à dominação estabelecida pelos senhores rurais, Viana diz que essa atinge diretamente três tipos de trabalhadores. Trabalhadores livres, escravos e foreiros seriam os constituintes das classes dependentes. Mais precisamente em relação à primeira classe, Viana diz que fugiria totalmente da lógica encontrada na Europa. Sendo frágeis e inconstantes, elas representariam uma dinâmica única.

Utilizando como comparação as relações de trabalho estabelecidas na Inglaterra, o autor mostra como lá a dependência era mútua entre gentry, yomen e operários rurais; uma vez que esses últimos eram a única mão de obra e, esses operários não tinham outro lugar para empregar seu trabalho. No Brasil a escravidão muda esse cenário retirando importância e necessidade da mão de obra livre. Nem mesmo o operariado se via ligado pela dependência ao senhor rural, ele conseguia se manter por um bom tempo sozinho.

Esses grandes domínios rurais destacados por Oliveira Viana nos primeiros capítulos, objetivamente pelo viés econômico, serão mostrados ao longo do livro fundamentalmente pelo seu caráter social. Em outras palavras, esses domínios rurais econômicos existentes no Brasil colônia, se refletem também na organização social. Representam o que Viana irá chamar de *sociedades de clã*.

Essa ênfase no caráter social revela a mentalidade do autor em questão cujo viés culturalista se sobrepunha ao economicista. A cultura e, por conseguinte, a nação eram a base fundamental do pensamento de Vianna, todos os demais aspectos da vida em sociedade se explicavam ou se justificavam exatamente por esse eixo condutor. Não à toa que ao longo de suas obras Vianna oferece quase nenhuma análise quanto aos rumos econômicos do país, se limitando a expor a necessidade de criação das corporações, de uma modernização dos meios econômicos condizentes que deveriam ser com a vida urbana dentre outros aspectos de caráter abrangentes. Uma vez o Estado conseguindo conferir unidade à sociedade, transformando os indivíduos em uma *nação* brasileira a economia se resolveria por consequência.

Dentro dessa concepção, os senhores rurais funcionariam como os chefes dos clãs, de caráter predominantemente patriarcal e de estrutura menos estável. Segundo Viana: -“O que impele a nossa população inferior dos campos a congregar-se sob os senhores territoriais é a necessidade de defesa contra a anarquia branca, dominando, de alto a baixo, desde os primeiros séculos, toda a sociedade rural”.³⁰

Essa *anarquia branca* de que fala Viana representava a motivação da deturpação do uso da lei permitindo aos homens poderosos mandar e desmandar e usar a lei ao bel prazer provocando assim, essa solidariedade em torno do senhor rural. Construía-se assim, uma “justiça de compadres” que garantia a proteção e benefício quanto ao uso das leis. Uma vez desprotegidos dentro desse sistema de mandonismo, favoritismo, caudilhismo judiciário, essa classe pobre e fraca se abrigaria com os poderosos num ímpeto de defesa contra a lei deturpada.

Comparando os homens livres e pobres do mundo europeu, em relação aos homens que se encontravam no Brasil, Oliveira Viana demonstra que os primeiros conseguiam viver completamente livres e independentes. Possuíam a garantia de instituições isentas, funcionando em ordem natural. Já os homens das terras brasileiras não eram ninguém sem a existência de uma ligação com os poderosos que os amparavam. Justamente pela consciência de que as instituições eram

³⁰ *Id. op. cit.* 2005., p. 205

completamente parciais, discriminatórias e passíveis de influências desviantes da ordem natural.

Marcando essa conformação dos grandes domínios já citados acima, Viana ainda completa analisando a falta de qualquer vínculo social entre esses “feudos”. Não havia, assim, uma festividade, por exemplo, que perpetuasse essa solidariedade social entre vizinhos. Destaca-se ainda, a nulidade dos movimentos revoltosos caracterizados pelas lutas de classe representantes das grandes mudanças e evoluções em outras sociedades. No Brasil as lutas eram fracas, de curta duração e levantavam bandeiras pouco sólidas para que se conseguissem grandes transformações.

Oliveira Viana diz que é na presença de um inimigo comum que os homens esquecem do seu instinto insociável e, tal como os animais se agrupam numa solidariedade social protetora. No Brasil, porém, não havia esse inimigo em comum, na falta de uma sociedade realmente consolidada, havendo raros sinais de sociabilidades, encontrados apenas nos clãs rurais. A independência estabelecida pelos grandes domínios, simplificava (no sentido de reduzir a si) a vida social, não abrindo possibilidades de se estabelecer de fato uma solidariedade, restringindo-a ao que Viana chama de “solidariedade parental”. A influência desses grandes domínios se espalha por todas as esferas. Politicamente falando, a força dessas estruturas agrárias se faz a partir da dependência dos trabalhadores livres. A grande massa ociosa desse tipo de mão de obra possibilita aos proprietários rurais a formação de um numeroso exército para sua proteção e interesse – a capangagem.

A força dos senhores rurais e seus potentados, formam o exército de clã, se impondo até mesmo ao poder público. Esse último servia apenas de joguete nas disputas entre caudilhos rivais. Viana destaca São Paulo que indo mais além, não se restringia a lutar contra seus rivais, mas também contra as próprias autoridades locais. Extremamente importante para a análise posterior que fará a respeito da instauração do modelo liberal, Viana destaca o abismo que se apresenta entre a consolidação do poder público e a caudilhagem. Esses se expandiam e se consolidavam muito mais rapidamente do que os primeiros.

O processo brasileiro se opõe ao que se deu no Ocidente onde o processo de colonização ocorreu de forma lenta e progressiva, e os órgãos do poder público foram seguindo-o sem perder contato. Sendo o oposto também do ocorrido na América do Norte, onde, embora a colonização tenha se dado de forma rápida, a integração entre poder público e os territórios foi mantida graças às redes ferroviárias. Aqui, a colonização teria se consolidado de forma rápida e efetiva a partir do momento em que a figura do Estado português se fez presente, entretanto, não sem conseguir de forma efetiva a integração de todo o território brasileiro o que implicará justamente na formação de poderes isolados.

Essa centralidade efetiva do poder público será alcançada, segundo Viana, pela presença do rei, estando a ele atrelado o sincretismo nacional. Todo o país se integra política e moralmente sob o poder imperial localizado no Rio de Janeiro. Oliveira Viana salienta ainda nessa parte, o localismo, tão fortemente encontrado no Brasil, concretizando um maior apoio e ligação entre os deputados brasileiros com a coroa portuguesa, do que uma união entre si.

Esse sentimento localista, o provincialismo que permeia moralmente a ideia de nacionalidade desses homens às voltas do poder, só não se concretiza em um movimento separatista pela fidelidade ao rei. Porém a organização municipal não consegue encontrar espaço, esbarrando nos latifúndios que diferentemente do que se encontra no mundo inglês, por exemplo, não detêm uma divisão do trabalho que privilegie a interdependência entre as famílias. O isolamento entre os latifúndios, os mantém isolados entre si, ligados apenas pela devoção ao rei. É a essa fidelidade que se deve a integridade do território nacional. Importante destacar, contudo, que esse centralismo não consegue acabar com a caudilhagem, essa apenas se desloca para o centro. Os movimentos políticos giram em torno da luta entre caudilhos liberais e conservadores, representados por um chefe central.

Essa questão exposta por Oliveira Viana será fundamental para sua tese a respeito do liberalismo importado para o Brasil. A luta entre os caudilhos liberais desejosos da lógica britânica: “o rei reina mais não governa”, contra os caudilhos conservadores defensores do *principio do poder pessoal do monarca*.

Após essas análises pautadas nas questões históricas e sociais, Viana se propõe apresentar a psicologia do povo brasileiro. Influenciado pelas ideias advindas da biologia, como já dito em páginas anteriores, Viana reconhece uma índole diversificada do povo brasileiro, gerando uma especificidade da história nacional, essa seria tranqüila, passiva. A índole de equidade, justiça e moderação, segundo Viana, seria o principal fator explicativo dessa dinâmica de desgoverno expresso na frase “No Brasil todos mandam, ninguém obedece, e tudo vai bem” de Ribeyrolles³¹.

Considerando o tipo anglo-saxão como o exemplo de perfeição, Oliveira Viana constrói, os tipos sociais que formam o povo brasileiro. Tem-se então, o tipo gaúcho que possuiria talento para se opor à autoridade, o sertanejo que seria detentor de coragem física e o *homem do meio dia*, principal na análise de Viana, vindos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esses homens centro-meridionais que, se sobrepondo aos das outras regiões, não possuíam nenhuma característica que acarretasse em uma capacidade para o combate cívico. Menos providos de força física que os homens dos pampas ou do sertão, apresentavam uma passividade estática. Representante do temperamento nacional, como diz Viana, o tipo centro-meridional traria em seu seio a ausência de vontade combativa.

Por acharem-se mais cultos que os demais são também, segundo Viana, mais frios, não colocando a emoção, o sentimento em prol de alguma causa. A explicação para tal atitude estaria resumida ao que diz Oliveira Viana: “o que distingue as revoluções civis, nas zonas meridionais, é, de um lado, o seu caráter puramente doutrinário, a sua origem exótica, extranacional; de outro, a ausência do povo”³².

Desde a ação que culminou na Independência do Brasil, segundo Oliveira Viana, se conseguiria perceber essa índole dos homens meridionais, tipos preponderantes nacionais, já que figuravam nas principais regiões do país. Ocorrida através de palavras e idéias, diferindo das lutas que acompanhavam os territórios vizinhos: Argentina e Bolívia; o movimento de Independência reforça

³¹ *Id. op. cit.* 2005., p. 399

³² *Id. Ibid.*, p. 397

essa constituição pacífica da raça, ajudada ainda, pela geografia e história, que os teriam afastado de conflitos.

Oliveira Viana vai assim, construindo ao longo de seu primeiro livro, o pensamento que o acompanhará ao longo de sua trajetória e de suas obras. A partir das questões levantadas em *Populações*, encontra-se uma origem para as deturpações e deficiências presentes na história nacional. Para Oliveira Viana, as esferas entre público e privado interpõem suas fronteiras uma vez que, permite que uma lógica pautada nas relações pessoais mova esses espaços partindo de interesses próprios. A dinâmica social apresentada por Viana, teria se enraizado de tal forma que acompanhou a sociedade brasileira ao longo do tempo e a diferenciou das outras.

Oliveira Viana mostra ao longo desse livro que, no Brasil havia se consolidado apenas uma solidariedade: a do clã rural em torno do grande senhor. Geraram-se apenas células de uma vida pública impedida justamente por esses clãs; todos os outros tipos de solidariedade ou são estranhos ou, doutrinas sem ação prática, fora do psicológico nacional. Para o autor, a organização da nossa sociedade já nasceu com uma política pronta. Essa formação política precedente seria a resposta do abismo encontrado entre sociedade e instituições públicas. Não houve a experiência de um mundo urbano comum a todos. Desde sempre, viveu-se o isolamento dos grandes latifúndios.

Segundo Oliveira Viana, os grandes senhores no Brasil se diferiam dos homens europeus. Esses últimos conseguiriam distinguir o poder público e suas figuras representativas em relação ao âmbito privado e, por isso, aceitariam a subordinação ante as autoridades. Já os homens brasileiros, não teriam atingido essa maturidade da consciência política sendo essa o motivo de continuarem insubordinados as instituições políticas, apenas conseguindo admitir o “poder pessoal” do monarca. Faltaria a esses homens, compartilhar aspirações, formar um ideal coletivo, tendo permanecido estáticos sob a figura do Estado que possuía o comando e direção de tudo e todos sem, entretanto, se enxergarem como parte de um mesmo organismo.

Aos homens centro-meridionais, caberia não apenas à índole pacífica, mas também a importação de modelos do estrangeiro. Aspirações, ideologias, doutrinas, teriam sido importadas por esses homens de países que nada teriam a ver com os problemas e sistema vividos aqui. As “campanhas liberais” que Oliveira Viana critica, não serviriam ao Brasil; quando as agitações passavam percebia-se a lacuna existente entre o proferido e o vivido, tornando incompreensível o valor da luta.

Havia, portanto, um fosso entre o novo tipo social fruto do novo mundo e, o tipo social já existente no exterior. O grande problema, diz Viana, seria o fato dos homens nacionais não conseguirem enxergar suas diferenças em relação ao mundo europeu, não compreendendo que as necessidades e aspirações são outras. Exemplo basilar desse erro estaria no momento da emancipação da colônia, quando se coloca diante de dois problemas fundamentais para sua organização: *liberdade X Autoridade*.

Colocando na frente o ideal de liberdade o tomando “emprestado” das experiências e questionamentos vindos da Europa, os homens do novo mundo não perceberam que aqui a autoridade se fazia necessária, e que ela sempre os defendeu da violência da caudilhagem provincial e local. Desejando uma soberania local não viam que apenas contribuía para fragmentação territorial e, principalmente, política, quando o necessário seria a afirmação de uma unidade nacional.

Na ótica de Oliveira Viana, a liberdade só era possível ao mundo europeu porque as sociedades já possuíam uma profunda consciência a respeito da autoridade, já haviam experimentado essa autoridade de forma profunda, podendo exercer controle sobre a mesma. No Brasil essa experiência não aconteceu. Tais homens lutaram por uma liberdade sem saber ao certo o que estavam querendo, não havia uma consciência de autoridade para, partindo dela, questioná-la e cerceá-la. O Brasil consegue então, manter sua unidade territorial e se livrar de uma anarquia ao menos, segundo Viana, de forma aparente, pela ação dos homens meridionais que conseguiram mediar pacificamente os problemas políticos e sociais, mas aos indivíduos brasileiros ainda caberia uma formação para uma vida política liberal.

A última parte do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* dedicada ao estudo da *Psicologia das Revoluções Meridionais* sintetiza a argumentação desenvolvida pelo autor ao longo do livro. A partir do traçar psicológico da população matuta do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – os *homens do meio-dia* – Vianna encontra (...) *causas gerais, que se filiam à psicologia das próprias raças formadoras* e (...) *causas particulares, que se prendem à história mesmo da nossa formação mental.*³³ Segundo Oliveira Vianna, os eventos revolucionários ocorridos no Brasil não conseguiram fundar uma mentalidade nacional de luta e participação, não conseguiram, enquanto *lei geral*, elaborar um habito mental e cultural justamente pela falta de um compromisso com a *realidade*. Ou seja, os homens do meio-dia, líderes desses movimentos, constantemente filiados as ideias vindas de fora, não teriam conseguido prover identificação social nem efetivos resultados a longo prazo, pela falta de um pensamento nacional.

A História permitia assim, aos homens, o contato com sua unidade, com seu fio condutor e a compreensão da realidade impedindo que as análises recaíssem nas puras abstrações de leis universais. O pecado mortal cometido por esses homens intelectuais que pensaram os movimentos revolucionários do Brasil era o de negar a própria História. Vale dizer que, para Vianna, História e cultura estavam dentro de uma mesma perspectiva, uma era responsável pela existência da outra. Falar de História era falar da cultura de um povo, assim como a partir da História se produzia uma cultura capaz de conferir unidade a esse mesmo povo. Essa ultima aparecia para o autor fluminense com um caráter permanente e geral. Retomando Ângela de Castro Gomes e a ideia de afirmação de um discurso, Vianna se distanciava da História que vinha sendo feita até então onde

(...) nossos publicistas e historiadores abstratamente, *partindo das leis escritas*, das Constituições ou das doutrinas políticas – e chegava, como era natural, a conclusões inteiramente falsas sobre as *realidades* da nossa vida partidária e da nossa psicologia política. O estudo que empreendemos teve outra orientação metodológica: em vez de estudar leis e constituições, fomos diretamente às matrizes da nossa própria formação social e histórica, às fontes primárias.³⁴

³³ *Id. Ibid. p.,265*

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*2009., p. 283

Ou seja, fundava-se uma nova maneira de escrever a História, uma maneira que não estava, por exemplo, em Capistrano de Abreu cujo título de primeiro historiador do Brasil era incontestado. Não à toa, Ângela de Castro Gomes chama atenção, Oliveira Vianna não citará o nome desse historiador em suas obras, sua história era outra. Na verdade, eu diria, buscava responder às questões políticas pelo social, pela História.

O segundo volume dedicado ao campeador rio-grandense tal como consta no título foi publicado postumamente sendo a primeira edição de 1952 e não acabe aqui dedicar atenção quanto aos motivos de se lançar essa produção, mas fica o registro minimamente interessante de que tenha chegado ao mercado no início do segundo governo de Getúlio Vargas, eleito agora de forma democrática, sendo exatamente um *gaúcho*, para além do fato de outros discursos sobre o Brasil terem sido publicados e adotados pela intelectualidade deixando Oliveira Vianna na sombra do *autoritarismo*. Me voltarei porém ao conteúdo mesmo do livro.

Em seu prefácio o autor fluminense expõe a ressalva do livro se tratar de *simples bosquejos*, não podendo ser considerado como em sua forma final. No entanto a ideia quanto a região do extremo sul há muito estava definida pelo autor. Era no interior da província rio-grandense que se encontrava impresso aquilo que servia tanto de admiração quanto de crítica por parte de Oliveira Vianna. A História de formação da província situada ao sul do Brasil continha os elementos que vinham sendo destacados por Vianna ao longo de sua argumentação no primeiro volume da mesma obra e nas demais que escreveu ao longo de sua vida. Estavam expressas como marcas constitutivas o Bandeirante povoador, as proximidades com os vizinhos do Prata, um caráter ao mesmo tempo guerreiro com sua História de lutas e tranqüilo pela paz concedida pelos pampas.

Assim Oliveira Vianna inicia a história rio-grandense, como uma História iniciada pela ação dos bravos bandeirantes que se dedicavam à atividade pastoril e que desempenharam a tarefa de povoar e desenvolver a vida naquela região diversa do litoral e do sertão. Esse homem que de *Itu descem, pelo Tietê, até os vales da bacia do Paraná, onde exercitam a sua atividade predatória contra os aborígenes e as reduções jesuíticas. Na sua projeção para o sul (...) levam o*

*povoamento e a civilização dos paulistas até o centro da planície rio-grandense*³⁵ e se constituem naquilo que seria o futuro *gaúcho*.

Passando algumas páginas mais à frente creio que o cerne do livro comece mesmo na parte em que Vianna se debruça sobre a *Culturologia*³⁶ *Política da População rio-grandense*. Embora possa parecer óbvia vale a atenção quanto a própria etimologia da palavra escolhida pelo autor fluminense – *Culturologia* seria a junção de cultura + *logia* tendo assim, superficialmente falando, o estudo da cultura, no caso o estudo da cultura dos indivíduos do extremo sul do Brasil. Logo na primeira página do capítulo Vianna traz a justificativa para tal trabalho *Dir-se-ia que “as formas do governo parlamentar” estão como que gravadas na sua substância cerebral: elas se revelam a todo propósito, ou mesmo sem propósito algum – à maneira da escritura na folha de um palimpsesto.*³⁷

Essa assertiva prevista para os povos anglo-saxões e do *far-west* americano aqui era encontrada apenas, e não de todo desenvolvida, nessa região destacada do restante do Brasil conhecida como província rio-grandense. Para o restante do Brasil

(...) o senso de organização do poder não atingiu esse maravilhoso grau de instintividade: conforme o grupo regional a que pertença – das matas, o do sertão, o do pampa – o nosso cidadão revela, é certo, maior ou menor aptidão para a vida pública e para a organização dos órgãos do poder, mas, nunca com essa automaticidade, essa espontaneidade, essa surpreendente perfeição, revelada pelos cidadãos de civilização anglo-saxônia.³⁸

É no interior desse capítulo dedicado a compreender a cultura do rio-grandense, sua História, sua psicologia, que Vianna exemplifica aquilo que trouxe como argumentação no primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* – a ausência de um povo que pudesse ser considerado enquanto nação e a ausência de um espírito de solidariedade que permitisse a essa *nação* viver a democracia. Construindo seu argumento inicialmente na ausência, naquilo que o Brasil das meridionais não tinha, agora Vianna argumentava em cima da afirmativa – do que

³⁵ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.II. EDUFF. 1987. 3º Ed., p 15

³⁶ A ideia de *culturologia*, segundo José Murilo de Carvalho em *A Utopia de Oliveira Vianna*, não é uma invenção do autor fluminense, mas emprestado do pensamento do Visconde do Uruguai. Esse último já havia apresentado tal conceito em suas obras anteriores a Oliveira Vianna.

³⁷ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 129

³⁸ *Id.Ibid.* 135

se podia usar como experiência, exemplo e observação. A mesma estrutura de argumentação usada em amplitude maior quando Vianna nega a República de 1889 exatamente pela falta de elementos que a pudessem conduzir sob a melhor forma e apresenta como exemplo a experiência imperial como uma fórmula bem sucedida.

A valorização da democracia, geralmente impensada para o autor fluminense, aparece quando analisa a República rio-grandense formada na Revolução Farroupilha, segundo Vianna

nesse governo de revolução, no jogo dos diversos poderes, tudo parecia admiravelmente combinado. É assim que – “antes de qualquer deliberação de maior importância, tornou-se praxe fazer, com tempo, a resolução que ia ser suscitada, de modo a conhecer-se, previamente, como se manifestaria a respeito o pensamento geral. Este, mostrando-se adverso, não se levava a termo o que fora projetado.” De modo que aquele divórcio assinalado, nos últimos dias da revolução pernambucana de 1817, entre o povo e o governo, na revolução do extremo-sul não se estabeleceu nem se poderia estabelecer.

Essa *aptidão* para o governo democrático derivava do que Vianna chamou de *função política da guerra*. Segundo o autor os ataques constantes que indivíduos do extremo sul viveram ao longo de sua História sem que pudessem contar com a ajuda direta do Estado para sua defesa levou esses homens a encontrarem entre si a proteção e a coragem para se colocarem no campo de batalha. O *espírito de solidariedade* nascia assim do medo mútuo e do igualmente mútuo instinto de sobrevivência e necessidade de proteção. O dado que mais uma vez os diferenciava das outras regiões apresentadas por Vianna e que também tiveram seus momentos de luta é que entre os rio-grandenses a guerra era causa comum a todos – a democracia da guerra.

Há um dado de extrema valia para compreender a dinâmica do pensamento de Vianna em seu *discurso* sobre o Brasil. Seguindo o capítulo a associação entre a História e a Psicologia social que desembocam na *culturologia* se define na ideia de *vontade* assumida pelo autor como preponderante para que os fatores condicionantes possam de fato florescer. É o que mostra a passagem que diz que *em psicologia experimental, o coeficiente de uma ideia é o seu poder de realizabilidade, a sua capacidade de poder transformar-se em atos.*³⁹ Ou seja, as

³⁹ *Id. Ibid.* p.143

ideias deveriam ser levadas às camadas mais profundas do indivíduo, vividas na emoção e, por conseguinte, promover um *sentimento* compartilhado – *os elementos sentimentais permanentes*.⁴⁰

Isso vai ao encontro de toda a História do Brasil pensada por Oliveira Vianna e do seu diagnóstico quanto ao presente e futuro que seguem os demais livros do autor. Houve nas regiões meridionais e centro-sul a ausência de uma consciência política aglutinadora que fortalecesse o sentimento da coletividade. A guerra desempenhava tarefa educacional profunda e permanente e atingia exatamente o ponto chave para o desenvolvimento da identidade entre os indivíduos dispersos isso porque

(...) as guerras defensivas não desenvolvem apenas o sentimento e a consciência da solidariedade entre a vida privada e a vida coletiva ou do grupo; também desenvolvem o sentimento de solidariedade entre a vida social e a vida propriamente política, isto é, o sentimento da correlação entre a vida social e os poderes públicos – entre a sociedade e o Estado.⁴¹

Note que embora pareça uma contradição no pensamento de Vianna a valorização da guerra se comparar o pensamento contido no volume um, quando o autor valoriza as populações meridionais exatamente porque distantes do caráter rústico, rude e, portanto, mais intelectualizadas e pacíficas, essa possível contradição desaparece na primeira frase da passagem exposta acima. Não eram guerras quaisquer que esses homens carregavam na História, eram guerras *defensivas*, externas ao desejo de iniciá-las ou não.

Isso levava a outro movimento importantíssimo na construção desse caráter solidário – *o culto da autoridade*. Esse, diferente das demais regiões apresentadas, não vinha do medo, mas do respeito ao poder em si, à honra e ao orgulho, sentimento generalizado por todos, traço permanente dos costumes. É por isso que como Vianna diz,

⁴⁰ *Id. Ibid. p.144*

⁴¹ *Id. Ibid. p.145*

convém destacar em tudo isto que ocorreu com a Independência é que a mesma ideia – expulsão do governo tirânico e implantação de outro – incidiu, simultaneamente, sobre a massa toda da nacionalidade (...), mas os efeitos dessa incidência foram, entretanto, deversíssimos nos litorais do norte e nas planícies do sul.⁴²

A democracia defendida por Vianna não vinha sem a hierarquia que podia ser encontrado nesse *culto* ao poder de que fala o autor fluminense. Ter isso definido era o que permitia aos homens dedicados a atividade pastoril se colocarem lado a lado ou colocarem seus filhos juntamente aos seus servidores, até mesmo aos seus escravos. Algo que não acontecia, nem poderia mesmo acontecer nas regiões do norte e centro-sul em que o preconceito – é esse mesmo o termo que Vianna utiliza - com relação ao trabalho manual era enorme. O trabalho pastoril, diferentemente do *labor agrícola* presentes nas terras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ou ainda e, sobretudo, do pastoreio do sertão permitia uma leveza festiva ao gaúcho – seu trabalho não era uma *provação* como era para o sertanejo, mas um prazer.

O último capítulo de *Populações Meridionais do Brasil* volume dois é dedicado à *função política da marcialidade rio-grandense* afinal, segundo Vianna *havia ali (...) uma poderosa oligarquia militar, exercendo sobre a massa geral da população ascendência incontestável e possuindo, (...) singulares aptidões organizadoras.*⁴³ Essa organização somada a todos os demais elementos constitutivos traçados ao longo do livro é que concediam o tom diferenciador das demais revoluções que existiram espalhadas pelo Brasil.

Mas valioso do que julgar Oliveira Vianna é perceber a articulação do seu discurso que conseguia abdicar de um dado muito importante para os historiadores à posteriori – a classe social a que pertenciam, caráter econômico dos indivíduos, portanto – enquadrando-os num ótica predominantemente psíquico-cultural, *o sentimento de disciplina, o hábito da obediência militar* caracterizava e explicava porque tais homens embora, por ocasião, contrários ao governo ao mesmo tempo o respeitavam. Sem os arroubos que se via no litoral e nos sertões. Embora seja dito desses homens que a chefia vinha da *mais pura*

⁴² *Id. Ibid* p. 169

⁴³ *Id. Ibid.* p. 203

aristocracia estancieira essa respeitava o *povo na sua expressão integral*.⁴⁴ E era a isso que Vianna atribuía o sucesso das revoluções já que *o escol da sociedade* entrava junto ao povo na luta exercendo seu respeito e ao mesmo tempo seu poder. Algo que o Estado deveria ser e fazer com relação a nação.

2.2. Psicologia como auxiliar da História

*Este livro – como “Populações Meridionais do Brasil” e todos os outros em elaboração – inspiram-se num pensamento contrario a essa xenophilia exagerada das nossas elites políticas e mentaes: o seu ponto de partida é a nossa gente, o nosso homem, a nossa terra, isto é, o quadro das realidades sociaes e naturaes, que nos cerca e em que vivemos.*⁴⁵

Pequenos Estudos de Psicologia Social é o segundo livro de Oliveira Vianna, tendo sido publicado em 1921, ou seja, um ano depois do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*. Embora não fosse a intenção do autor, esse segundo livro pode ser compreendido mesmo como uma espécie de continuação das ideias defendidas em 1920. Tendo feito a reconstituição Histórica do Brasil e suas *populações*, Vianna se dedicou a compreender, como o próprio nome deixa claro, *a psicologia* dessas populações. Aliás, vale dizer que essa era a primeira vez que aparecia no título de um livro brasileiro o termo *psicologia social* como metodologia de estudo.⁴⁶

O capítulo quatro dedicado ao *Meio e o Homem*, trata daqueles que seriam os brasileiros exemplares cada qual com seu lugar de origem e característica psíquico-cultural que deveriam ser reverberadas para aos demais indivíduos. Iniciando por Feijó, passa por Caxias (com dois capítulos a seu respeito), Joaquim Nabuco e encerra com Alberto de Oliveira. Nesse momento, Vianna elencava seus heróis nacionais, quem havia deixado sua marca na História da nação e, por isso, deveriam receber o respeito e o reconhecimento.

Oliveira Vianna inicia essa etapa do livro com Diogo Feijó – ministro da justiça e regente. É exatamente esse último cargo que, segundo Vianna, teria conferido a Feijó o seu papel de destaque na História política brasileira, o regente

⁴⁴ *Id.* Pequenos Estudos de Psicologia Social. Companhia Editora Nacional. 3° ed. 1942., p. 205

⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 9

⁴⁶ Para maiores detalhes ver: SASS, Odair. *Psicologia, Tecnologia e Educação em Oliveira Vianna e Lourenço Filho*. PUC-SP. Psicologia da Educação. N. 20

estaria para o Brasil como no rol dos grandes nomes da História estrangeira Theseu estivera para Atenas e Rômulo para o *Latium*. Esse grande homem, aos olhos de Vianna, estaria acima até mesmo dos Andradas uma vez que, como herói fundador, teria sido ele quem conferiu a unidade territorial no período de maior conturbação política e social da História brasileira até então. Isso graças a sua personificação do princípio da autoridade.

Oliveira Vianna vai assim construindo a psicologia desse homem que teria tido a tarefa hercúlea de garantir que o sentimento de autonomia local não fosse mais forte do que a unidade nacional – as Revoltas Regenciais, no entender de Vianna, teriam sido controladas pela obra desse *homem providencial* e sua destreza política. Essa última não se deixava levar pelo sentimento impregnado entre os brasileiros da *camaradagem*, mantendo sua *isenção, equanimidade e imparcialidade perfeita*.⁴⁷

A História do Brasil para Oliveira Vianna deveria ser a História das particularidades, daquilo que representava o caráter singular – desde *Populações Meridionais do Brasil* o autor fluminense apresenta as singularidades do passado colonial, do grande latifúndio monocultor e escravista, do meio geográfico; apresentando agora os tipos únicos. Aliás, Diogo Feijó tinha na sua singularidade psicológica a tipificação do sertanista bandeirante paulista. Trazia desse, acima de tudo o compromisso com a palavra dada, com a promessa feita.

A façanha da argumentação de Vianna se encontra nas páginas finais dedicadas ao regente. É que o autor fluminense deixa claro um ponto fundamental aos indivíduos brasileiros – embora Feijó seja um tipo singular, sua singularidade não se dava por ser ele dotado de genialidades, mas apenas por se destacar daquilo que se encontrava enquanto cultura psicológica difundida no país. A partir da página 195, Vianna começa a desmitificar Diogo Feijó quanto a essa singularidade e o coloca na condição de um homem comum, sem grandes dons artísticos, sem grande poder de eloquência, sem muito trato social e traquejo político. Assim Oliveira Vianna passa a mensagem de que as características

⁴⁷ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* 1942.,p. 191

singularizantes de Feijó não eram inalcançáveis. Não era ele um tipo *incomum*, podendo qualquer um ser também um Feijó.

A figura de Caxias é considerada tanto em sua psicologia, quanto em seu caráter. Para além da objetividade e aversão às paixões já encontradas no regente, Caxias apresentava a educação pela guerra – mencionada em *Populações Meridionais do Brasil segundo volume*. Esse homem, grande militar, teria sido bem sucedido em qualquer posição que tivesse assumido porque suas qualidades extrapolavam a condição de homem de guerra. Oliveira Vianna supõe assim, que fosse Caxias um homem político e ele estaria entre os grandes nomes como um Uruguay, Itaboray, Olinda e Paraná.

Caxias enquanto ser histórico teria, tal como Feijó, tido papel preponderante para a construção do Império, sendo ele mesmo a personificação do ideal de *ordem* e nacionalismo. Graças a sua espada e sabedoria eram os brasileiros *mais de quarenta milhões de almas, coesas e unidas de maneira indestrutível*.⁴⁸ Permitindo serem naquele momento em que Vianna escrevia, uma *nação grande e gloriosa*.⁴⁹

Enquanto Feijó reunia as características do bandeirante paulista, Caxias representava a figura do gentil-homem fluminense dotado de *cavalheirismo, bom senso, equilíbrio, generosidade, retidão, lealdade, honradez (...) espelhava a dignidade das tradições patriarcais da família brasileira*.⁵⁰ Mais uma vez aqui Vianna vai delimitando psicológica, cultural e geograficamente os seus heróis nacionais.

Na trajetória desses grandes homens, Joaquim Nabuco aparece com seu *toque de elegância e respeitabilidade dignos dos ingleses*. Se Feijó e Caxias eram tipos representantes exclusivamente nacionais, trazendo em si um pouco da rudeza e da falta de trato com as palavras, com a vida social e política em si, Nabuco era *o que faltava aos homens da república*, pois sua noção de vida pública impunha a ele o *hábito do respeito à alheia dignidade*.⁵¹ Seria, portanto,

⁴⁸ *Id. Ibid., p. 218*

⁴⁹ *Id. Ibid., p. 218*

⁵⁰ *Id. Ibid., p. 219*

⁵¹ *Id. Ibid., p. 224*

por excelência um homem brasileiro que tornava concreta, objetivamente, o espírito anglo-saxão, tipo ideal de homem social e público.

Não será apenas por aquilo que fazia de Joaquim Nabuco o homem – tipo ideal aos moldes de Weber – e o esteta que Oliveira Vianna o coloca no rol dos grandes nomes brasileiros. Em outras palavras, não era exatamente por quem era Joaquim Nabuco, mas pelo que ele pensava, sua análise política com relação ao período imperial e os rumos futuros do país que torna Vianna seu admirador. Valorizá-lo era também valorizar a sua própria argumentação, sua visão de Brasil.

Oliveira Vianna assume o lugar que era de Alberto de Oliveira na Academia Brasileira de Letras. O capítulo dedicado a esse que seria o *príncipe dos poetas brasileiros*⁵² foi incluído na terceira edição – aumentada – de *Pequenos estudos de Psicologia Social*. Discurso proferido quando na posse de sua cadeira na Academia, em 1940, justamente ocupando o lugar de Alberto de Oliveira.

Mais uma vez são reveladas as características que compunham os outros nomes estimados por Vianna. Esse possuía o recato e a discrição própria aos homens das meridionais cuja índole do campo o afastava de uma vida social presencial. Vale dizer que em sua tese de doutorado Gisele Venâncio Martins expõe exatamente essa característica para Oliveira Vianna – homem recluso e pouco afeito aos círculos de encontro da intelectualidade, sua rede de sociabilidade se dava através dos seus livros e correspondências pessoais.⁵³

O que se tem na quarta etapa de *Pequenos estudos de Psicologia Social* impressos em suas psicologias individuais – que os tornavam grandes homens pela singularidade – eram as características que, para Oliveira Vianna, deveriam se tornar a psicologia social, a marca cultural do brasileiro. A partir de Feijó, Caxias, Nabuco e posteriormente incorporado Alberto de Oliveira, o autor fluminense valorizava o período Imperial da História do Brasil, corroborava sua argumentação quanto às ausências carregadas pelos indivíduos que os impediam

⁵² VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, Rio de Janeiro: Programa de pós graduação da CAPES, UFRJ. 2005. p. 234

⁵³ *Id. Ibid.*, p. 243

de se tornarem uma nação e homens públicos e ainda valorizava sua própria imagem, uma vez que ele mesmo buscava em sua vida ser aquilo dizia.

2.3.

O passado como horizonte

Retomando a leitura de Ângela de Castro Gomes quanto ao período no qual se inscreve Oliveira Vianna e sua preponderância para a formação do campo da História do Brasil, o livro de 1926 sob o título – *O Ocaso do Império* – não por acaso foi escolhido para encerrar o presente capítulo. Diferentemente dos demais livros aqui estudados, o de 1926 é o que se chama um *livro de encomenda*. Na verdade, um capítulo de encomenda que comporia o livro escrito por diversos nomes em comemoração ao centenário de Dom Pedro II a pedido do IHGB. O que por si só já é uma informação valiosa pelo menos por dois aspectos: Vianna estaria reunido junto à outros historiadores, não só reforçando a ideia de ser ele também um historiador, como dando a ele a chance de firmar seu método de elaboração; somado ao fato de se tratar de uma obra de valorização do Império no momento em que a República, na década de 1920 começava a deixar emergir seus sinais de crise.

Em *O Ocaso do Império* como nos demais livros, há um claro esforço por parte de Oliveira Vianna em somar as ideias de *vontade humana e leis gerais*. Em outras palavras, garantir que sua História do Brasil tivesse imbuída das perspectivas *particularista e científica*. Se, como mostrou Ângela de Castro na reconstrução do debate historiográfico do período, a História não poderia ser de fato considerada ciência, cabia ao historiador se utilizar de todos os conhecimentos que permitissem a construção de um *sentido* para essa História.

Tal perspectiva, presente em Ângela de Castro e aqui defendida, se distancia da ideia trazida por José Murilo de Carvalho.⁵⁴ A partir da observação dos textos, é possível dizer que Oliveira Vianna não fez uma História aos moldes do XIX, não há em Vianna uma preocupação com a História tal como Ranke

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). O Pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Unicamp, 1993, pp. 13-42, p. 22-3

propunha. Aliás, a crítica tecida por Capistrano de Abreu⁵⁵ ao autor fluminense é justamente essa – a de uma História feita sem documentos, sem a presença de Vianna nos arquivos. Sem abandonar por completo essa perspectiva - afinal ela garantia a aproximação com a cientificidade da História – Vianna elaborou uma *nova* História em franco diálogo com as ciências auxiliares.

Com isso ele conseguiu percorrer outros campos de estudo ao mesmo tempo em que reforçou o valor da História. Essas ciências sociais em questão eram exatamente isso - *auxiliares*, estavam limitadas ao tempo presente enquanto à História cabia o *trunfo especial ao conseguir mobilizar como nenhuma outra ciência social, os corações e mentes dos cidadãos de um país, criando entre eles uma “consciência coletiva”, um “sentimento comum” de amor à pátria.*⁵⁶ Sendo esse, como mostra Ângela de Castro, o sentido mais profundo da História para além do seu caráter educativo.

Como já dito acima, o livro *O Ocaso do Império* seguiu um pedido do IHGB para as comemorações do centenário daquele que foi o último imperador de nossa história. A Oliveira Vianna caberia escrever exatamente sobre os períodos finais do Segundo Império do Brasil circunscrito aos anos de 1887 a 1889 tendo em vista abranger a *questão militar* e a *campanha abolicionista*. Mas, o autor fluminense inicia seu texto já avisando ao leitor não ser possível fazer considerações a respeito desses dois eventos históricos sem que se faça uma dilatação dessa História já que se trataria de um *complexo movimento social*.

Sendo assim, o novo recorte que Vianna estabelece se iniciava em 1868 com a queda do gabinete Zacarias e o manifesto republicano de 1870. Mais uma vez fica clara a ideia de Vianna quanto a História – essa não poderia ser uma feita de *eventos* isolados, de pequena duração – havia a necessidade de se pensar sob uma perspectiva de longa duração para que se achasse o *sentido* desses fatos. Entretanto, sob as reflexões tecidas por Ângela de Castro Gomes e aqui consideradas, é possível, a meu ver, se fazer uma reflexão quanto à *intenção* de Oliveira Vianna.

⁵⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, p.160

⁵⁶ VIANNA, Jose Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* 1942.,p. 159

Seu texto comporia um livro certamente de grande circulação e não teria apenas os leitores que eram propriamente seus, mas também leitores dos demais autores que compunham o restante dos textos, nesse sentido a visibilidade daquilo que escreveria se abrangeria. Era uma oportunidade de Vianna difundir sua argumentação quanto ao Império e, por conseguinte, sobre a República uma vez que o assunto permitia que o fizesse, assim como também era uma oportunidade de, validado pelo IHGB, firmar tal argumentação e, especialmente, se firmar enquanto historiador.

Aliás, logo no início de seu texto Vianna apresenta exatamente sua ideia a respeito da História. Fazendo uma distinção entre o que seria a História dos fatos e a História das ideias havia, por conseguinte, uma distinção da metodologia utilizada por cada um desses historiadores. Tendo definido seu papel de Historiador das ideias, ao menos para esse livro, Vianna justifica a ausência de dados biográficos e cronológicos por se dedicar à *evolução da mentalidade*.⁵⁷ O autor fluminense segue fazendo a seguinte consideração

O papel do historiador é justamente este, é realizar essa obra de reintegração dos valores, depondo dos altares santificados os falsos ídolos e pondo neles os benfeitores dos povos, os criadores reais de sua história – em suma os verdadeiros heróis, espoliados por aqueles intrusos na legitimidade do seu direito à glória.⁵⁸

O historiador, quase como uma providência divina, teria o papel de reconduzir os heróis aos seus lugares de destaque que haviam sido *espoliados* por homens que não deveriam ser considerados enquanto tais. Vianna, sendo um historiador, assumia esse caráter providente de, com a História por ele apresentada, garantir que um passado legítimo, nos seus fatos, nas suas ideias, nos seus *heróis* nacionais fosse perpetuado e cultuado pela geração para qual ele escrevia.

Sob a pretensa História dos anos de 1868/1870 até 1889, Vianna apresenta aquelas que seriam suas ideias ao longo de toda sua vida pública – intelectual e política. Já com dois livros publicados e ciente das críticas positivas e negativas que circulavam a respeito de seu trabalho, não parece despreziosa a análise que

⁵⁷ E aí a ideia, que pode ser entendida de forma isolada e assumir um caráter individual ganha vulto de coletividade e permanência com a noção de *mentalidade*.

⁵⁸ *Id.* O Ocaso do Império. Coleção Afrânio Peixoto, V. 75. História. 3º Ed. 2006., p. 26

faz distinguindo sob o contexto francês, absolutistas e constitucionalistas – estes últimos carregados do princípio da *democracia representativa*. Constitucionalismo, no entendimento de Vianna, era sinônimo de democracia.

Nesse que seria a *máquina perfeita* Vianna diz que

o papel do príncipe (...) é o de uma força reguladora ou antes, de um agente de conciliação e reajustamento das duas peças do sistema: o parlamento e o gabinete – o poder executivo e o legislativo. (...) eis a função suprema do príncipe no regime parlamentar. É nisto que consiste a fórmula britânica “o rei reina, mas não governa”.

Essa fórmula de governo parlamentar teria a democracia como cerne de seu funcionamento, estando no povo a vontade maior. A soberania desse povo era o que o diferenciava do governo absolutista. O único impedimento de sua perfeita execução aqui no Brasil não estaria na figura do príncipe, mas exatamente no povo brasileiro que não se fazia ser representado já que desprovido de opinião organizada. E mais uma vez aqui Vianna reforçava a necessidade de uma reforma social capaz de transformar os indivíduos em verdadeira nação e tirava do Império e do Imperador a *culpa* pelo fracasso do sistema.

Em outra passagem, Vianna retira a legitimidade do movimento em prol da República uma vez que segundo ele esse

(...) grande movimento em favor da descentralização e da federação que começou a acentuar-se depois do golpe imperial de 68, teve sua razão principal justamente nesta indignação dos políticos liberais contra essa força poderosa e incontestável que (...) os tirava das gratas comodidades das situações do poder para as injustificáveis incomodidades de um ostracismo forçado.⁵⁹

A República não seria um ideal político desejado por esses homens que encabeçaram o movimento em seu favor, mas simples e contingente vontade desses mesmos indivíduos conservarem a situação favorável que lhes coubera no passado. O contato com as ideias e exemplos estrangeiros teria facilitado a articulação e afirmação do novo governo.

Quanto à abolição essa, segundo o autor fluminense, não deixava motivos para ter chegado ao fim. Por um caminho de análise hoje considerado minimamente complicado de se assumir, Vianna afirmava que estavam eles

⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 31

melhores na condição de escravos do que de libertos, depositando no romantismo filantrópico a associação de que a escravidão era algo necessariamente ruim. Não é o aspecto da liberdade que Vianna utiliza para pensar esse regime, mas o das condições de trabalho e, conseqüentemente, de inserção social.

É curioso como o autor articula a argumentação com relação a abolição. No momento em que ele escrevia esse texto a questão da escravidão não só já havia sido superada, como se consolidado uma visão negativa quanto a essa condição. Nesse sentido, Vianna se colocava em aproximação com essa compreensão de seu tempo presente ao afirmar que a abolição tal como aconteceu teria sido um grande erro, ao mesmo tempo em que salva a figura do Imperador alegando que o movimento pela abolição não teria sido fruto de uma conscientização social/intelectual, mas de um esforço glorioso do Imperador de se sacrificar em nome da causa, esse sim, único homem que teria sido desde sempre um defensor da abolição. Com isso ele consegue negar um caráter positivo para os abolicionistas e criar uma imagem de vanguarda para o Imperador.

Ou seja, agora na República, quando a questão da abolição já havia se firmado não apenas como fato, mas como ideia, Vianna apresentava o Imperador como um *verdadeiro* republicano, porque disposto a concretizar um governo democrático representativo do povo, defensor de uma grande causa social – a abolição – e ainda um nobre homem capaz de sacrifícios pelo bem público em detrimento de seu próprio poder. Os grandes nomes da República e da Abolição – Rui Barbosa e Joaquim Nabuco respectivamente, aparecem como exemplos do sentimento que preponderava – naquele momento. Nenhum dos dois trazia a crença na *República*, mas a descrença na situação em que se encontrava o Brasil.

Mais uma vez, sem assumir uma posição radical, Vianna constrói pelas ausências ou pela negação a História do Império – em seu *ocaso* – e a História da República, governo disforme que se via agora, no momento em que escrevia em busca justamente daquilo que pudesse conceber *forma* e uma *substância* aprimorada. Para o fluminense as chaves para o problema estariam dadas pelo Império. O Brasil em parte *interpretado*, em parte *inventado* pelo autor foi esse Brasil que não soube observar a realidade (que para ele se traduzia em uma ausência de unidade nacional, organização política descompromissada com as

necessidades do país e um povo incapaz de assumir uma vida pública) e, por isso condenou tanto a experiência imperial, quanto a República e, mais grave ainda, a construção da nação. Oliveira Vianna perpetua com sua História, os erros e os desvios do Brasil. Feito esse diagnóstico o autor passa para aquele que era seu objeto central – determinar, a partir da História e da realidade que ele enxergava, um projeto político capaz de resolver todas essas questões.

3. Como de uma historiografia se extrai uma política

No capítulo anterior procurei analisar o papel de historiador assumido por Oliveira Vianna e a importância dele se encontrar no interior de uma instituição reconhecida como uma sociedade do discurso histórico como foi o IHGB. Vianna, porém não era exclusivamente um historiador de ofício podendo ser reconhecido como um polígrafo⁶⁰ tal como fala Ângela de Castro Gomes. Há mesmo quem negue o caráter historiográfico de suas obras o que, acredito, já termos debatido nos outros dois capítulos. Uma vez superada essa questão, partimos da ideia de que sendo Oliveira Vianna um intelectual engajado, sua principal preocupação e motivação se davam no âmbito da política. A História estaria justamente a serviço desse conteúdo político nacional com o qual Vianna buscava dialogar.

Todos os demais assuntos que escrevia, todos os meios que escolhia para divulgar suas ideias, a metodologia pela qual desenvolveu suas análises, enfim, toda sua vida de homem público, tinha como horizonte analítico a política brasileira atrelada à ideia de construção da nação. E o caminho escolhido pelo autor fluminense para apresentar seu projeto político foi o da história – era no passado que se conseguiria entender os problemas, extrair as soluções e desenvolver uma identidade nacional. O Brasil deveria se responder pelo Brasil. A partir dessa compreensão o autor tentava se distanciar de outros intelectuais que tinham por costume se utilizarem das ideias estrangeiras para pensar e fazer a nação.

Essa exigência por ideias *propriamente* nacionais que Vianna tece em todas as suas obras aqui analisadas e que será o grande argumento contra os republicanos vai ao encontro de um longo e importante debate travado durante o século XX entre os historiadores dedicados ao campo da História das Ideias e da História Intelectual. Os intelectuais da América Latina, em um movimento de reafirmação não só de seu espaço como da própria nação em que se inseria, passam a advogar a necessidade de produzir um pensamento que se afastasse do pensamento europeu, principalmente. Essa defesa de que haveria um *lugar* para

⁶⁰ Ângela de Castro Gomes em livro já mencionado no segundo capítulo traz a ideia de homem polígrafo para Oliveira Vianna e outros nomes que compunham seu círculo intelectual contemporâneo.

cada ideia funcionava como um argumento retórico de valorização desses intelectuais nacionais e daquilo que produziam.

Seguindo essa lógica Oliveira Vianna saía em defesa de uma História propriamente *nacional*, cujo conteúdo compreendia personagens e eventos dignos de serem perpetuados no tempo e assimilados pelas gerações como grandes exemplos, ideias propriamente *nacionais*, a partir das análises de homens verdadeiramente comprometidos com a nação como o caminho para se desenvolver um projeto político brasileiro. A realidade para Oliveira Vianna deveria ser respeitada – deveria ser lida e interpretada – para que de fato se pudesse traçar um caminho positivo para a nação. Dessa maneira a política estava intimamente relacionada com o meio e seus indivíduos – suas necessidades e especificidades – que garantiam algo inteiramente novo – uma realidade que não poderia ser traduzida por uma política originada a partir de outra História que não a do Brasil.

Esses, aliás, são conceitos de extrema relevância para a construção do pensamento de Oliveira Vianna – *realidade/cultura e História* – eles expressam a organização de seu pensamento político. Não há como analisar as questões políticas em Vianna sem que ela esteja imbuída das determinações e orientações dadas por essa *realidade* e por essa *História*, nesse sentido é preciso estabelecer como o autor fluminense os compreendia. Que ele admitia apenas *uma* realidade e *uma* História, para além de determinar a existência de ideias próprias a cada nação, isso qualquer leitura apressada permite concluir, mas observando a articulação desses conceitos sob o movimento que ocorria nas ciências sociais acessamos camadas mais profundas que revelam o que eu procurei defender até aqui – a articulação entre o passado e o presente aparece nos mais diferentes âmbitos do pensamento do autor e das mais diferentes maneiras, seja na argumentação central de que era no passado (História do Brasil) que estariam as respostas que precisavam ser encontradas, seja na própria maneira como ele trabalha com os conceitos destacados aqui.

Essa ideia de realidade que o autor utiliza em todas as obras aqui analisadas está profundamente marcada pela ideia de cultura. Essa última sofre grande transformação no interior do campo da Antropologia e é repensada em

seguida também pelos historiadores que especialmente a partir da segunda metade do século XX, começaram a se dedicar mais propriamente a uma análise que garantisse o estudo do campo cultural como fonte propulsora de explicações para a constituição das sociedades em questão. A cultura dessa forma, não serviria mais apenas como pano de fundo para os acontecimentos em relevo referentes ao econômico ou político, mas ela própria seria o objeto chave para a compreensão das perguntas que orientavam esses pesquisadores em seus estudos.

O campo da História começava assim, a se alargar permitindo a realização de estudos históricos sobre objetos antes, inimagináveis: crenças, arte, moral, leis, costumes dentre uma vasta gama de tantas outras que compunham esse novo percurso adotado em perspectiva cultural. Os velhos esquemas delimitados pelas ideias de *Kultur* (termo alemão) e *Civilization* (termo francês) contaminados por uma ideia biológica a qual funcionava como determinante para a cultura de dada sociedade, são deixados de lado pela ênfase na ideia de construção dessa cultura e, na importância dos símbolos e formatos nos quais eles estariam inseridos.

Embora seja fácil perceber em Vianna esse caráter biológico com relação as determinações das sociedades, existe um embrião dessa nova ideia de cultura que se concretizará mais largamente na segunda metade do século XX, difícil de se enxergar justamente pela forte presença desse primeiro. Mantendo uma perspectiva macro, o autor, porém já admitia a força da cultura, na construção das esferas da vida social, ou seja, ela vai deixando seu aspecto meramente contextual e assume lugar de destaque em seu pensamento – aparecendo tanto no passado histórico, quanto no presente dando o tom do que deveria ser feito na política, a formação em última instância, de uma cultura política brasileira.

Uma vez construída essa realidade, apresentado o passado histórico do Brasil e se debruçado sob as características ímpares dos indivíduos que compunham a nação, se poderia ter bases concretas e seguras para apresentar a política que melhor conviesse ao momento vivido. Os três primeiros capítulos de *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, o livro *O Idealismo da Constituição e Problemas de Política Objetiva* serão analisados no presente capítulo com a intenção de compreender justamente o caminho feito pelo autor que partindo da História saía em defesa de um projeto político. Respectivamente lançadas em

1921, 1927 e 1930 as obras selecionadas exprimem claramente a conexão que o autor se esforça em reafirmar entre História e Política cujo elo estava localizado nesse projeto nacional.

3.1. O passado como chave do presente

Embora o passado histórico brasileiro esteja sempre presente nas análises de Oliveira Vianna, mesmo quando não é o foco de sua argumentação, o livro *Pequenos Estudos de Psicologia Social* nos ajuda aqui a caminhar pelo mesmo percurso promovido pelo autor fluminense na construção de seu pensamento. Esse percurso se inicia no passado, a partir de uma perspectiva de longa duração e ampliando os condicionantes encontrados nesse passado para as condições existenciais da nação no presente, Vianna cimentou as bases de seus diagnóstico e prognóstico com relação à política no Brasil. A parte final do livro – VI parte – já foi analisada no capítulo anterior. Discutirei agora suas três primeiras partes.

Sempre buscando esses subsídios capazes de fortalecer seu discurso, o autor fluminense inicia *Pequenos Estudos de Psicologia Social* a partir de um exemplo cuja importância e força eram reconhecidas por todos. A comparação exagerada que pôs os bandeirantes de nossa história na mesma categoria dos Vikings para os normandos, abre o livro garantindo que o leitor fosse capaz de compreender a dimensão do que seria retratado nas páginas adiante. A partir do conceito de *Identidade Moral*, sendo esta coletiva e concedida através da História, o autor determina tanto sua intenção de buscar características psicológicas dos indivíduos como de enquadrá-las a uma dimensão nacional e histórica.

Assim Vianna abre a primeira parte do livro dedicada a analisar – *O meio social* – estabelecendo que esses homens do bandeirantismo, lavradores e pastores seriam os verdadeiros homens brasileiros capazes de expor tudo aquilo que se admirava no homem estrangeiro. Em outras palavras, Vianna parte da afirmação de que o homem *verdadeiramente* brasileiro seria um homem do campo, um homem rural. Mesmo em 1921, ano em que escrevia sua segunda obra, a imagem desse homem rural predominava e mesmo afastava o homem urbano uma vez que, para o pensador fluminense, o próprio meio urbano ainda não se fazia presente de fato. E mesmo depois, quando da terceira edição em 1942, o autor apesar de

afirmar que os espaços das cidades já haviam se consolidado acreditava que a essência do homem rural ainda sobrevivia.

Em 1921 Vianna enxergava o problema da degeneração da sociedade e da política como frutos de um enfoque para a vida nas capitais se afastando sobremaneira da verdadeira essência nacional que se situava no campo. Vale registrar, entretanto, a ressalva feita na nota de número sete pelo autor na qual ele afirma seguir uma opinião consensual de que havia uma degeneração do caráter do brasileiro e da experiência política, por conseguinte. Em 1921, porém, nosso autor apresentava como causa o distanciamento do meio rural, na reedição, contudo, o autor retificava essa noção levando em consideração o intenso processo de urbanização ocorrido durante a Era Vargas. Como de costume o autor apresenta um tom conciliador afirmando que: -“hoje, sou por uma formula conciliadora, fundindo estes dois objetivos, que não são de modo nenhum incompatíveis”⁶¹.

Ou seja, em 1921 Vianna não enxergava o ponto nevrálgico do *problema* do Brasil da mesma forma que outros homens públicos, a exemplo de Bilac como ele mesmo destaca, atribuindo a causa desse desvio à exclusiva presença das classes superiores nas cidades. Logo a solução seria o simples retorno ao campo. A construção desse pensamento passava pela relação positiva que Vianna tinha com o passado – o Brasil rural – defendendo a volta das antigas virtudes tradicionais, capazes de fundamentar uma identidade nacional – não pela face guerreira, tal como os Vikings, mas pela face pacífica expressa nesse passado. Essa História rural deveria ser cultuada e se tornar um caminho a seguir.

Segundo Oliveira Vianna o deslocamento dos interesses dos homens superiores – doutores, políticos e burocratas, reforçado que foi pela abolição da escravidão em 1888, que passavam agora a aspirar o funcionalismo público funcionava como uma barreira às vocações individuais. Ou seja, os homens que antes desempenhavam funções variadas e importantes, agora se direcionavam exclusivamente pelo trabalho burocrático público. Uma vez colocado o problema que em 1921 girava em torno do abandono da vida rural, Vianna passa a

⁶¹ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* 1942.,p. 24

apresentar as características positivas desse homem que se não é mais do campo, ainda carrega consigo os elementos desse passado.

É assim que os mineiros são construídos à imagem e semelhança dos Celtas da Bretanha. Com forte caráter patriarcal, era solitário e recatado e pouco receptivo às novidades. Esse tipo, que em sua essência deveria ser valorizado, segundo Vianna, teria sofrido o impacto da propaganda estrangeira. É interessante como o autor fluminense já percebe a força dos meios de comunicação⁶² na mentalidade e arranjo da vida dos homens em sociedade, em nota de rodapé, ele diz que esse homem do campo passa a ser desconsiderado a partir da entrada do tipo ideal trazido por Hollywood.

Mais uma vez a influência estrangeira deveria ser afastada deixando aflorar a antiga essência desse “bom metal”. Afastando a ideia da relação entre tradição e atraso, Vianna reserva a essa primeira qualidade a glória de um caráter firme. Mais adiante destacando o impacto positivo da política de valorização do café, Vianna igualmente enfatiza a influência do Rio de Janeiro e São Paulo sobre as cidades mineiras a partir dos já destacados meios de comunicação – o cinema, o jornal e a revista ilustrada – ou seja, influencias que estariam circunscritas aos hábitos sociais filiados agora à ideia de modernidade. Sendo assim, em descrição do cotidiano do mineiro, Vianna transmite a sensação que o jornal ou as revistas vindas da capital provocaram nesses indivíduos, chegando à conclusão de que esses meios de comunicação serviram de agente unificador da sociedade.

Nas páginas que se seguem Vianna revela um caráter de seu pensamento pouco explorado pela historiografia que durante muito tempo se preocupou apenas em entendê-lo dentro de uma chave exclusivamente política. Saindo em defesa de uma liberdade do espírito carioca – a “livre expansão da alma”⁶³ – o autor deixa claro que a liberdade para ele estava no âmbito da vida social, das expressões de identidade nacional tal como o carnaval, dentre outras; e essa liberdade os cariocas já vivenciavam em sua plenitude. Quer dizer, ainda que a força da tradição devesse ser valorizada, mantendo a essência do passado, esse não deveria

⁶² Aqui não se está em discussão quanto a veracidade da suposta influencia negativa da propaganda do tipo estrangeiro sobre os homens rurais como afirma ter havido Oliveira Vianna, mas o destaque o autor atribui a esse veículo.

⁶³ *Id. Ibid.*, p. 64

impedir a experiência do afrouxamento da vida social – a liberdade desses indivíduos sociais.

Dentro dessa chave de compreensão podemos estabelecer que para ele, a vida social, econômica e política, apesar de guardar especificidades entre si, gravitavam, porém, sob o mesmo eixo. Isso recai sob o argumento central do meu estudo – da mesma forma que o autor integrava os diferentes métodos de estudo, as diferentes ciências e os aplicavam nos diferentes meios sociais existentes no Brasil; construir uma análise de seu pensamento implica igualmente integrar essas perspectivas reconstruindo seu pensamento que era múltiplo. É nesse sentido que embora o capítulo se dedique a falar sobre o projeto político que ele oferece não podemos deixar de lado os outros vieses de sua análise que tanto justificam como são conseqüências desse primeiro.

Voltando às páginas do livro, o que Oliveira Vianna argumenta é que a política pouco fazia uso dessa ferramenta tão eficaz que eram os meios de comunicação, capaz de garantir uma transparência e cumplicidade em suas ações (vale dizer que na nota vinte e dois, o autor fluminense já admitia mudança nessa questão.) Isso romperia com a apatia política daqueles que não compartilhavam um interesse direto em algum cargo público. Essa questão reaparece também em *Idealismo da Constituição* quando o autor separa os povos de opinião pública organizada e os povos sem opinião pública organizada. Assim, Vianna afirma que se deveria tornar como prática dos anglo-saxões a conduta social, a identificação/aproximação dos indivíduos com a vida pública e não propriamente a prática política ou órgão político em si. Essa, aliás, seria a garantia de um governo democrático.

A partir dessa ideia – dos meios de comunicação como agentes de aproximação entre o indivíduo comum e a política – Vianna entendia que falar ao povo, esclarecê-lo e conduzi-lo nos assuntos políticos seria “um critério seguro de conduta cívica – enfim, um pouco de aptidão democrática”.⁶⁴ Isso romperia com a prática perniciosa na visão de Vianna, de haver um diálogo restrito aos pares – senado e câmara apenas, se esquecendo e afastando o povo dos “verdadeiros

⁶⁴ *Id. Ibid.*, p. 86

líderes nacionais”.⁶⁵ A política no Brasil seguia um percurso individualista e restritivo, uma vez que para além do fato dos políticos não travarem um diálogo com a sociedade, os homens públicos afastados de alguma maneira do exercício do poder também não se pronunciavam com críticas e resoluções. A única exceção, para Oliveira Vianna, seria Rui Barbosa. O político defensor da carta constitucional de 1891 teria permanecido fiel aos seus ideais e agia frontalmente criticando a forma como a República vinha sendo direcionada.

Enquanto os políticos em ação enxergavam o problema da apatia política atribuindo-a a inúmeras fraudes que vinham ocorrendo e que deveriam ser corrigidas por meio de reformas eleitorais e pelo voto secreto obrigatório, para Oliveira Vianna, a causa era outra e estava nisto: “nossa educação política se fez quase toda, sob um regime de formação extra-nacional do poder público”⁶⁶, ou seja, mais uma vez era no passado histórico que o autor fluminense buscava seu argumento. A experiência colonial liderada pelo poder vindo de Portugal teria impedido de se desenvolver uma cultura política *propriamente* brasileira, uma experiência e identificação com a vida pública.

Durante três séculos o Brasil teria experimentado um governo colonial em que os cargos públicos foram ocupados pelos peninsulares contra um século de experiência participativa. Esse passado colonial ora é retratado como positivo, ora como negativo, a única avaliação constantemente positiva é sobre o Império. Se em *Populações Meridionais do Brasil* os caudilhos locais aparecem como a origem do problema da nação; no contexto de *Pequenos Estudos de Psicologia Social* eles aparecem como o único elemento capaz de motivar o povo rural a uma participação. Vale dizer, que apesar de, em um primeiro momento parecer uma ambigüidade na análise do autor, acredito ser mais uma demonstração de sua busca por um caminho do meio, cuja flexibilidade pudesse sempre favorecer seu ideal primordial – a experiência política do Império.

Segundo o autor fluminense o Brasil teria vivido um salto histórico da forma aristocrática/ oligárquica de governo na colônia para a democracia no Império. “Depois da Independência e com a fundação do Império, este regime

⁶⁵ *Id. Ibid.*, p.87

⁶⁶ *Id. Ibid.*, p. 97

eleitoral se modificou profundamente, de uma maneira inopinada e estonteadora: a colônia havia sido a aristocracia, o Império passou a ser, de súbito, a democracia.” A descentralização política da República teria esvaziado a necessidade de uma participação efetiva na vida política garantindo um resultado favorável nas urnas eleitorais. Esses homens agora, se dedicavam a outros assuntos e práticas, diminuindo em tamanho e importância inclusive os partidos políticos.

Ao longo da parte dedicada à Questão Nacional, Vianna reforça a necessidade, por ele atribuída, de se prender a realidade para construir projetos políticos realmente funcionais. Essa fidelidade à realidade aliás, seria aos olhos do autor, prática comum entre os homens de pouca ou nenhuma instrução e se dissolvia conforme o contato com os livros. A educação, nesse sentido, passava a ser negativa, uma vez que o homem culto se deixava guiar pelos problemas e ideias de fora. E aqui Vianna deixava claro sua relação com as doutrinas teóricas, seu posicionamento frente às ideias ainda não concretizados nas palavras do autor

Não estou discutindo o socialismo, o comunismo, o anarquismo, o individualismo ou o sindicalismo em si. Diante todo e qualquer sistema doutrinas, social, jurídico ou político, a minha atitude é sempre pragmática. Estes sistemas, estas doutrinas só me valem pelos resultados: se bons, a doutrina é boa; se más, a doutrina é má. Nunca me preocupo com saber se uma doutrina é teoricamente boa. Em regra, toda doutrina, considerada teoricamente, é boa. Mas, um problema social não pode ser resolvido teoricamente; há de estar preso pelos seus elementos equacionais à realidade da vida social – como árvores pelas suas raízes à terra onde vicejam. O contrário é fazer “brincadeira de crianças barbadas”, como diria Alberto Torres.⁶⁷

É claro que sabemos qual doutrina o autor consideraria como problemática na prática, no entanto, não devemos ignorar que o resultado final era uma preocupação maior do que o caminho percorrido. E, seguindo a defesa por uma prática efetiva o autor apresenta o sindicalismo como solução a partir da compreensão de que aqui, diferente do estrangeiro, o problema econômico estaria na produção e não na distribuição – e por isso não fazia sentido pensar no comunismo. Em *Problema de Política Objetiva* o autor explora essa questão – o capitalismo deveria assumir uma configuração de um *Estado de Bem Estar Social*.

Essa defesa de um Estado forte se afastava, porém, do que Vianna apresenta como *trogoditas*, filiado à ideia de uma ditadura militar; *ditadura*

⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 113

positivista e sebastianistas. Essa aversão com relação aos conflitos armados, ao uso da força também afastava o autor das ditaduras que vinham ocorrendo na Europa nazi-fascista. Para ele um governo forte passava pela capacidade de se ter partidos políticos realmente comprometidos com a causa pública impedindo a permanência da “lógica sentimental”⁶⁸ que imperava. Um governo forte seria assim, justamente aquele capaz de romper com essa prática de solidariedade e impor o vigor da justiça com energia moral. Esse Estado tutelar teria nos sindicatos a garantia da participação dos diversos setores sociais impedindo que as decisões fossem tomadas pela via do interesse privado.

A ação desse Estado tutelar, porém, não deveria seguir os mesmos princípios por todo o Brasil, uma vez que, *O Meio Sertanejo* não estaria apto para viver essa participação na vida pública. Sob o argumento construído a partir da negação desse meio sertanejo seria a prova de que o Brasil apresentava estágios diferentes em sua evolução social, e, por esse motivo, as condições políticas não deveriam ser as mesmas em todo o país. O sertanejo bravo, intrépido, varonil, mas adestrado no *tirocínio das tropelias* estava distante dos tipos oferecidos por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

E nessa argumentação Vianna questionava a tentativa de que o regime republicano – já fracassado nas grandes capitais – pudesse obter sucesso nas regiões mais longínquas, como o Acre: “perdida num recanto selvagem da Amazônia”⁶⁹ cujos homens nunca souberam o que era democracia. Para esses sim, apenas um governo autoritário seria capaz de corrigir os “temperamentos insubordinados”⁷⁰. Na prática do governo liberal republicano vigente, Vianna, enxergava ali uma escravidão virtual.

Para Oliveira Vianna, o sertanejo vivia uma escravidão tão cruel quanto a dos negros do sul. A marcha territorial da sociedade não teria sido acompanhada da marcha territorial do poder. Aqui a experiência colonial aparece como positiva, já que se fazia mais presente do que a República que só aparecia para pagar o jogo das irrupções com violência. A colônia agia, assim, de forma preventiva, enquanto

⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 132

⁶⁹ *Id. Ibid.*, p. 146

⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 151

na República a ação era apenas repressora. No contexto atual em que escrevia Vianna a solução, na sua visão, era urbanizar o sertão – estabelecer a pequena propriedade e fixar o homem a terra.

A formação da análise de Vianna em *Pequenos Estudos de Psicologia Social* passa pela intenção de integrar a História à psicologia coletiva guiando o leitor a se convencer tal como ele estava, de que pelas razões retratadas o Brasil precisava ser outro, precisava fixar suas bases no chão da realidade. Precisava se afastar do que chamavam de República.

3.2.

A República que (não) foi: na confusão e na desordem

Pressupondo que o advento da democracia não depende apenas do voluntarismo dos atores políticos, mas também da cultura de suas sociedades e de seus níveis de desenvolvimento econômico, o processo de construção do Estado Moderno pode ser dividido, de modo ideal e esquemático em três etapas (mediadas, por sua vez, por duas transições): *a monárquica ou autocrática, a aristocrática ou oligárquica e a democrática*. (...) para além do rótulo formal recebido pelo governo⁷¹.

Mais uma vez recorro a Christian Lynch a fim de estabelecer alguns pontos que acredito serem de extrema importância a fim de repensar a experiência da República de 1889 a 1930 no Brasil. A historiografia oficial apresenta o fim do Império iniciado em 1822 como um movimento de progresso, de evolução da trajetória política nacional, garantindo melhor adequação do país aos novos anseios sociais e de mercado, colocando-o ainda na esteira do desenvolvimento das nações-modelos. Enquanto a chegada do ideal republicano foi recebida positivamente, aos homens que a defenderam, que pensaram e que possibilitaram sua instauração coube o lugar da glória até hoje perpetuado. Nas palavras de Campos Sales

Uma revolução popular elevou D. Pedro II ao trono brasileiro antes da época natural da sucessão; uma revolução parlamentar deu-lhe a investidura plena dos poderes majestáticos antes do tempo prefixado para a capacidade política e, finalmente uma revolução republicana o derrubou do trono, banindo do Brasil a monarquia.⁷²

⁷¹ LYNCH, Christian Edward Cyrill. *Op. Cit.*, p. 23

⁷² SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, pg. 29. Ed. Fac – similar – Brasília: Senado Federal, 1998

Essa *revolução*⁷³ teria sido possibilitada pela suposta decadência da monarquia e de seu imperador, e trazia no texto constitucional de 1891 elaborado por Rui Barbosa a consolidação da vitória liberal interrompida em 1840, quando do regresso conservador e do golpe da maioria responsável pela reconstituição do poder imperial.

Segundo, porém, a ideia contida na citação de Lynch “(...) a República do Chile de 1840 pode ser qualificada como República monárquica; o atual Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte deve ser considerado monarquia democrática; a República Argentina de 1935 constituía uma República Oligárquica”.⁷⁴ Ou seja, diferentemente da monarquia que possibilitou experiência prática e forma de governos iguais, a República enquanto forma teria sido em seu conteúdo oligárquica aristocrática.

A principal variação entre as formas apresentadas – monárquica, oligárquica e democrática - se encontra no grau de representação *da e para* a comunidade política, permitida em cada uma delas. Sendo assim, o que nos permite delimitar a prática política então vigente, não é tanto o seu nome adotado, mas suas articulações práticas delimitadoras da participação dessa comunidade política frente ao Estado, da atuação do próprio Estado, da maior ou menor liberdade de ação dos demais núcleos de poder.

Entretanto, as disputas entre liberais e conservadores na passagem da monarquia para a *Republica* e nos anos iniciais dessa última, não se vinculavam à maior ou menor representação, mas, e apenas com relação ao maior ou menor grau de poder do Estado e das oligarquias consolidadas. A questão, portanto, não era discutir sob os termos da ideia de democracia, mas, sobre a extensão da experiência liberal. A representação dada pela via eleitoral tinha a ideia compartilhada entre os distintos grupos políticos de que deveria estar restrita aos homens ilustrados, capacitados para o exercício dos negócios da política seguindo a ideia de que

⁷³ A própria escolha do termo “revolução” garante uma leitura positiva do fato histórico diferentemente da ideia de “golpe”.

⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 23

a representação política deve(ria) caber a uma aristocracia de mérito cujo desprendimento e dedicação à coisa pública lhe facultaria decidir dos interesses da maioria que por seu estado de abatimento e sua falta de ilustração não conseguiriam ter uma ideia clara do próprio interesse e da natureza do governo representativo.⁷⁵

Para além do princípio da representação, a própria ideia de República comporta mais de um significado. A tradição clássica se define pela virtude cívica, pela ideia de bem comum e do culto a lei; outro sentido se restringe apenas a uma identificação formal de se dizer contrária à monarquia; a República de Tocqueville se volta para formação de uma sociedade democrática, pautada na ideia de igualdade; enquanto o sentido moderno defende um governo constitucional, representativo, garantindo os direitos dos cidadãos e a ampla participação dos indivíduos naquilo que é público – exige, portanto, a consolidação da comunidade política.

Após o 15 de novembro de 1889, o que se instaura no Brasil, segundo Vianna, é um partido sem forma, sem rosto, sem rumo, indefinido quanto às suas idéias e suas diretrizes. Membros importantes, que permeiam grande parte da história republicana, tal como Rui Barbosa, e o próprio Deodoro da Fonseca, eram homens que poucos anos antes defendiam o modelo monárquico então vigente. Portanto, o autor fluminense entendia não haver consenso, nem fortes convicções nem mesmo entre os homens que estavam ativamente formulando o novo modelo. Talvez a única idéia desejada pela grande maioria, fosse o federalismo.

No entendimento de Oliveira Vianna a escolha pela forma republicana teria se enquadrado no interior da ideia de construção de uma retórica que pudesse transmitir não apenas o fim do antigo sistema imperial, como também simbolicamente marcar o afastamento de todo e qualquer vínculo com aquele sistema. Sob a sombra da novidade os velhos agentes de poder poderiam garantir um ambiente político restrito aos seus interesses e aos seus poderes de mando. A república, ele conclui, nasceu, a partir de um desejo de manutenção do *status quo* vigente e não pelo desejo do novo. A adesão da classe rural, proprietária de terra descontente com a ação da coroa pela abolição da escravatura comprovava tal

⁷⁵ *Id. Ibid.*, p. 29 (grifo meu)

assertiva. Embora sob outro contexto de análise, essa ideia de Vianna pode ser compreendida sob a argumentação de Lynch ao afirmar que

o republicanismo representava a reação conservadora: assim como depois da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários surgiram, como reações das classes proprietárias, as campanhas pela reforma eleitoral e pelo federalismo monárquico, depois da Lei Áurea o republicanismo federalista emergiu para esmagar a perspectiva da *monarquia democrática*. (...) o partido republicano brasileiro propusera apenas reformas institucionais e se omitira, quando não se opusera ao movimento de emancipação dos escravos.⁷⁶

Essa passagem reforça a ideia de que os homens de 1889 não defendiam exatamente os ideais de uma República liberal e democrática. E era em cima dessa constatação, largamente defendida pela historiografia, que Vianna se valia para desacreditar a ação desses homens e corroborar seu argumento de que esse movimento teria sido um grande erro. É interessante observar como esse momento da implantação republicana ganha interpretações variadas. Enquanto para Vianna e outros pensadores, a República teria sido um retrocesso para o Brasil por romper com uma organização política imperial que garantia o bom funcionamento da sociedade, a historiografia em fins do século XX, a exemplo de Renato Lessa⁷⁷ aponta o erro da Primeira República justamente por manter a organização do Império sob novos poderes. Em ambas as chaves de análise a República aparece distante de inovações como mostra Lynch.

Essa definição do que foi propriamente a República de 1889 se explica pela carta constitucional republicana de 1891, que nos seus escritos e nos seus silêncios, propositais ou não, gerou o arranjo equilibrado de forças: central X estadual, um sendo peça chave do outro. A política que se segue esvaziando o poder central enquanto um poder acima dos demais que decidisse o peso da balança, tal como o poder Moderador do Império, construiu um pacto que equacionou os três poderes e permitiu que as oligarquias dominantes desempenhassem sua força de legitimação. Diferentemente da monarquia que precisou se esforçar para mostrar seu caráter liberal e assim conseguir permanecer em funcionamento, a República podia se deixar levar pelo conservadorismo.

⁷⁶ *Id. Ibid.*, p. 87-88

⁷⁷ LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. v. 1.

Segundo Vianna, a ausência de uma opinião pública organizada favorecia o livre mando dos grupos no poder.

Essa foi a crítica de Joaquim Nabuco ao denunciar a “pseudo-república”⁷⁸ espalhada pela América Latina afirmando que o Império é que era a República; foi o que fez Rui Barbosa, grande elaborador e defensor da carta constitucional de 1891, se desiludir com a possibilidade de que aquilo que tinha sido elaborado de fato poderia ser experimentado pelos indivíduos brasileiros. A figura de Rui Barbosa, aliás, é icônica desse distanciamento entre forma e conteúdo, desse Brasil legal/ideal e do Brasil real. Sempre lembrado por seu desempenho fervoroso no cenário político nacional, apresentado como o grande idealizador do modelo implantado, mais tarde se colocará ao lado “de seus ex-colegas monarquistas, comprometidos com o liberalismo.”⁷⁹

Foi também o que motivou Oliveira Vianna a escrever seus inúmeros artigos de jornais e posteriormente seus livros, e dedicar sua vida ao tema que então para ele fundamentava todas as questões – o Brasil ainda não contava com um *povo* de opinião pública formada, ou seja, ainda não se podia admitir a existência de uma comunidade política capaz de se fazer ouvir e se representar perante o poder público.

3.3. A política do possível: o sonho real

Se não existem ideias *fora do lugar*, cara discussão à história política brasileira, existe um tempo para cada ideia. Ao menos era nisso que Oliveira Vianna acreditava e foi defendendo essa assertiva que ele iniciou suas críticas políticas e seus retratos do passado e do presente dos indivíduos que compunham a sociedade brasileira. Essa ideia encontra ecos nas páginas de *Da Monarquia à Oligarquia*, quando Lynch afirma que as diferentes etapas políticas foram vividas pelas nações em momentos e velocidades díspares e que no momento em que a França vivia seu radicalismo, a Inglaterra um novo liberalismo e os Estados

⁷⁸ NABUCO, Joaquim. *A Abolição e a República*. Organizado e apresentado por Manuel Correia de Andrade, Recife: Editora UFPE, 1999, p.60. In: LYNCH, Christian. *Da Monarquia à Oligarquia*. História institucional e pensamento político brasileiro (1822 – 1930). Ed. Alameda. SP. 2014. p. 169.

⁷⁹ LYNCH, Christian. *Da Monarquia à Oligarquia*. História institucional e pensamento político brasileiro (1822 – 1930). Ed. Alameda. SP. 2014. 202

Unidos, o progressismo, o Brasil discutia ainda em termos do liberalismo clássico. E é consenso entre todos os que já tiveram algum contato com a produção de Vianna, que para o autor ainda não era tempo de República no Brasil.

O que não é consenso, levando as inúmeras interpretações e seus descompassos analíticos, é o que propriamente o autor fluminense pensava ser o ideal para o tempo em que ele escrevia e descrevia o Brasil. A partir do exercício de responder a essa pergunta é que se chegou naquilo que podemos entender como jaulas conceituais, as quais procurei analisar no primeiro capítulo, tais como as ideias de autoritarismo instrumental, antiliberalismo, reacionarismo ou, em outro extremo, interpretações apaixonadas que colocam Vianna em caminho oposto. Sobre esse segundo grupo fala Luiz de Castro Faria que os nomes fieis ao sociólogo produziram erros interpretativos mais perniciosos do que propriamente às críticas detratadoras. Vale, entretanto, dar voz e levar em conta aquilo que o próprio Oliveira Vianna afirma: - “Concordo que me qualifiquem de anti-federalista e de anti-parlamentarista – e aceito com honra e mesmo orgulho o qualificativo. Não, porém, de anti-liberal, nem de anti-democrático. Não sou uma coisa, nem outra. **Sou justamente o oposto disto**”.⁸⁰

O primeiro passo para entendermos o projeto político defendido pelo autor fluminense já o demos em páginas anteriores. Não podemos colocar Oliveira Vianna como um homem contrário ao sistema republicano liberal a partir de um discurso reacionário e autoritário, pelo simples motivo de que em 1889 o Brasil não experimentou um conteúdo político de caráter republicano e liberal e sim uma prática oligárquica aristocrática, seguindo o critério de análise de Lynch. Vale dizer que essa articulação, ou desarticulação entre forma e conteúdo político não foi particularidade do Brasil se fazendo presente também nas nações vizinhas que adotaram o sistema desde o momento de suas independências. Aliás, o exemplo negativo das republicas latino-americanas servirá de estofa crítico para aqueles que como o nosso autor se distanciavam dos *luzias*.

⁸⁰ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* 1939 prefácio Pág 19. (Grifo meu)

No Brasil, o problema fundamental da organização democrática não pode ser este, não pode ser o mesmo da América e da Europa. O nosso problema político fundamental não é o problema do voto – e sim o problema da organização das fontes de opinião. Temos que suprir pela ação consciente do indivíduo e do Estado (...) estrutura, organização, consciência coletiva.⁸¹

Em *O Idealismo da Constituição*, cuja primeira edição data de 1924 sendo reeditado em 1939, Oliveira Viana apresenta de maneira mais clara, os problemas de um modelo liberal implantado no Brasil. Desde o prefácio, o sociólogo fluminense já expõe sua crítica em relação aos movimentos políticos ocorridos até ali que, por um problema crônico, não conseguiram enxergar as especificidades colocadas pela sociedade brasileira.

Apresenta o debate entre “democracia liberal” X “democracia autoritária”, Estado “liberal” X “totalitário”, revivendo idéias de soberania do povo, representação política e principio de liberdade, que estavam postas aos intelectuais naquele momento. Vale ressaltar que em 1927, ano de lançamento desse livro, a Primeira República já caminhava para o seu fim que viria três anos depois com Getulio Vargas, portanto, o modelo estava em crise. Comparando seus contemporâneos liberais, com os que defendiam esse modelo em 1827, Viana diz que nada mudou em suas mentalidades, nem mesmo a experiência de cem anos, tão valiosa para o autor, gerou alguma influência para eles, que ignoraram esse fator como algo irrelevante.

As constituições de 1891, 1934, código do Processo de 1832 e Ato Adicional de 1834 se conservaram impregnados de um liberalismo exógeno. E, para Oliveira Viana, as futuras ações políticas permaneceriam problemáticas caso não se mudasse o pensamento político social. O autor fluminense escreve assim, no intuito de levar luz a esses homens obscurecidos por questões externas. Se posicionando contrário a esses intelectuais tidos como *idealistas*, Vianna se prende à realidade e à experiência para pensar os rumos da política e da sociedade nacionais. A experiência com a qual os homens contavam agora, em vantagem aos do passado, era fundamental.

Dividindo os povos em dois tipos distintos: os de democracia com opinião organizada e os de democracia sem opinião organizada; Viana determina que a

⁸¹ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* 1939. prefácio., p. 15

sociedade brasileira se encontra na segunda categoria, sendo este o cerne dos males encontrados na experiência republicana. Na primeira parte de seu livro, composta pelos capítulos: *o primado do poder moderador; o primado do poder legislativo e o primado do poder executivo*; o autor vai construindo seu argumento, já inaugurado em *Populações Meridionais do Brasil* alegando faltar ao povo brasileiro uma educação política capaz de garantir o sucesso das instituições liberais tal como no estrangeiro.

Com a sociedade ainda girando em torno de clãs patriarcais e movida por questões da esfera privada, o modelo liberal estaria fadado ao fracasso, a exemplo do que ocorreu com a constituição de 1891. Acusando os homens que projetaram a República de *idealistas utópicos*, os condena por não produzirem uma antevisão da realidade futura pautada na experiência. Em outras palavras, esses homens não estariam preocupados com as verdadeiras exigências, necessidades e arranjos presentes no Brasil.

Esses ideais utópicos viriam, segundo o autor, de um sistema educacional religioso estrangeiro; por uma coincidência da fase de organização política com a reivindicação democrática no mundo europeu e através da imprensa, extremamente importante como disseminadora desses pensamentos. Vejamos mais a fundo as duas primeiras fontes de idéias.

Os homens da primeira geração, influenciados pela universidade de Coimbra, chefes do movimento e idealizadores da constituição, também eram alheios à realidade nacional. A segunda geração do Império sofre influência dos homens da primeira e, são formados nas academias fundadas em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. A educação como reprodutora de idéias passadas entra, portanto, em consonância também com o ensino universitário – as faculdades de direito – que no Brasil assumem peso preponderante e garantem essa permanência.

A segunda fonte de influência seriam os processos revolucionários ocorridos no estrangeiro. Haveria, assim, três modelos de idealismo apresentados respectivamente por: França, Inglaterra e Estados Unidos. O modelo francês circularia pela teoria política dos governos democráticos fundamentado nas idéias

de liberdade, direitos dos homens e soberania nacional; o inglês traria os princípios de democracia, monarquia, soberania popular e direitos de realeza. E por último, o modelo norte americano, sacramentando o ideal federalista, constituição federativa e as liberdades locais.

Esses três modelos apresentados pela experiência externa, geraram no Brasil, também três vertentes idealistas: os constitucionalistas/parlamentaristas, a exemplo dos ingleses; os federalistas do modelo americano e os liberais, tal como os franceses. O partido liberal, tomado para análise por Oliveira Viana, esbarrava nos problemas de organização do país como, a presença do poder moderador; a organização das liberdades civis e a organização da administração pública da distribuição dos poderes pelos órgãos centrais e locais.

O programa liberal de 1831, formulado pelos homens da instauração do período regencial, preocuparam-se em resolver a reforma constitucional, inspirados no federalismo norte americano, desejosos, ainda, do fim do poder moderador. Viana critica essa solução proposta pelos liberais afirmando que no Brasil foi sempre o governo central quem garantiu as liberdades individuais.

Seguindo com a análise em relação aos programas de 1862, 1868 e 1869, Oliveira Viana concentra suas críticas mais expressivas ao programa de 1870. Acusando-os de radicais e de liberais teóricos ou utópicos, as aspirações democráticas republicanas e federativas resgatam as idéias apresentadas em 1831, como um retrocesso, segundo o autor, de um liberalismo que caminhava para uma realidade mais concreta. A preocupação entre eles tinha um cunho americano, e até conseguem derrubar o império e instaurar a República, mas, segundo Viana, não formulam um plano objetivo do que deveriam ser os caminhos políticos de então.

O grande problema que não foi percebido por esses homens que pensavam o Brasil, era a conformação do próprio povo na sua estrutura e mentalidade. O desconhecimento do país em que viviam levou á formulação dessas esquizofrenias institucionais. A “massa” brasileira não era esclarecida e independente, capaz de corresponder tal como no modo inglês ou americano, ás demandas dessas novas diretrizes. Reclusos e protegidos dentro de uma lógica de clã familiar, essa massa

não havia formulado as práticas de solidariedade e cooperação social – públicas, direcionando-as aos interesses privados. A reforma realista para Oliveira Viana, passava por: neutralizar, ou reduzir ao máximo a ação nociva do espírito de clã do organismo político-administrativo.

Estabelecendo uma comparação entre os idealistas da Independência e os da República, o autor afirma que os primeiros estavam ao menos, munidos de segurança e determinação em seus propósitos, empenhados na tarefa de construção da nação. Já os da constituinte republicana, questionava-se inclusive a validade das suas autoridades – tendo seus mandatos vindos de um arranjo fruto do Regulamento Alvim com o qual contrariou-se o princípio republicano fundamental da opinião do povo. Por essa razão, tais homens foram recebidos com desconfiança e desagrado. Esses homens faziam parte de um grupo de novos ricos, sem grande solidez de caráter e grande lastro de escrúpulos na consciência, faltando-lhes ainda, coesão quanto aos interesses desejados.

Acusando a constituinte de ser uma “criança mal nascida”, ele diz que ela nem chegou a acontecer e que seus principais idealistas eram os que mais se decepcionaram com o rumo tomado pela República. A ausência de adesão popular, que assistiu a instauração do novo modelo “bestializado” como fala José Murilo de Carvalho, advinha da falta de maturidade política, que não foi considerada por esses homens.

Essa ideologia constitucional se inspirou não apenas na democracia anglo-saxônica, mas também nas doutrinas individualistas do convencionalismo francês. O sufrágio brasileiro, portanto, era individual e não de classe. A opinião deveria aparecer através dos partidos políticos. Há, em Vianna, um entendimento de que os indivíduos enquanto atores públicos não deveriam exercer sua participação nessa esfera de forma individualizada – a organização no interior das classes definidas por suas atividades através dos sindicatos é que seria o caminho para a criação de uma identidade entre os membros integrantes de cada classe e uma política que não se fechasse em jogos de interesse pessoal.

Todo o regime republicano gerado na constituição de 1891, inspirado no modelo norte americano, tinha na opinião pública, sua base de ação (os

mecanismos constitucionais se referendavam na opinião pública), mas no Brasil, segundo o autor, essa opinião não existia. Saindo de uma crítica pura e simples a respeito do *idealismo utópico*, Viana mostra como a configuração republicana a partir da constituição de 1891 ficou longe dos ideais que a precederam.

Os partidos políticos existentes no período republicano, nada mais eram do que uma nova roupagem aos velhos clãs rurais defensores exclusivamente de seus interesses pessoais, por esse motivo, fala o autor, seria uma exigência da sociedade brasileira, um presidente único (não um partido único), capaz de eliminar os *ismos* que acompanhavam o sistema pluripartidário: estadualismo, regionalismo, separatismo e ante-nacionalismo. Defendendo o decreto varguista de 1937, Viana, contudo, afirma que o golpe frente esses partidos não foi completo, tendo atingindo-os apenas em âmbito estadual.

Dentro desse sistema de presidente único defendido por Oliveira Viana, a opinião pública seria formulada e consultada a partir da organização associativa. Essas organizações seriam nada mais do que uma associação entre as diferentes classes existentes na sociedade, passando, sobretudo, pelas diversidades de ocupações profissionais. Não seria, entretanto, uma redução das questões políticas simplesmente ao viés econômico, mas de dar uma dimensão realmente pública aos interesses dos indivíduos. Cabendo ainda a eleição presidencial não ao sufrágio direto ou à assembleia nacional, mas sim a um corpo eleitoral composto por eleitores que participavam diretamente na política e os eleitores comuns que exerciam outras atividades na sociedade representados pelos sindicatos. Sem ser contrário ao modelo federativo, Viana se posiciona avesso a esse modelo dado pela constituição de 1891 por todos os problemas já apresentados.

Em *O Idealismo da Constituição*, portanto, Oliveira Viana, criticava a deficiência de uma República nascida sobre as bases de um idealismo utópico, que não privilegiara a realidade apresentada pela sociedade brasileira. Para ele, o problema da política nacional passaria por uma questão de autoridade e não de liberdade, modificando assim tudo aquilo que foi pensado no momento de construção do novo modelo. A centralização seria uma exigência de uma sociedade carente de um poder forte que garantisse as liberdades individuais. Não

seria, portanto, um modelo cerceador, mas, pelo contrário, seria a única via para as liberdades.

Essas liberdades que estavam em jogo para o sociólogo fluminense são as liberdades civis e de mercado e não a liberdade política. Mais uma vez, fica claro que para Vianna não seria viável pensar em democracia, em ampliação do voto em liberdade política antes de consolidada a comunidade política capaz. Enquanto não existisse uma opinião pública organizada que fizesse as vias do poder moderador, seria necessário que existisse outra instância que pusesse em prática esse papel. A resposta estaria no Estado, poder central, força centrífuga que preenchesse o vazio da representação não articulada e que assegurasse o *bem público*, o interesse coletivo, acima dos interesses individuais dos partidos.

Dizendo-se respeitador da ordem natural da evolução social, Viana se posiciona contrário a transformações radicais, justamente por não respeitarem o tempo social/natural. Entende ainda, que a carta de 1891 deveria ser o ponto inicial da reforma, por ter se mantido em vigor durante 40 anos, sendo o símbolo máximo das ideias deturpadas do liberalismo abstrato. Pontua assim, seu pensamento sob métodos objetivos, de observação e indução, desejando que os ideais de liberdade, igualdade e democracia sejam alcançados de forma segura e consciente. Dentro dessa assertiva, Viana propõe as seguintes medidas.

Avesso à extensão que a forma federativa ganha na proposição de 1891, Oliveira Viana, recomenda a adequação desse regime à necessidade primeira que se apresenta ao representante do país, a saber: a manutenção da unidade nacional. Desse modo, os Estados não deveriam dispor de prerrogativas privadas em detrimento da União. O federalismo deveria ser consolidado através de uma *desconcentração organizada* cabendo à União, determinar os direitos dos estaduais, pondo fim também, à autonomia total dos municípios.

Como mais uma forma de frear as liberdades concedidas aos Estados, e concentrar mais fortemente os poderes da União, Viana dirá que a autonomia de administração dos interesses locais caberia apenas aos Estados detentores de boas condições financeiras. Em outras palavras, o sociólogo defendia a capacidade econômica como uma espécie de seleção para que um determinado território fosse

elevado à categoria de Estado. Apresentando também a reforma tributária como forma de equacionar a má distribuição entre estados e União.

Viana apresenta ainda como pontos importantes, que os tribunais de Conta deveriam ser autônomos e vitalícios, dispondo das prerrogativas de controle de gestão e controle de oportunidade. O controle financeiro da União em relação aos Estados deveria se restringir apenas à autorização de empréstimos externos. A Câmara federal deveria ser mantida eliminando o Senado. A reeleição de deputados federais e estaduais não deveria ser permitida. Que houvesse um reforço dos conselhos técnicos (extremamente relevantes para Viana, como veremos mais a frente), que regulassem a distribuição de cargos públicos, tanto por eleição, como por nomeação, para que não houvesse brecha para favoritismos pessoais. Defendia a criação de uma legislação de amparo ao operário urbano e rural de maneira a assegurar-lhes uma remuneração justa e condições de higiene, bem estar e segurança pessoal.

Contrário ao parlamentarismo, Viana se posicionava favorável ao presidencialismo, dispondo de mandato de sete anos, devendo este, porém, ter seu poder pessoal diminuído. Propondo ainda, que fosse de competência federal a legislação sobre o estatuto dos funcionários públicos; e que a garantia dos direitos civis deveria passar pela federalização da justiça. Esse ponto é importante porque, embora Viana declare não possuir um pensamento definido a respeito da magistratura, ele atribui a ela enorme poder, cabendo a ela, portanto, intervenção soberana. Define-se também, uma legislação eleitoral única; censo alto como critério da capacidade do cidadão para definir o presidente de Estado, deputados estaduais e federais – o sufrágio universal deveria ocorrer apenas em âmbito municipal. Em acordo com teorias da época, que também irão aparecer, posta em outros termos, em Capistrano de Abreu, que entendiam a delimitação espacial como condição para maior ou menor participação política.^{82 83}

O sociólogo fluminense estaria assim, claramente em defesa da ideia de um Estado corporativo em que classes organizadas seriam de fundamental

⁸² Ideia trabalhada em artigo de George Freitas Rosa de Araújo, em que o autor tece comparações a respeito de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana.

⁸³ ARAUJO, George Freitas Rosa de. Imaginando um Brasil em jornais: a presença do liberalismo no pensamento do Oliveira Vianna articulista.

importância junto ao poder central ainda que esse último se destacasse quanto à importância e a capacidade de suas ações. O Estado para Vianna, não deveria ser nem o Estado liberal que estimularia a dispersão social e levaria por consequência ao imobilismo econômico, nem o Estado Absoluto que impediria o livre desenvolvimento dos indivíduos e a identificação dos mesmos enquanto parte de uma mesma coletividade.

A unidade garantida pelo Estado, que deveria se colocar acima dos interesses de classe, acima dos interesses de partidos, sendo assim elemento neutro capaz de equilibrar as tensões inerentes aos jogos de poder, tal como havia no Império com o dispositivo do quarto poder – o poder moderador – não significava, contudo, homogeneidade. A uniformidade de tratamento desrespeitava as necessidades particulares, e trazia a falsa perspectiva de igualdade. Segundo Araújo⁸⁴, Oliveira Vianna reconduzia a lógica dos estadistas do império de que a centralização do poder significava a integridade do país.

A defesa de Vianna, assim, estava na construção de uma Democracia Corporativa uma vez que os interesses coletivos deveriam estar acima dos interesses pessoais, que a identificação entre os indivíduos sociais se daria a partir de suas atividades laborais que o Estado funcionasse como articulador da ideia de nação, dessa ideia de identificação das coletividades. Esse Estado encontraria na opinião pública o seu meio e o seu fim último. A elas estaria a responsabilidade de delimitar a ação do poder central, impedindo que ele descambasse para a ditadura. O Estado Totalitário proposto pelo sociólogo fluminense, tal como nos mostra Araújo, não significava um Estado autoritário, mas um Estado que abarcasse a coletividade.

A dupla provocação de Christian Lynch, ao chamá-lo de “democrata cristão contra o neoliberalismo”⁸⁵, sintetiza a lógica com a qual Vianna articulava seu pensamento. Longe do liberalismo que já não fazia sentido aos novos tempos, e a experiência da Primeira Guerra Mundial, servia de comprovação para tal ideia, o sociólogo fluminense se colocou em defesa de uma arquitetura de poder – cujo

⁸⁴ *Id. Ibid.*

⁸⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. Detonando Ludwig Von Mises: Oliveira Vianna inaugura a crítica brasileira ao neoliberalismo. Insight Inteligência. 2014.

objetivo era a consolidação da nação e seu conseqüente progresso – que pode ser compreendido como um Estado de bem estar social. Enquanto muitos pensadores buscaram a solução da nação pela introdução do homem branco imigrante, capaz de a partir da miscigenação elaborar uma sociedade avançada, Oliveira Vianna defendeu a organização de um Estado corporativo moderno. O homem branco de Vianna era o Estado.

3.4. O Estado e a Nação

Com a segunda edição lançada em 1947, o livro *Problemas de Política Objetiva*, cuja primeira edição data de 1930, é reeditado por Oliveira Viana, dois anos após o fim da ditadura varguista, no governo do então presidente eleito Eurico Gaspar Dutra. Com a quinta constituição do Brasil promulgada em 1946, o sociólogo fluminense ainda se dirige à primeira carta constitucional republicana como fonte de todos os males, análises e revisões.

A constituição de 46, reinstalando a democracia brasileira, segue a não realizada carta constitucional de 34 ainda no governo democrático de Vargas. Permanecem assim pontos extremamente caros a análise de Oliveira Viana, como a manutenção da República federativa presidencialista; o voto secreto e universal, agora para maiores de 18 anos, excetuando os analfabetos, militares e religiosos; o Estado dividido em três poderes independentes; preservação da estrutura fundiária – os latifúndios permanecem intocáveis; vinculação dos sindicatos ao Estado.

Direta ou indiretamente, será sobre esses pontos que Viana irá dedicar as páginas do presente livro. Sempre preocupado em se manter fiel a análise do que ele considera desventuras do liberalismo no Brasil, o autor fluminense reafirma seu propósito analítico respondendo ainda, aos críticos que o rotularam como autoritário e descompromissado com a democracia e a liberdade nacionais. Segundo ele afirma: “Concordo que me qualifiquem de anti-federalista e de anti-parlamentarista – e aceito com honra e mesmo orgulho o qualificativo. Não,

porém, de anti-liberal, nem de anti-democrático. Não sou uma coisa, nem outra. Sou justamente o oposto disto”.⁸⁶

Dialogando mais presentemente nesse livro com o pensamento de Alberto Torres, Viana trará o sociólogo *Histórico* para validar seu pensamento em relação ao que se consolidou na carta de 1891. A importância e admiração que autor fluminense atribui a Torres, se justifica não somente pelas suas propostas de reforma republicana, mas, sobretudo, e principalmente por ele, tendo feito parte do grupo dos *Históricos* do manifesto de 1870 (devotos de um liberalismo radical), admitir a necessidade de revisão e reforma da constituição de 1891.

A realização do livro *Problemas de Política Objetiva*, se deu em 1930, portanto com a República ainda regida pela primeira constituição do novo modelo político, e no auge das discussões a respeito da necessidade de revisão ou não da mesma. Embora estejamos trabalhando aqui com uma reedição do livro, Oliveira Viana garante em seu prefácio que as questões apresentadas ainda se encontram relevantes, nos permitindo extrair sua insatisfação quanto ao que foi apresentado ao longo dos 17 anos que passaram quando da primeira edição.

Como o próprio autor fluminense nos diz ainda em seu prefácio, seu pensamento em relação ao liberalismo consolidado na instauração da República e, quanto à conformação da sociedade brasileira compõe as páginas de todas as suas obras, portanto, a ideia de continuidade e de reforço ou repetição é latente. Por essa razão embora sejam apontadas de forma mais preponderante as ideias contidas nesse último livro, será inevitável o retorno a algumas das questões presentes, sobretudo, em *O Idealismo da Constituição*, que traz a gênese do Estado articulador da nação. A partir da análise das ideias elaboradas desde o processo de Independência, Viana credita a modernização do país, à modernização das instituições políticas, porém acrescenta o que para ele será preponderante e indissociável – a modificação da sociedade, sendo esta responsabilidade exclusiva do Estado.

Com esse conjunto de ideias expressos na presente obra, Viana não encerrava as possibilidades de se instituir no Brasil uma sociedade democrática e

⁸⁶ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.* Prefácio., p. 19

liberal, muito pelo contrário, como o próprio sociólogo afirma, ele apenas acredita que o caminho para essa conjuntura seja outro. O único caminho possível para o autor seria partir de uma experiência autoritária sem período determinado, para que se conseguisse alcançar a maturidade política dos indivíduos, inerente ao bom funcionamento do modelo.

Resgatando as questões já vistas em páginas anteriores, presentes no livro *Populações Meridionais*, a formação da sociedade brasileira teria se dado de uma maneira que acabou por impedir que os indivíduos obtivessem experiência de uma vida urbana, pública, coletiva - conscientes de seus deveres e direitos; e em última instância, politicamente conscientes. A formação social advinda do período colonial com seus clãs patriarcais, fechados e independentes entre si, disseminadores de uma ordem exclusivamente pautada no interesse privado e na manipulação dos indivíduos deles dependentes, somada a uma vastidão territorial extremamente estimuladora dessa individualização; foi segundo Viana, o que provocou a ausência de um pensamento político organizado coletivamente.

Instaurar um novo modelo político mantendo uma lógica social arcaica era uma esquizofrenia produzida pelos homens que instauraram a República, cegados pelo liberalismo utópico, teórico, universalista, desprendidos da realidade nacional, a qual Oliveira Viana se propunha resgatar e inseri-la no projeto político do país. Para que houvesse de fato uma política liberal, era fundamental uma sociedade igualmente liberal.

Na parte final da reedição do livro *Problemas de Política Objetiva*, Viana anexa seu projeto de reforma constitucional elaborado em 1932 a pedido do Capitão Juarez Távora, integrante do grupo que formava o clube 3 de Outubro, ressaltando que embora não tenha sido de todo bem recebido, muito do programa se processou nas constituições seguintes de 1934, 1937 e 1946.

Como membro do Conselho Consultivo do estado do Rio de Janeiro em 1931 e, posteriormente, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, exercendo o cargo por oito anos, exatamente no período de afirmação das propostas do governo de Getúlio Vargas, podemos de fato constatar grande influência do pensamento de Viana nos caminhos apresentados pelo novo presidente. As

proposições reformistas formuladas pelo autor, sobretudo, a respeito dos direitos civis, e das garantias de trabalho, foram grande marca da Era Vargas. Importante ressaltar que as inúmeras críticas direcionadas ao livro *Problemas de Política Objetiva*, nascem de uma recepção dos intelectuais em relação a participação direta de Viana no governo autoritário de Getúlio.

Afirmando respeitar a ordem natural da evolução social, Viana negava as transformações radicais, justamente por não respeitarem esse tempo social/natural. Entendia ainda, que a carta de 1891 deveria ser o ponto inicial da reforma, por ter se mantido em vigor durante 40 anos, sendo o símbolo máximo das ideias deturpadas do liberalismo abstrato. Ele determinava assim, seu pensamento sob métodos objetivos, de observação e indução, desejando que os ideais de liberdade, igualdade e democracia fossem alcançados de forma segura e consciente.

Essa forma *segura e* consciente deveria passar por uma organização política que estabelecesse critérios diversos para eleitores e candidatos – o governo seria uma função das elites, cabendo apenas a elas exercê-lo. De forma paradoxal Oliveira Viana, delimitava o poder apenas às elites detentoras de, sobretudo, prerrogativa econômica se preocupando, porém, em apresentar como fundamental a existência e bom funcionamento dos conselhos técnicos (já citados no capítulo anterior em relação ao livro *O Idealismo da Constituição*) que permitissem um diálogo mais bem definido entre poder da União e as classes trabalhadoras – representantes das opiniões dos indivíduos enquanto classe.

O autor determinava ainda, como atribuições do Conselho Nacional, resolver sobre a intervenção do governo federal nos estados; dispor de direito de veto para todas as decisões dos outros poderes; resolver possíveis conflitos existentes entre os poderes; opinar sobre projetos de lei; julgar os membros do Supremo Tribunal Federal e magistratura; controlar e vetar propostas da Câmara federal; determinando ainda, o número de deputados a compor a Câmara e a distribuição dos mesmos por Estados.

Tomando de empréstimo a análise de Wanderley Guilherme dos Santos⁸⁷, é justamente a elaboração desse novo poder, que atribui um caráter inovador ao pensamento de Oliveira Viana. Ainda que essa ideia já tivesse sido apresentada por Alberto Torres, é no trabalho do sociólogo fluminense que ela toma forma e se apresenta de fato como uma cartilha instrumental de resolução das críticas direcionadas à primeira constituição republicana. Partindo desse mecanismo, Viana resolvia dois problemas: a fraqueza sofrida pelo Estado dentro de uma constituição que lhe retirava grande parte do poder e, diminuição do poder pessoal do presidente ocasionada pelo sistema presidencialista.

O Estado teria como fundamento principal esse Conselho Nacional criado por Viana. É através desse quarto poder regulador, vitalício e acima de todos os outros, que se conseguiria por fim aos vícios e amadorismos que acompanhavam tão fortemente, a dinâmica política brasileira constituída pelas praticas localistas, constituídas pelos clãs patriarcais e seus senhores praticamente onipotentes. Na ótica de Oliveira Viana, caberia ao Estado o dever maior de fornecer os subsídios necessários para a experiência de uma política democrática e liberal, portanto, como podemos analisar no texto da reforma constituição, sua intenção suprema era devolver à União a força e o alcance usurpados pelo liberalismo da carta de 91.

3.5.

Oliveira Viana e Alberto Torres - duas cabeças, uma ideia

O objetivo principal deste livro é justamente mostrar como seria possível corrigir este desconhecimento e os males que dele derivam procurando trazer aos centros do governo e da administração (...) a colaboração de todos os homens de boa vontade (...) em contato mais direto com a nossa Realidade e, por isso mesmo, mais senhores das suas idiossincrasias, das suas intimidades e dos seus segredos.⁸⁸

O grifo que Oliveira Viana faz à palavra *realidade*, demonstra como esse aspecto lhe parecia inerente ao bom intelectual, homem político. Partir do contexto apresentado pelo país era extremamente necessário para que se conseguisse atingir de forma plena, todas as exigências a fim de que o país caminhasse para frente. Dessa maneira ele reforça sua distância em relação aos

⁸⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Op. Cit.* 2010

⁸⁸ VIANNA, José Francisco de Oliveira. *Op. Cit.*, 1947prefácio p. 2

idealistas utópicos que, presos à teoria permaneciam alienados em um conhecimento generalizante esquecendo assim as especificidades da realidade própria desses homens.

Dizendo-se partidário exclusivamente da verdade dada pela realidade, ao natural tal como na biologia; Viana não apenas destaca sua insatisfação em relação às utopias produzidas pelas ideologias formuladas tão somente enquanto teorias, mas também se dirige aos críticos de suas ideias apresentadas em *Problemas de Política Objetiva*, que lhe condenavam a uma filiação partidária.

Fixando seu ponto de vista e respondendo às interpretações, segundo ele, deturpadas a respeito de suas propostas, Viana irá iniciar esse último livro aqui por nós trabalhado, explicando a importância de se dar início ao processo de reforma constitucional. A revisão da constituição de 1891 precisaria antes de tudo, que seus próprios elaboradores revisassem a si mesmos - tal como fez Alberto Torres. Os grupos revisionistas e anti-revisionistas precisavam, segundo Viana, se despir de preconceitos e presunções que prejudicavam a análise prática e real dos fatos.

Como já vimos em páginas anteriores a partir da proposta apresentada para a reforma constitucional, Viana entende que essa revisão deveria passar pela defesa da liberdade civil, regulada pela autoridade estável do poder central, composto pelo executivo e judiciário. O poder legislativo estaria em um plano secundário, uma vez que, Viana não acreditava na força dessas leis criadas para classes que se encontravam ausentes dessas elaborações.

A reforma constitucional deveria consolidar um equilíbrio entre as duas opiniões extremadas que se apresentavam, a saber: o presidencialismo da constituição vigente (promulgada em 1946 no governo Dutra) e o parlamentarismo encontrado no Império. Viana deixa claro sua posição contrária às duas formas, embora vendo pontos positivos na primeira, em seus livros - *O Idealismo da Constituição e Problemas de Política objetiva*. Devendo ainda, se levar em consideração não apenas as proposições vindas do estrangeiro, mas os setenta anos de experiência monárquica e quarenta de República. O autor apresenta nesse último livro, os problemas da revisão e o espírito de facção, da

liberdade, da nacionalidade, dos partidos, do governo e as ideias de Alberto Torres.

É apresentando esses questionamentos e pontos de vista que Oliveira Vianna irá tecer seu diálogo e comunhão com o pensamento e proposições de Alberto Torres. Este último, antecipando as ideias que viriam futuramente, ocupar as páginas dos livros do sociólogo fluminense, cria um projeto orgânico extraído da experiência brasileira. Também ele acreditava numa intervenção maior da União frente à liberdade concedida pelo modelo federativo, como sendo saudável e favorável para a dinâmica política nacional.

Alberto Torres, em suas reflexões a respeito do que foi desenvolvido na constituição de 1891, e partidário das resoluções reformistas, estabelece que deveria ser criado como forma de suprir os males do liberalismo o *Poder Coordenador*. Esse elemento tão expressivo, a exemplo do que foi experimentado com o poder Moderador do período imperial, será o grande elo com o pensamento de Viana. Igualmente funcionando como um regulador e contemporizador entre os outros três poderes sendo ainda, uma forma de assegurar o poder da União e minimizar as influências tão nefastas dos poderes privados locais, o *Poder Coordenador* de Alberto Torres, ganhará vida prática no pensamento de Viana, com seu Conselho Nacional. Viana repara as arestas de um mau funcionamento a que estaria fadado o poder criado por Torres, o qual, segundo o sociólogo fluminense, não teria percebido também, a necessidade suprema da organização da opinião.

Com o propósito primeiro de delinear um caminho viável para que o Brasil atingisse as qualificações necessárias à dinâmica do modelo liberal, Vianna continua o livro questionando a liberdade apresentada pelos liberais da instauração da República. Como vimos no sub-capítulo 3.1, a reforma constitucional deveria passar por uma ênfase nas questões civis. Seria por meio dessa esfera que se construiria a opinião organizada e deveria ser nessa esfera que a liberdade deveria se concentrar. Para Viana, o problema não estaria na liberdade política, mas na civil, tendo os homens partidários do liberalismo utópico, pecado durante anos nesse ponto fundamental – não há liberdade política, diz Viana, sem

que haja liberdade civil, extremamente cara e ausente, sobretudo nas classes populares do Brasil.

Ao problema dos partidos, Viana dirá que tal como ocorreu na Argentina, os homens políticos no Brasil deveriam estabelecer um anti-personalismo – os programas de governo deveriam seguir as ideias referentes aos partidos e não dos candidatos. Entendendo ainda que ao ser eleito, o candidato deveria estar aliado e em prol da nação, esquecendo suas filiações partidárias. Devendo também compreender a importância prática de se estabelecer primeiramente a organização dos indivíduos enquanto classes (ideia já apresentada em *O Idealismo da Constituição*) para que depois se instituíssem os partidos.

Caberia aos revisionistas pensar em mecanismos, tal como as cooperativas e sindicatos a fim de conseguir estimular a formação dessas classes trabalhadoras que garantiriam um funcionamento político em comunhão com os anseios da sociedade e capaz de por fim as amarras localistas. Segundo Viana, os propagandistas eleitoras só conseguiam estabelecer uma cumplicidade com as massas por meio de alianças com os chefes locais, prejudicando o poder do executivo.

A formação de classes trabalhadoras não seria uma solução ao problema do bom funcionamento do liberalismo político se não houvesse meios de diálogo entre União e sociedade. É pensando em resolver essa questão que Oliveira Viana enxerga a existência dos Conselhos Técnicos como chave – seria a partir desses conselhos que se firmaria a ponte ligando a sociedade e o governo. O autor apresenta também o já citado Conselho Nacional (grande regulador entre os poderes e que também estariam a serviço das necessidades apresentadas pela sociedade).

Todas essas idéias defendidas por Oliveira Viana, em prol da realização da reforma constitucional fazendo coro com o pensamento de Alberto Torres de quem se diz discípulo, visam duas proposições extremamente importantes e que se encontram encadeadas: conseguir atingir a maturidade da mentalidade política do povo brasileiro, alcançando um terreno propício ao modelo liberal e democrático; e transformar o Brasil em uma nação forte o suficiente para se impor às nações

vizinhas. A inquietação desses pensadores girava em torno da questão nacionalista diferindo da preocupação estético-universalista anterior. Oliveira Viana fazendo parte dessa geração, também trabalhava para a construção do que ele acreditava ser um Estado forte.

Essas três obras aqui selecionadas *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, *Idealismo da Constituição e Problema de Política Objetiva*, demonstram o esforço de Oliveira Vianna em se manter fiel à tradição de um pensamento no qual foi formado ao mesmo tempo em que tenta assimilar as novidades que vinham surgindo tanto na esfera do pensamento produzido pelas ciências sociais, quanto pela experiência prática da política e da economia do Brasil e do mundo. Sua filiação com a História, com esse passado informador e formador que produzia um pensamento nacional e, ao mesmo tempo, valorizava a tradição. Essa era a razão pela qual a política deveria ser extraída da História, para que, seguindo o ritmo da própria História pensada pelo autor, ela se traduzisse em um projeto que agregasse a modernidade em uma esfera conservadora. O fator tempo era determinante para Vianna – da mesma forma que ele pensava a História em uma perspectiva de longa duração, também a política deveria ser pensada, respeitando cada etapa de desenvolvimento e evolução.

Considerações Finais

A pergunta é se o inferno a que condenamos Oliveira Vianna em vez de ser o outro, como queria Sartre, não é parte de nós mesmos.⁸⁹

Como uma tentativa de renovação das interpretações que cercam o trabalho de Oliveira Vianna, essa dissertação veio com o propósito de oferecer, no interior das obras aqui selecionadas, uma análise capaz de recuperar a importância de seu pensamento para o Brasil de 1920-1930 e para o campo da História nacional. Certa de que sem as ideologias que envolveram as chaves do autoritarismo, do autoritarismo instrumental e do conservadorismo, se consegue alcançar à ótica do próprio autor em questão no contexto em que ele esteve inserido, em contrapartida a essas conceituações trazidas por Bolívar Lamounier, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão respectivamente, que falam muito mais sobre o tempo deles do que de Vianna.

Em diálogo com o trabalho de Fernanda Xavier da Silva espero ter conseguido dar um passo adiante com relação à perspectiva pluralista que ela oferece para pensar o autor. Para a autora Oliveira Vianna teria *quatro faces* surgidas em momentos distintos de suas obras e que vão ao encontro dessas interpretações que se consagraram na segunda metade do século XX. O intelectual apresentaria assim, variações em seu pensamento que expressaram ao longo de sua trajetória cada uma dessas leituras que fizeram dele. Admitindo um olhar *multifacetado* que Fernanda Xavier oferece, procurei demonstrar uma única *face* composta dessa multiplicidade de perspectivas. No limite de suas obras, houve apenas um Oliveira Vianna que foi historiador, sociólogo e jurista, que vivenciou a tradição e a modernidade, que valorizava a vida rural, mas defendia o desenvolvimento da vida econômica das cidades, que criticava o modo como se deu a abolição da escravidão e trouxe em seu prognóstico a defesa das liberdades civis, que diminuía as demais ciências sociais enquanto *auxiliares* da História, mas se utilizou profundamente delas, dedicando um livro inteiro à psicologia social, que desejava um Estado centralizado para um governo democrático, tudo isso ao mesmo tempo.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo. *A Utopia de Oliveira Vianna*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.7, 1991, p. 88-99

Essa definição na indefinição do autor revela as inconstâncias de seu tempo histórico onde a própria ideia de modernidade trazida com a defesa do projeto republicano servia aos interesses de uma elite agrária organizada desde os tempos do Império sem pretensões quanto ao ideal de democracia e grandes alterações no status quo. Isso, porém, não se configura em contradições ideológicas ou *preconceitos* como apontou Gildo Marçal Brandão já que estamos falando de um momento em que as próprias ideias ainda estavam sendo definidas para e pelos intelectuais da mesma maneira que os campos da História do Brasil e das demais Ciências Sociais também se constituíam.

Nesse sentido, o papel de *historiador* reconhecido pelo IHGB é de fundamental importância para Oliveira Vianna, garantindo que suas ideias pudessem atingir a sociedade brasileira como um todo, já que se tratava de elaborar uma História do Brasil. O Instituto funcionando enquanto sociedade de discurso como mostra Ângela de Castro Gomes, demonstra que essa disciplina esteve ativamente presente dentro e fora das obras de Vianna uma se retroalimentando da outra.

Não foi por acaso que seu principal argumento se dirigia a necessidade de que os homens, especialmente os homens públicos, se voltassem aos ensinamentos concedidos pela História para a elaboração de um caminho para o progresso. Uma vez que ele mesmo poderia fornecer essa História – narrar esse passado histórico, conseqüentemente, ele também conseguiria guiar esses homens pelo caminho que ele acreditava ser o melhor. Ou seja, sua função de historiador garantia a função de idealizador, de organizador das mudanças que ele defendia serem necessárias.

Sendo assim, as funções de homem de letras e homem de ciências se fundem no autor. Parte integrante do modernismo posterior a geração de 1870 formado nos meios acadêmicos e norteados pelas ideias científicas, ele defendia uma História instrumentalizadora da política a mesmo tempo em que ela própria aparecia como instrumentalizadora da nação. A sociedade, ainda delimitada em suas *populações* precisava antes de se modernizar, compreender sua identidade, definir sua marca de brasilidade, precisava se civilizar politicamente, para que só então pudesse construir uma modernidade adequada ao país.

Traçando as características estruturais que acompanharam a organização da sociedade brasileira, o autor apresentou em seu primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil*, a gênese dos problemas de se instaurar o liberalismo em terras nacionais. A formação dos clãs patriarcais a partir dos latifúndios espalhados por todo o vasto território teria provocado, segundo ele, uma privatização dos interesses transportando para o poder do Estado, os personalismos, localismos, e mandonismos existentes nesses clãs rurais regidos pelos grandes senhores que dominavam a vida dos demais indivíduos.

A partir dessa falta de experiência de uma vida coletiva, de interesses em comum, de uma vida realmente em sociedade, é que se deu essa imaturidade política do povo brasileiro, carente dos mecanismos necessários para as engrenagens de uma política liberal. A falta de uma maturidade política e a necessidade de um pensamento político organizado desembocam em seu argumento de crítica e proposições expressas no livro *O Idealismo da Constituição*. Estabelecendo a existência de um tipo de liberalismo positivo para a realidade brasileira e outro negativo, Viana divide a corrente liberal entre o idealismo utópico e o idealismo orgânico. Filiado ao segundo tipo, o autor estabelecerá as falhas da constituição de 1891, cujos homens responsáveis cometeram por não conseguirem enxergar a realidade.

Isso posto, era preciso pensar em uma organização política que estivesse voltada a essa realidade. Em *Problema de Política Objetiva* ele constrói seu projeto de reforma constitucional, mantendo diálogo com Alberto Torres. Tendo participado ativamente do governo Vargas, Oliveira Viana, enxergava alguns sinais positivos em relação ao governo autoritário estabelecido em 1937, mas ainda carente de inúmeros reparos, provocados pelo desastre da primeira constituição republicana. Reforçando a ideia da necessidade de se alcançar uma mentalidade política organizada e compartilhada, Viana apresenta a introdução de um quarto poder – em uma espécie de resgate da organização imperial – como o mecanismo capaz de solucionar essa carência. Somente a partir de um Estado forte a sociedade conseguiria realmente se consolidar como tal.

Foi o prognóstico expresso nesse último livro apresentado que abriu margem para as interpretações que colocaram o autor como sendo um autoritário,

mesmo que instrumental e conservador. Os governos totalitários europeus, a Ditadura do Estado Novo e, a Ditadura Militar em 1964 promoveram um distanciamento dos intelectuais com relação à figura estatal e a ideia de centralização. A partir da segunda metade do século XX com a definição agora do campo da Ciência Política no Brasil, também se procurou esvaziar esse papel exercido por Vianna a fim de marcar uma oposição em relação a essa geração que teria sido fundadora do pensamento autoritário sob a qual ele estava inserido.

A partir dos inúmeros arranjos entre *forma e conteúdo* político apresentados por Christian Lynch e dos diferentes liberalismos e suas várias recepções, busquei definir tanto o Império, quanto a República pelo o que eles foram em suas substâncias e não pelo que foram representados. Segundo Lynch o período imperial brasileiro precisou recorrer, constantemente, aos arranjos políticos liberais como negociação para sua sobrevivência, por outro lado, a República ancorada na ideia da modernidade, do liberalismo, teve espaço para uma ação conservadora garantindo a manutenção das elites no poder.

Isso enfraquece a ideia de Oliveira Vianna defender um governo autoritário porque contrário ao governo liberal republicano, na medida em que não houve um conteúdo liberal nesse período. A preocupação desse autor também não era exatamente com a democracia, no sentido de plena participação dos indivíduos nos assuntos políticos. Esse ideal deveria ser exercido através do Estado – que garantiria as demandas de todos os grupos sociais. Norteados pela liberdade social, o projeto político de Vianna se aproximou muito mais do tipo de governo apresentado pelos Estados Unidos em 1930, após a Crise de 1929, quando o poder central passou a funcionar como agente regulador tanto das demandas econômicas, como das demandas sociais.

Essa dissertação defendeu ainda uma última questão que vai diretamente ao encontro do que mostrei até aqui, a ideia de que o esforço maior por parte da historiografia foi de negar não propriamente Oliveira Vianna, mas o que ele representou, sua influência no pensamento social brasileiro. Marcas profundas de seu pensamento foram deixadas através de sua historiografia, na opinião pública quanto à política e a sociedade no Brasil. Dimensionar a extensão dessas marcas é um esforço que cabe um estudo a parte no espaço mesmo de uma dissertação que

se volte apenas para esse tema. Não há, portanto, como responder essa questão a partir do estudo desenvolvido aqui, mas é possível supor um caminho.

Olhando a tabela de edições e reedições das obras de Vianna, organizada por Giselle Martins Venâncio em sua tese de doutorado temos uma pista para responder a essa questão:

EDIÇÕES E REEDIÇÕES DOS LIVROS DE OLIVEIRA VIANNA⁹⁰

PERÍODO	LIVRO	EDIÇÃO
Anos 20	Populações Meridionais do Brasil	Primeira edição, 1920
		Segunda edição, 1922
	Pequenos Estudos de Psicologia Social	Primeira edição, 1921
		Segunda edição, 1923
	Evolução do Povo Brasileiro	Primeira edição, 1922
	O Idealismo na Evolução Política do Império e da República	Primeira edição, 1922
	O Idealismo da Constituição	Primeira edição, 1924
	O Ocaso do Império	Primeira edição, 1925
O Idealismo da Constituição	Primeira edição, 1927	
Anos 30	Populações Meridionais do Brasil	Terceira edição, 1933
		Quarta edição, 1938
	Evolução do Povo Brasileiro	Segunda edição, 1933
		Terceira edição, 1938
	O Idealismo da Constituição	Segunda edição, 1939
	Problemas de Política Objetiva	Primeira edição, 1930
	Raça e Assimilação	Primeira edição, 1932
		Segunda edição, 1934
Terceira edição, 1938		
Problemas de Direito Corporativo	Primeira edição, 1938	
As Novas Diretrizes da Política Social	Primeira edição, 1939	
Anos 40	Pequenos Estudos de Psicologia Social	Terceira edição, 1942
	Problemas de Política Objetiva	Segunda edição, 1947
	Problemas de Direito Sindical	Primeira edição, 1943
	Instituições Políticas Brasileiras	Primeira edição, 1949
Anos 50	Populações Meridionais do Brasil	Quinta edição, 1952
	Evolução do Povo Brasileiro	Quarta edição, 1956
	O Ocaso do Império	Terceira edição, 1959
	Raça e Assimilação	Quarta edição, 1959
	Instituições Políticas Brasileiras	Segunda edição, 1952
	O Problema do Trabalho e Democracia Social	Primeira edição, 1951
	Problemas de Organização e Problemas de Direção	Primeira edição, 1952
	Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista	Primeira edição, 1958
Anos 60	NENHUMA EDIÇÃO OU REEDIÇÃO	
Anos 70	Populações Meridionais do Brasil	Sexta edição, 1973
	Problemas de Política Objetiva	Terceira edição, 1974

⁹⁰ VENANCIO, Giselle Martins: *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, Rio de Janeiro: Programa de pós graduação da CAPES, UFRJ. 2005.

PERÍODO	LIVRO	EDIÇÃO
	Instituições Políticas Brasileiras	Terceira edição, 1974
	Problemas de Organização e Problemas de Direção	Segunda edição, 1974
Anos 80	Populações Meridionais do Brasil	Setima edição, 1982
		Oitava edição, 1987
	O Idealismo da Constituição	Segunda edição, 1981
	Instituições Políticas Brasileiras	Quarta edição, 1987
	Introdução à Historia Social da Economia pré-capitalista	Segunda edição, 1987
	Historia Social da Economia Capitalista	Primeira edição, 1987
Anos 90	Ensaio Inédito	Primeira edição, 1991
	Populações Meridionais do Brasil	Nona edição, 2000
	Instituições Políticas Brasileiras	2000

Mais do que revelar que as obras do autor mantiveram-se em circulação até fins do século XX, essa tabela uma comparação quanto ao número de edições de cada uma dessas obras. O resultado desse comparativo é de que *Populações Meridionais do Brasil* foi livro mais vezes reeditado – 1920, 1922, 1933, 1938, 1952, 1982, 1987 e 2000, ou seja, nove vezes publicado, sendo a última reedição bastante recente.

Ora, foi exatamente nesse livro que o historiador Oliveira Vianna apareceu com maior destaque, foi nessa obra que esse autor apresentou seu diagnóstico, desenvolveu sua História do Brasil. A julgar a influencia desse campo na elaboração de uma identidade nacional e de uma opinião pública *organizada*, como propunha entusiasticamente Vianna, podemos admitir que sob novos contextos, novas demandas, e novas roupagens porque resignificadas, ao menos para o campo da História, suas ideias permanecem fundamentando as análises que se dirigem ao momento da Primeira República até 1930.

Ao questionamento de José Murilo de Carvalho, destacado no prefácio que abrem essas considerações finais, respondo que sim, ao fim e ao cabo todos somos partes integrantes desse *inferno* dirigido à Oliveira Vianna. Na medida em que as críticas surgidas ao longo do século XX deixaram de fora inúmeros traços do pensamento desse autor e, portanto, não conseguiram responder a todas as perguntas colocadas às suas obras, também não se conseguiu construir novas perspectivas, nem para ele, nem para o seu tempo. A única possibilidade de se livrar dessa condenação é se aproximar desse que foi um dos interpretes de nossa História. Como cerne desse estudo, foi esse movimento de aproximação que procurei realizar.

Referências bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai e MORAES, João Quartim de (orgs). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Unicamp. 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

BRANDÃO, Gildo Marçal [2007]. *Linhagens do Pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2010

CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, E. R.; MORAES, I. Q. de. (Orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Capinas . Ed. Unicamp, 1993

DA COSTA, Maria Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 15-16.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político no Brasil?* São Paulo: Editora Ática S.A. 1994.

FARIA, Luis de Castro. *A obra de Oliveira Vianna: uma tentativa de reconstrução*. In: BASTOS, Elide Rugai e MORAES, João Quartim de. Orgs. *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Unicamp. 1993.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. pag161

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. BH: Editora Argvmentvm. 2009

_____. Oliveira Vianna: “Um statemaker na Alameda São Boaventura”. In: BOTELHO, André e SCHWARCS, LÍlian Moritz (Org). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo. Cia das Letras, 2009

HAHN, Fábio André. *Historia Intelectual/: uma nova perspectiva*. In: WWW.historiaehistoria.com.br. 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006

LA CAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos” in: PALTI, Elías José. *Giro Lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República*.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. v. 1.

LYNCH, Christian. *Da Monarquia à Oligarquia*. História institucional e pensamento político brasileiro (1822 – 1930). Ed. Alameda. SP. 2014.

_____. *Um Democrata cristão contra o neoliberalismo: A crítica de Oliveira Vianna e o socialismo de Mises*. Revista Mises. Vol. 12.

MADEIRA, Marcos Almir. In: *Populações Meridionais do Brasil*. Paz e Terra. 6 ed. 1973. pág 23

MANHEIM, Karl. “Conservative Thought”. In: *From Karl Manheim*. New York: Oxford University Press, 1971

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Uma Leitura das leituras de Vianna. In: *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Elide Rugai Bastos; João Quartim de Moraes (orgs.). Unicamp. 1993

PAIM, Antônio. *Instituições políticas brasileiras, leitura básica*: http://cdpb.org.br/o_v_e_as_instituicoes_politicas.pdf. Acesso em dezembro de 2011.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*: São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; ed. 34. 2000

SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, pg. 29. Ed. Fac – similar – Brasília: Senado Federal, 1998

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Práxis liberal no Brasil. In: *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rocco. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/2010>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto [1977]. “As Ideias Fora do Lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo. Cia das Letras. 2008

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. Artigo, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul/dez 2008, p. 238-269.

SILVA, Fernanda Xavier. As quatro faces de Oliveira Vianna. Unicamp. 8º encontro ABCP. RS.

SOUZA, Laura de Mello. Os donos do poder, Raymundo Faoro IN: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

VENANCIO, Giselle Martins: *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, Rio de Janeiro: Programa de pós graduação da CAPES, UFRJ. 2005.

VIANNA, Jose Francisco de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3º Ed. Rio de Janeiro. Record: Cultural. 1974. in: http://cdpb.org.br/o_v_e_as_instituicoes_politicas.pdf. Acesso em dezembro de 2011.

_____. *O Idealismo da Constituição*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1939. 2º Ed.

_____. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Companhia Editora Nacional. 3º ed. 1942

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal 2005, vol. 27.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1947. 2ºed.